

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ALCIDES JOSÉ SANCHES VERGARA**

**AÇÃO SINDICAL DO MOVIMENTO DOCENTE  
UNIVERSITÁRIO : 1982/2002**

**PORTO ALEGRE  
JUNHO DE 2003**

ALCIDES JOSÉ SANCHES VERGARA

AÇÃO SINDICAL DO MOVIMENTO DOCENTE  
UNIVERSITÁRIOS: 1982/2002

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani

Porto Alegre  
Junho de 2003

COMISSÃO EXAMINADORA

---

---

---

Porto Alegre, \_\_\_ de \_\_\_\_\_, 2003.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADS	Associações de Docentes
AFL-CIO	Federação Americana do Trabalho
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANDES-SN	Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CEA	Confederação de Educadores da América
CIOLS	Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
CIPAS	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Saúde do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMT	Confederação Mundial do Trabalho
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNG	Comando Nacional de Greve
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores de Ensino
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CONADS	Conselhos Nacionais das Associações de Docentes
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONEDS	Congressos Nacionais de Educação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNTE	Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
ENADS	Encontros Nacionais dos Docentes
EUA	Estados Unidos da América
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FINEP	Financiadora de Estudos e de Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FSM	Federação Sindical Mundial
FSM	Fórum Social Mundial
GED	Gratificação de Estímulo a Docência
GQT	Gestão da Qualidade Total
GTS	Grupos de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
IEES	Instituições Estaduais de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MD	Movimento Docente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ORIT	Organização Relações industriais de Trabalho
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RH	Recursos Humanos
RJU	Regime Jurídico Único
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINPROS	Sindicatos de Professores
SPF	Serviço Público Federal
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNE	União Nacional de Estudantes
UNIREDE	Rede Interuniversitária
URV	Unidade de Valor de Referência

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
1. TRABALHO, IDENTIDADE E AÇÃO SINDICAL .....	16
1.1 A sociabilidade do trabalho .....	16
1.2 Trabalho e identidade .....	20
1.3 O sindicato e as linhas de ação sindical .....	27
1.4 A identidade militante .....	30
2. O SINDICALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA .....	33
2.1 A reestruturação produtiva .....	34
2.2 Os impactos no meio sindical .....	39
2.3 Os debates e estratégias do movimento sindical .....	41
2.4 O discurso das lideranças .....	47
3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO .....	50
3.1 A reestruturação da educação .....	50
3.2 As políticas governamentais para o setor educacional .....	53
3.3 As mudanças no trabalho docente .....	58
3.4 A resistência sindical dos professores .....	60
4. O MOVIMENTO DOCENTE ORGANIZADO NO ANDES S/N .....	64
4.1 O movimento docente e a criação do sindicato nacional .....	66
4.2 A conjuntura dos anos 90 e os principais embates .....	78
4.3 As bandeiras de luta do movimento docente .....	87
4.4 A participação dos docentes na vida sindical .....	89
5. CONCEPÇÕES POLÍTICAS E AÇÃO MILITANTE DO MOVIMENTO DOCENTE .....	95
5.1 Os anos de "chumbo" da ditadura militar .....	96
5.2 O período da redemocratização e a nova república .....	100
5.3 Os tempos neoliberais da ofensiva do capital e da globalização .....	103
5.4 Perspectivas para uma reconstrução da ação sindical .....	113
CONCLUSÃO .....	119
APÊNDICE METODOLÓGICO.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	130
ANEXOS	

## RESUMO

Esse trabalho analisa aspectos da ação sindical dos docentes do ensino superior brasileiro no período de 1982 a 2002, após identificar as mudanças gerais nas relações de trabalho em decorrência da reestruturação no mundo do trabalho e na esfera da educação e no trabalho docente. Na seqüência, são reconstituídas as principais iniciativas sindicais dos docentes do ensino superior e analisadas as concepções dos dirigentes sindicais do ANDES -Sindicato Nacional. O contexto das grandes transformações sócio-econômicas teve forte impacto nas organizações sindicais dos trabalhadores e em particular, na categoria docente. A partir dos anos 90, o sindicalismo sofreu com a fragmentação da base militante, com o afastamento de muitos professores e, também, com o acirramento das disputas internas enfraquecendo a representação política. Verificou-se que houve uma divisão em grupos assim distribuídos: a) um núcleo de militantes que mantém uma relação orgânica com o movimento e exerce funções de direção; b) um agrupamento igualmente atuante que busca ampliar a pauta sindical e desenvolver uma ação mais institucional; c) um terceiro grupo, maioria do professorado - que atua apenas nas grandes mobilizações com as greves e, finalmente d) aqueles que não participam mais de nada. Em que pesem as divisões internas do movimento, o sindicato ainda mantém a capacidade de mobilização e de interlocução junto à categoria. O discurso e a vivência das lideranças revelam que apesar da fragmentação e diferenciação da ação militante durante o período, a renovação do movimento sindical tem acontecido. A atividade militante se mantém numa relação de continuidade e compromisso com a luta sindical muito embora não nos mesmos patamares alcançados em períodos anteriores. O grande mérito do movimento docente foi o de ter introduzido no espaço acadêmico as demandas sociais e as questões políticas e sindicais rompendo com a visão elitista e conservadora reprodutora dos interesses das classes dominantes. Esse continua sendo o desafio na atual conjuntura.

## ABSTRACT

This work analyses aspects of the labor activities of the Brazilian university teachers from 1982 to 2002, beginning with an identification of the general changes on the work relationships that occurred as a consequence of the restructuring of the workworld, education and teachers work. The main labor initiatives of the universities teachers are then reconstructed, and the conceptions of the labor leaders from ANDES - Sindicato Nacional are analyzed. The context of the great social and economic changes has had a strong impact on the workers labor organizations, and particularly on the teachers group. Beginning in the nineties, the labor movement was hampered by a fragmentation of its base of militants, by the withdrawal of many teachers, and also by an intensification of an inner dispute that weakened its political representativeness. It is observed that the teachers have divided into the following groups: a) a nucleus of militants which keeps an organic relationship with the movement and leads it; b) a group which is as active as the first, but which tries to widen the scope of the labor union, and also tries to develop actions that are more institutional in their nature; c) a third group, which comprises most of the teachers, and which acts only at great mobilization, such as on strikes; d) and finally, there are those who withdrew from any participation. Despite the inner divisions of the movement, the Union still maintains its capability of mobilizing its members, as it also maintains its power to speak with and for its members. The discourse and experience of the leadership reveals that despite the fragmentation and differentiation of the militants actions during that period, a renewing of the labor movement has happened. The militancy maintains itself in a relationship of continuity and commitment with the labor struggle, although it did not reach the same levels previously attained. The greatest merit of the university teachers movement was to introduce social demands, and political and labor issues into the academic world, thereby breaking apart from the elitism and the conservative view which reproduces the ruling class interests. This continues to be its challenge in the present context.



## INTRODUÇÃO

Nesse estudo abordamos a construção da ação sindical dos militantes do movimento docente. Partimos inicialmente do contexto histórico, social e político em que ocorreram as transformações nas atividades de trabalho e na educação nas últimas décadas do século passado. Analisamos as causas e conseqüências dessas mudanças para os trabalhadores e suas organizações sindicais. Buscamos também destacar dentro desse contexto os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais que influenciaram na construção da identidade social e profissional dos professores universitários brasileiros em suas relações com o trabalho e com a ação sindical.

O tratamento abrangente dado ao problema da participação sindical possui um caráter preliminar no que se refere ao debate conceitual que vem sendo realizado, tratando-se num primeiro momento de caracterizar as diferentes dimensões envolvidas na temática pesquisada. Os estudos dedicados à análise do movimento docente, encontrados na literatura, são em numero reduzido. A especificidade do trabalho dos professores universitários e a complexidade no que se refere a sua organização sindical constituem uma tarefa de grande envergadura e um desafio aos pesquisadores no sentido do reconhecimento de sua importância social e de sua relevância acadêmica.

As relações sociais e de trabalho são os fatores mais determinantes e influentes no processo de construção da identidade pessoal e profissional de quem trabalha. Não existe identidade individual que não seja ao mesmo tempo social. A identidade é necessariamente uma construção conjunta que se realiza permanentemente; não é algo dado de uma vez por todas e nos remete para os diferentes contextos da vida social. Entretanto, é no trabalho que passamos boa parte de nosso tempo e também o lugar onde construímos as referências de uma vida produtiva e de uma identidade como trabalhador. A construção da identidade no trabalho se realiza a partir das representações que fazem os protagonistas das relações que estabelecem, implicando o reconhecimento dos outros. É a passagem do representado ao operatório, do passivo ao ativo, do já produzido ao em construção o que permite definir a identidade como dinâmicas práticas, isto é como ação e reflexão, como práxis.

As transformações recentes na estrutura do emprego, da qualificação e do trabalho nas últimas décadas, levaram muitos analistas, pesquisadores e cientistas sociais a questionarem a centralidade do trabalho e as classes sociais como fator explicativo na construção da vida social. As críticas à perspectiva classista e as lutas de classes manifestam uma tendência que considera em seu lugar outras dimensões do social, e que passariam a ser mais representativas na constituição das identidades dos agentes sociais. De certo modo, essa perspectiva passou a ter uma grande aceitação no Brasil a partir dos anos 80, e tem influenciado no debate que vem sendo realizado no meio acadêmico e também no meio sindical, e em particular no movimento docente.

Analistas, pesquisadores e sindicalistas, apesar de constatarem uma situação de fragilidade dos sindicatos na atual conjuntura e do seu papel de representação dos interesses de classe, ainda reconhecem as organizações sindicais como um importante espaço de socialização e construção da identidade dos trabalhadores. Reconhecem o seu papel de formação política e de construção da solidariedade de classe, de transformação das identidades "dominadas" em identidades "militantes", que resistem à dominação e que contribuem para a produção de novas regras do jogo. Entretanto, consideram que se torna necessário repensar as lógicas de ação e engajamento na atividade sindical incorporando essas novas regras.

Para entender essas mudanças recentes e os impactos na formação da identidade profissional e da ação sindical dos professores universitários analisamos numa perspectiva dialética as concepções políticas dos dirigentes sindicais. De um lado analisamos as relações com trabalho, o emprego e a formação, em termos de poder, renda e prestígio, e de outro as relações com o movimento associativo e sindical, em termos de empatia, cooperação e trocas. O estudo exploratório tem como objeto empírico a organização sindical do movimento docente, no ANDES-S/N (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e seus principais dirigentes, lideranças que estiveram na direção executiva nacional do sindicato nos anos 90. Foi durante esse período que ocorre o impacto das mudanças, que atingiram de forma aguda as orientações e convicções políticas e ideológicas dos militantes e a participação sindical.

No primeiro capítulo são apresentadas as dimensões conceituais do debate contemporâneo sobre o significado e a centralidade do trabalho, a partir do horizonte histórico e social capitalista, a importância das relações sociais de trabalho na

determinação do processo de socialização e de construção da identidade social e profissional dos trabalhadores, e o caráter de classe dessas relações, das instituições sociais, das lutas e conflitos. O conceito de trabalho em sua relação com a construção da identidade profissional e a ação sindical aparece no estudo como expressão de uma forma de sociabilidade desenvolvida historicamente e construída na relação do trabalhador com as organizações de classe. Também estão presentes os questionamentos dos sindicatos como interlocutores válidos, úteis e modernos e a permanência do horizonte classista na construção da identidade política e social dos militantes que constituem objeto de debate no meio sindical e acadêmico. Ainda nesse capítulo é analisado o papel histórico dos sindicatos na contestação da sociabilidade estabelecida pelo capital em processo, bem como a participação dos trabalhadores na vida sindical. Grande parte da atividade sindical "oficial" ou institucionalizada diz respeito às organizações que se movimentam dentro da racionalidade dominante e do ordenamento legal e jurídico do sistema; entretanto, podemos observar historicamente a tentativa dos trabalhadores de imprimir um outro caráter à luta sindical ultrapassando a pauta corporativa e assumindo um papel político, principalmente com a emergência do "novo" sindicalismo, a criação da Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores nos anos 80. Finalmente, consideramos a influência exercida por essa trajetória do sindicalismo brasileiro na formação do sindicalismo docente e na sua evolução histórica, problematizando a ação sindical dos militantes do movimento dos professores universitários nos marcos das transformações recentes no trabalho e na educação a partir dos anos 90.

No segundo capítulo é apresentado o debate sobre a reestruturação do trabalho e da produção, com ênfase na situação brasileira principalmente nos anos 90. Conceitualmente a reestruturação produtiva é um processo social e histórico de longa duração, porém mais recentemente verifica-se uma intensificação desse processo. O aspecto mais importante dessas mudanças no padrão de reprodução do trabalho é que as mesmas não possuem um caráter neutro na perspectiva da luta de classes e se caracterizam como uma nova ofensiva do Capital na produção, contribuindo para a precarização do referencial de classe, atingindo no sentido objetivo as condições de emprego e salário, e no sentido subjetivo atingindo a consciência de classe do trabalhador. No Brasil esse processo ocorre de maneira limitada, pontual e fragmentada nos anos 80, ganhando maior densidade nos anos 90. A pouca participação, quer seja do empresariado nacional ou mesmo dos trabalhadores,

decorre de vários fatores históricos de nossa formação econômica, política, social e cultural, que singularizam a realidade brasileira, e também da maneira com que se deu a inserção do país na nova ordem econômica mundial estabelecida a partir da agenda neoliberal. As conseqüências desses processos atingem as estruturas de emprego, ocupacional e de qualificações. A análise concentra-se no impacto gerado por essas mudanças no meio sindical, que ensejaram reações diversas do sindicalismo brasileiro, mas de um modo geral os sindicatos mostraram-se despreparados para lidar com estas questões. As estratégias utilizadas pela Central Única dos Trabalhadores só vão se concretizar a partir de 1997 com relativa burocratização, refluxo das mobilizações e dispersão das frentes de lutas. Também nesse capítulo, posicionamos criticamente o discurso das lideranças sindicais no período. Analistas sociais, pesquisadores e sindicalistas sinalizam a inflexão no discurso das lideranças da CUT e sua aproximação com as concepções ideológicas liberais e social-democratas, trazendo de volta ao debate sindical as antigas práticas reformistas e de colaboração de classes. Particularmente os professores do ensino superior público são atingidos indiretamente com a redefinição do papel do Estado, as privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos. Não ocorre propriamente uma privatização do sistema público de ensino e das universidades, mas estas são levadas a modificarem os padrões nas relações de trabalho. As Universidades Públicas acabam adotando medidas gerenciais e administrativas para adaptar-se às mudanças estabelecidas no setor produtivo.

O terceiro capítulo traz a discussão sobre as mudanças ocorridas no mesmo período na educação, processo esse análogo às transformações verificadas no setor produtivo. A educação passa a ser um campo de disputas ideológicas e de convencimento dos novos padrões nas relações de trabalho decorrentes do ajuste neoliberal. A legitimidade do discurso e das estratégias neoliberais para a educação consiste no convencimento dos agentes e das agências educativas de sua eficiência e adequação aos novos tempos, e curiosamente passa pela incorporação das reivindicações consagradas historicamente pelas lutas dos trabalhadores, inclusive a categoria docente, com sua longa trajetória de lutas pela melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, registramos a exclusão dos componentes políticos, sociais e culturais da agenda, o que não é casual, embora as reformas contemplem as reivindicações, o fazem depois de devidamente higienizadas e com o conteúdo substancialmente modificado. Logo a seguir, são examinadas as políticas

adotadas pelo governo brasileiro durante a década, particularmente para o ensino superior, e as conseqüências dessas medidas no trabalho, no emprego e na formação dos professores universitários. Nas estratégias neoliberais três proposições vêm provocando mudanças significativas: o processo de avaliação externa, os parâmetros curriculares e as políticas de formação dos docentes. Os resultados não são muito alentadores, e refletem a permanência dos baixos salários, o sucateamento das instalações e a aceleração do processo de formação. O comprometimento de grande parcela dos docentes com os mecanismos de valorização subjacentes ao modelo derivado da lógica mercantil estão presentes no espaço acadêmico e vem balizando as iniciativas institucionais no sentido da resignificação do trabalho docente. Por último, revemos a resistência dos professores e a análise realizada pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da Central Única dos Trabalhadores (DNTE/CUT). As contradições advindas desse processo de reestruturação colocam em jogo a própria identidade social e profissional dos professores. As principais preocupações do movimento sindical com as questões educacionais acontecem no início da década de 90. Nesse período a CUT reconhece as dificuldades de fazer um diagnóstico do setor educacional, entretanto nesse contexto os fatores que emergem como deficiência do sistema educacional são a deterioração salarial, a precariedade das condições de trabalho e da formação dos profissionais do setor, professores e funcionários. A avaliação que o movimento sindical faz da sua trajetória é bastante positiva, entretanto reconhece que um projeto educacional transcende a organização do sistema de ensino e que é improvável que ele resulte exclusivamente do debate sindical, porque envolve um processo mais amplo de participação, no qual o movimento sindical se inclui apenas como mais um ator entre muitos.

O quarto capítulo analisa a criação do movimento docente a partir dos anos 70, a fundação do ANDES S/N nos anos 80, as principais lutas empreendidas pelos professores organizados nesse sindicato, e a participação dos docentes na vida sindical na conjuntura política e econômica neoliberal dos anos 90. Esse capítulo é o mais longo e descritivo e nele retratamos os principais fatos da conjuntura política, econômica e social que estiveram na origem e formação do movimento docente nas universidades brasileiras. Analisamos também as principais características do sindicalismo docente, suas particularidades em relação ao movimento sindical em geral, os princípios que orientaram a organização e a luta dos professores universitários e a composição da base militante do movimento

docente. A seguir buscamos averiguar os principais desafios colocados para o movimento com o retorno do país à democracia, como por exemplo a luta pela transformação nas relações de trabalho, bem como a ampliação da participação da comunidade universitária nas decisões sobre a política nacional. Os anos 90 vão representar um momento crítico, com uma sinalização clara para o movimento sindical e docente, dos novos tempos de refluxo, desmobilização e de uma relativa fragmentação da base militante. O movimento docente começa a ter dificuldades de aglutinar os professores universitários na luta contra a flexibilização e "privatização" do trabalho acadêmico. Os novos professores, que ingressaram na universidade nos últimos anos, já adotavam uma atitude de afastamento do sindicato, de ocupação dos espaços institucionais, procurando se adequar aos novos tempos de neoliberalismo e globalização. Ao longo da década de 90, as medidas de ajuste fiscal e as reformas promovidas pelos governos, retiraram direitos conquistados em décadas anteriores. O resultado foi a fragilização das representações de classe e a conseqüente perda de substância política das organizações sindicais. O movimento docente ressentiu-se do retrocesso político e do refluxo nas mobilizações, levando inclusive a um questionamento da eficácia de instrumentos reconhecidos de luta como as greves, cada vez mais prolongadas, e com resultados menos expressivos.

O quinto e último capítulo fala a respeito das concepções políticas e sindicais das principais lideranças do movimento docente, que estiveram na direção do sindicato nesse período de intensas transformações. Recupera o percurso desses militantes com o intuito de apreender a lógica do engajamento na atividade sindical, as motivações subjacentes, e as principais dificuldades e conflitos vividos em decorrência da participação no movimento. Entre os aspectos comuns da formação da identidade militante encontram-se as motivações políticas e ideológicas, a participação nos movimentos coletivos, a preocupação com a crítica social mais ampla e o entendimento do trabalho nas instituições universitárias como algo de interesse público, portanto de toda sociedade. A organização política e sindical do movimento docente foi uma ação construída a partir do reconhecimento dos professores universitários da necessidade de ampliar o debate sobre a universidade e seu papel nas grandes questões nacionais. Essas lideranças, em sua grande maioria estiveram presentes desde o início do movimento nos anos 70, e foram ativos militantes nas associações de docentes em seu local de trabalho antes de participarem da direção nacional do sindicato. Fazem parte de uma geração que viveu o período mais

difficil da ditadura militar, o retorno à democracia nos anos 80 e a sua consolidação nos anos 90. No ideário desses militantes estavam presentes os anseios por mudanças nas estruturas das universidades e da sociedade. As lutas expressavam a indignação com a opressão política e alimentava o desejo de criar no meio acadêmico um espaço de crítica social e convivência democrática entre os professores universitários e com os demais segmentos da comunidade. A partir da metade dos anos 80 o movimento vai apresentar sinais de divisão interna, mas que só vão se explicitar, aproximadamente dez anos depois, nas eleições para a diretoria nacional do sindicato em 1998. Finalmente, nesse capítulo são analisadas as perspectivas de renovação e reconstrução da ação sindical dos professores universitários.

De certa forma, nos anos 90, a militância perdeu um pouco de sua importância, levando muitos docentes a afastarem-se da vida sindical. Cabem as perguntas: o que de fato aconteceu? Os que permaneceram, como fundamentam seus argumentos relativos à ação sindical? Quais são os resultados de 20 anos de engajamento sindical? Quais são as perspectivas para a ação sindical dessa categoria? As relações construídas no espaço determinado pelos conflitos e pelas lutas sociais e profissionais ganham nesse trabalho um sentido aproximado. Trata-se de compreender o peso específico das lógicas de ação e engajamento. A busca dessa compreensão foi o fio condutor deste estudo sobre a ação sindical dos professores universitários brasileiros.

## CAPITULO I

### TRABALHO, IDENTIDADE E AÇÃO SINDICAL

#### 1.1 A sociabilidade do trabalho

Nesse estudo sobre identidade e ação sindical, tomamos o conceito de trabalho como expressão de uma forma de sociabilidade desenvolvida historicamente. Destacamos nessa historicidade do trabalho, seu traço distintivo e a sua natureza especificamente humana e ainda seu traço genérico o papel central que desempenha na construção do mundo e do homem frente ao estado de natureza. O trabalho, ao mesmo tempo, em sua historicidade é necessidade natural, porque material ainda que, com um grau elevado de abstração face às condições concretas de sua realização em um lugar e em um tempo histórico determinado.

Agnes Heller afirma em seu clássico estudo sobre a vida cotidiana que :

nenhuma sociedade pode existir sem que o homem particular se reproduza, assim como nada pode existir sem reproduzir-se simplesmente. Isso não quer dizer que sejam idênticas o conteúdo e a estrutura da vida cotidiana para todas as pessoas na sociedade . A reprodução do particular e reprodução do homem concreto, quer dizer, um homem que em uma determinada sociedade ocupa um lugar determinado na divisão social do trabalho. (Heller, 1991, p.48)

O que Heller busca afirmar, que não o homem mas o indivíduo é um ser social, isto é, não se deve fazer uma abstração da sociedade perante o indivíduo, também não é possível o contrário, ou seja, abstrair o indivíduo frente à sociedade

O particular nasce em condições sociais concretas, em sistemas concretos de expectativas, dentro de instituições concretas. Antes de tudo devemos aprender a “usar” as coisas, apropriar-se dos sistemas de usos e do sistema de expectativas, isto é, conservar-se exatamente e no modo necessário e possível em uma época determinada e num âmbito social dado. Por consequência, o homem particular é sempre reprodução de um homem histórico, de um particular no mundo concreto. (Heller, 1991, p.49)

Quando o problema posto é a busca do traço distintivo do homem, o que permite ao ser humano tornar-se humano, o que emerge é a produção da própria existência, o trabalho e a construção simbólica. A produção dos meios de existência é o que distingue



os homens e os animais, em referência ao indivíduo, não mais a uma sociedade entendida como sinônimo de um instinto “gregário”, como acontece, com as formigas, os macacos ou as abelhas.

A construção da individualidade pelas vias da socialização da produção e da distribuição do trabalho define o processo de construção e reprodução da vida social. Criticar e/ou valorizar o trabalho reflete uma experiência contraditória e dialética cuja síntese própria é, ao mesmo tempo, a experiência de um tempo social marcado pela generalização do tempo produtivo, e um tempo dos indivíduos como portadores de valor para si e para a sociedade. A natureza do trabalho define uma experiência que marca o humano como fator de produção e expressão do que é específico, único e portanto singular em nossa espécie e gênero.

O homem inventou o trabalho como construção de um mundo próprio, humano. Essa generalização criou as condições de representação coletiva do trabalho e do processo do fazer-se como ser social, portando indivíduo que estrutura a sua individualidade no seio da vida social, tornando-se homem diferenciado das demais espécies animais e idêntico a si mesmo. O movimento e a transformação do ser em si, imediato, ao ser mediado pelo trabalho, para si e para outro são enfim produto desse processo histórico de constituição da sociabilidade no e pelo trabalho.

Nas sociedades capitalistas, o trabalho assumiu a forma dominante do trabalho estranhado, alienado. As experiências que cercam a produção e reprodução da vida humana nas sociedades capitalistas se definem pela generalização do trabalho assalariado enquanto uma forma particular de sociabilidade dominante na produção e marca uma época histórica na qual a vida dos homens é centralmente regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelas leis da produção mercantil e das relações de produção voltadas para a maximização da produção e do lucro. O domínio do modo de produção capitalista e da reprodução ampliada do capital subordinou o trabalho à lógica da acumulação e a maximização do gesto produtivo. O aumento da produção e as razões técnicas que orientam a busca do lucro desconsideram as necessidades dos trabalhadores como sujeitos sociais.

Já no século XIX, a teoria marxista da alienação no trabalho insurge-se como uma crítica à economia política clássica e a sociabilidade capitalista. Marx desenvolve uma análise abrangente da opressão cotidiana dos trabalhadores sob o domínio burguês, da

propriedade privada dos meios de produção e da divisão social do trabalho, que reproduz através do controle, da disciplina e da hierarquia no trabalho, a exploração e dominação de classe na produção.

Na análise marxista da subordinação do trabalho ao capital são revelados os mecanismos de dominação e exploração do trabalho sob a forma de extração de mais valia relativa e absoluta, e o quanto alienado e distante da realidade concreta do trabalhador encontram-se o sentido do gesto produtivo, os meios de produção e o produto de seu trabalho que já não lhe pertence. As relações sociais de trabalho sob a ótica do capital são reveladoras da dominação e exploração capitalista, que começam já na seleção da força de trabalho, no seu adestramento, controle e disciplina sobre os tempos produtivos e os destinos da produção. Nesse cenário de intensificação do trabalho, o desenvolvimento da produção acabou sendo a miséria, a degradação e o sofrimento do trabalhador. Os gestos e espaços para a expressão do trabalhador no trabalho e fora dele, em última análise, devem obedecer aos imperativos da acumulação, agregar valor à produção; para o trabalhador, o trabalho se desumaniza, torna-se apenas um meio de “ganhar a vida.” O predomínio da razão técnica nas relações de trabalho, da captura do gesto do trabalhador e da criação de um ambiente de trabalho competitivo e voltado para maximização e produtividade enfim, constituem a lógica dominante nas relações de produção capitalistas.

Na atual fase do capitalismo financeiro e do sistema mundial produtor de mercadorias e das empresas transnacionais, o capital acaba exercendo uma função hegemônica que ultrapassa o campo específico do universo fabril e assume um caráter acentuadamente mais imperativo em relação à lógica da produtividade, extensivo a outros setores da sociedade, não imediatamente submetidos a ela, com por exemplo o setor de serviços e os funcionários do estado.

Nessas circunstâncias de amplo domínio, o capital revela sua face despótica. O capitalismo globalizado expressa-se, ideologicamente na teoria do pensamento único, o neoliberalismo, no fundamentalismo monetarista, na visão de Estado mínimo e num amplo leque de alternativas possíveis no sentido de neutralizar o conflito e a ação social, mitigando o caráter estratégico do trabalho, sua importância política e valor social.

Braverman, (1974), seguindo a orientação marxista, em sua obra já clássica, *Trabalho e Capital Monopolista*, analisa o processo de trabalho no capitalismo, a crescente degradação do trabalho, a desqualificação e proletarização do trabalhador no curso do

desenvolvimento do capitalismo em sua fase de dominação monopolista e atribui causas fundamentais à lógica do sistema orientado para a maximização das taxas de lucro e da produtividade frente à crescente depreciação do valor das mercadorias, inclusive e principalmente da força de trabalho, com a crescente dominação e controle do capital na produção através da estratificação, segmentação e divisão da classe trabalhadora. Seus críticos sustentam que o autor acaba por não considerar em uma justa medida a capacidade de resistência que se forma, e que pode dar um outro destino às relações de produção.

Ao longo do processo de expansão do capitalismo, a resistência dos trabalhadores vai crescer como expressão objetiva dos antagonismos entre as classes. A luta de classes, do ponto de vista da dinâmica social, adquire um papel central e vai determinar o desenvolvimento e consolidação de um padrão determinado nas relações sociais de trabalho. Conhecer a complexidade das práticas políticas, culturais, sociais e profissionais dos trabalhadores, nesse contexto mundial de interdependência, e também a dinâmica de desenvolvimento do padrão de produção e reprodução das relações sociais de trabalho têm para os trabalhadores uma importância estratégica ainda maior se levarmos em consideração o futuro das relações de trabalho enquanto definidor de um padrão para a vida social.

Dedicar-se a uma atividade profissional em um local determinado, desempenhar um ofício, fazer um trabalho, dominar determinadas habilidades e competências são atributos construídos e negociados socialmente, que vão definindo a identidade de trabalhador e a sociabilidade do trabalho. Essa atividade profissional constitui-se em um campo particular da experiência do indivíduo que possui seus fundamentos nas condições de realização e na maneira com que se dispõe a atividade produtiva como fonte de generalização dessa experiência na vida social.

A partir de 1950, consolida-se a hegemonia do sistema produtor de mercadorias nos países do ocidente capitalista. O domínio do capital financeiro, da grande indústria e do capitalismo transnacional, com a internacionalização das trocas e do mercado de capital, acelerou com grande amplitude as transformações no mundo do trabalho. O grau de interdependência e polarização das contradições que o sistema engendrou no campo econômico político e social, passou a ser regulado no quadro mais amplo das agências econômicas e políticas transnacionais, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, Organização Internacional do Trabalho e pela

interferência e mediação dos países capitalistas mais desenvolvidos na regulação da economia mundial e nas relações de trabalho. A centralidade do trabalho, seu significado, no horizonte histórico e social capitalista irá se constituir, então, como uma resultante do enfrentamento, da luta e dos conflitos entre as classes sociais fundamentais, no plano internacional.

O reconhecimento do caráter de classe das instituições sociais, da luta e dos conflitos, das organizações das classes trabalhadoras, as associações, sindicatos e partidos, adquirem uma importância estratégica e constituem uma dimensão fundamental da formação política e da identidade social e profissional daqueles que vivem do trabalho. A ação sindical, historicamente, tem sido um elemento determinante na formação de uma identidade que resiste à dominação e à exploração no trabalho e o embrião de novas formas de sociabilidade que permitam aos trabalhadores exercitarem sua autonomia e independência de classe na perspectiva da superação da sociedade classista.

## 1.2 Trabalho e identidade

A articulação entre identidade e trabalho vem de uma tradição que atribuiu importância determinante às relações sociais de trabalho no processo de sua constituição. Dentro dessa tradição no campo das ciências humanas e sociais, encontramos referências que remontam aos autores clássicos. O exercício de atividades coletivas e de trabalho conjunto é apontado pelos psicólogos sociais (Leontiev, 1978, Vigostky, 1991) como constitutivos de uma série de atributos que estão na origem da espécie humana, como o pensamento, a consciência e a linguagem.

Etimologicamente, a palavra identidade vem da raiz latina (*idem*); idêntico a si mesmo, indica permanência em meio à mudança, unidade em meio à diversidade. O conceito implica ao mesmo tempo processualidade, metamorfose como qualificam alguns autores como Ciampa (1987), Sève (1989), refere-se a movimentos que dizem respeito tanto à singularidade humana quanto a particularidades de grupos, segmentos, extratos, classes e culturas. Segundo Jacques (1993), é um conceito cujo entendimento exige superar dicotomias, pois sua compreensão envolve, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo.

Alguns autores como Camino (1996), Dubar (1997), empregam o termo identidade social para se referirem à consciência de pertencer a determinado grupo social e à carga afetiva e cognitiva que esta pertença implica. Enquanto apresentada como um processo dialético, a identidade social resulta da articulação entre os valores e normas do grupo social e a participação ativa do indivíduo em relação ao contexto histórico onde ocorre essa relação. O caráter inter-relacional entre identidade pessoal e social pressupõe que não haja identidade pessoal que não seja, ao mesmo tempo e da mesma forma, identidade social.

Segundo Plummer (1996), nas ciências sociais as discussões sobre identidade assumem duas formas importantes, a psicodinâmica e a sociológica. As origens psicodinâmicas remontam às descobertas de Freud sobre os processos de identificação, no qual os padrões mais estáveis da personalidade e da identidade são produto dessa capacidade do indivíduo de estabelecer em meio às mudanças, aos conflitos entre as demandas instintivas e as exigências do meio social, uma identidade. Disso resulta um processo permanente de permanecer o mesmo em meio a mudanças. É a continuidade da identidade, que se sustenta numa narrativa e numa história pessoal e social.

Entretanto, segundo Plummer, foram as contribuições de Erik Erikson que alcançaram maior amplitude e correspondência com as preocupações socio-históricas na constituição da identidade. Foi esse autor quem desenvolveu a expressão “crise de identidade”. Nesse processo, perde-se o sentido de igualdade e continuidade histórica..

A tradição sociológica da teoria da identidade aparece ligada a corrente teórica do interacionismo simbólico e ao pragmatismo utilitarista das teorias do “eu”, (James, 1961; George Mead, 1962; Goffmann, 1985; Berger, 1995). Para esses autores a identidade é uma construção social, ou seja as pessoas constroem suas identidades pessoais a partir da cultura em que vivem . A identidade aparece como a resultante de um processo de adjudicação e assunção de papéis, no qual é possível estabelecer uma ligação entre o interior e o exterior através desses mecanismos de transação identitária entre o eu (indivíduo) e o outro (a comunidade de pertença).

Com o advento da sociedade capitalista, os laços que uniam o indivíduo à sociedade, marcados pela tradição e pelos costumes, e que permitiam a coesão social, vão se perdendo, deixando as pessoas sem um senso claro de pertença social e de identidade. Houve um profundo deslocamento do eu, tornando-o mais individualista e suscetível às transformações e mudanças. Representa uma maior abertura e possibilidades de escolhas,

entretanto, há essa perda de fronteiras representando perda de referências com o surgimento da “personalidade narcísica” (Lasch,1990). O crescimento do autocentramento e do egoísmo ocorrem com a conseqüente perda de autoridade de um mundo público e compartilhado.

Nos anos 60 e 70 a identidade assume uma forma política, como expressão da crítica aos valores dominantes. O modelo de ação, subjacente à política das identidades, tem sua fonte de inspiração na análise marxista da consciência de classe, segundo essa análise, um grupo social dominado assume uma percepção autoconsciente de sua posição e se organiza para a ação política, o que estabelece a diferença entre “classe em si” e “classe para si”. Uma dialética de cultura, política e identidade que promove a mudança social, assim como experiências com as opressões de gênero e de etnia, ganham expressão política e de mudança cultural, e vão dar densidade social a manifestações que alargam sobremaneira o campo das investigações sobre a formação das identidades no contexto das relações sociais.

Mais recentemente, nas décadas de 80 e 90, a amplitude e velocidade das transformações no mundo do trabalho e na vida social, têm levado alguns estudiosos a buscarem identificar nas políticas de “identidade” um novo padrão para as relações sociais no futuro. Há um questionamento da tradicional interpretação e caracterização marxista da estrutura de classes, tendo como base exclusiva as relações de produção e reprodução, como modelo para toda vida social, a sociedade começa a perder seus rígidos contornos classistas. Ao se buscar novos padrões e tentar compreender a construção da identidade no trabalho, segundo alguns autores contemporâneos que fazem a crítica à sociabilidade do trabalho, deve-se ter em conta outras dimensões analíticas além da pertença a uma determinada classe social, e outras mediações além da economia e da política. As dimensões de gênero e etnia, cultural e simbólica das representações do trabalho, só ganham sentido se dimensionadas e articuladas dialeticamente no contexto da trama complexa que se estabelece entre identidade e diferença, um jogo de duplo espelhamento e reciprocidade.

A questão da socialização, para o sociólogo Claude Dubar, desenrola-se nessa relação entre trabalho e interação, isto é, entre processos e sistemas de produção e mundos vividos. O fato de querer reduzir os mundos vividos a produto dos sistemas é suprimir a questão da socialização e, portanto retirar a autonomia das ciências sociais.

Dubar (1997) ao analisar a construção das identidades sociais e profissionais assinala

a problemática fundadora das ciências sociais clássicas, que se encontra tanto em Durkheim, como em Weber, ou mesmo Marx, é a da relação entre, o desenvolvimento do indivíduo, conducentes a identidades sociais e, a estruturação de sistemas sociais que servem de suporte a mundos sociais. Todos eles consideram que a socialização é processo explicativo primeiro e que só com a socialização é que há individualização.

A identidade de alguém, segundo Dubar,

é aquilo que se tem de mais precioso, a perda de identidade é sinónimo de alienação, de sofrimento, de angústia e morte. A identidade nunca é dada de uma vez por todas no ato do nascimento: constrói-se na infância e deve se reconstruir ao longo da vida. O indivíduo nunca constrói sozinho, ela depende tanto do julgamento dos outros como das suas próprias orientações e auto-definições. A identidade é o produto de sucessivas socializações (Dubar, 1997, p.13).

Essa definição da identidade do eu como identidade do universal e do singular, isto é, daquilo que, em cada um, revela uma espécie de universal e daquilo que só revela dele próprio singular, já não como um dado primeiro, uma unidade originária abstrata da consciência pura ou da percepção como em Descartes ou em Kant, mas como um produto de um processo conflituoso que implica práticas sociais, relações objetivas e representações subjetivas é que está na base da compreensão de Dubar. Conseqüentemente, o que é importante já não é a reflexão enquanto tal, mas o meio onde se desenvolve esse processo de identificação do universal e do singular. A crítica da unidade do mundo social desenvolve-se a partir do jovem Hegel, as identidades sociais e, correlativamente, as formas de relações sociais nas quais estão enraizadas e se exprimem não podem ser deduzidas mecanicamente dos sistemas de trabalho e de produção e ao conjunto das “forças produtivas”.

Na perspectiva da reconstrução do materialismo histórico, Habermas assinala

a dimensão da transformação da identidade que se constitui através da socialização, da mediação simbólica e da integração dos papéis sociais através da igualdade e da diferença em relação aos outros, o reconhecimento recíproco; é o ponto de chegada, conhecimento do fato de que a identidade do eu só é possível graças à identidade do outro que me reconhece, identidade que depende do meu próprio reconhecimento. (Habermas, 1987, p.196).

Nessa dimensão da dualidade do social, além de Habermas, Dubar recupera o debate weberiano sobre os modos de socialização comunitária e societária na perspectiva da racionalização e tipificação da sociedade moderna. Assim é possível conceber esse processo complexo de construção da identidade de forma aberta e fundamentada em

combinações múltiplas entre as duas formas opostas de socialização (para si e para o outro) e numa articulação não funcional entre as esferas constituídas pela lógica das atividades de trabalho, das representações simbólicas e das estruturas e organização do poder.

Mais do que desembocar num tipo de individualidade única e estereotipada, o movimento das sociedades modernas conduziria a uma forte diferenciação das identidades de acordo com todas as possíveis combinações entre lógicas de atividade, formas de poder e níveis culturais. A relativa autonomia dos diferentes campos e a não coincidência crescente das posições dos indivíduos nestes campos contribuem também para o aprofundamento desta diferenciação de identidades. O fenômeno identitário assim concebido como produto da socialização pode então ser aprendido na sua dimensão compreensiva através da análise dos “mundos” construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social e onde se pode construir melhor as identidades num campo social específico.

Um campo extenso e importante desse processo de construção da identidade é o mundo dos saberes especializados, saberes profissionais que remetem para um universo simbólico portador de racionalidades que regulam novas e amplas possibilidades de inserção social e de conformação dos conflitos e limites da sociabilidade do trabalho. Não basta criar apenas novos espaços de ação, novas regras e novos modelos de relação, torna-se necessário à existência de um espaço de formação, que permita transformar as identidades dos agentes e ultrapasse a reprodução pura e simples das identidades pré-existentes.

A articulação entre identidade e trabalho, para Dubar, emerge da recusa à distinção da identidade individual e coletiva para fazer da identidade social uma articulação entre duas transações : - uma “interna” ao indivíduo e outra “externa”, estabelecida entre o indivíduo e as instituições com as quais interage. Dá uma importância tão grande aos processos culturais como às estratégias de ordem econômica. No centro da teoria encontra-se uma articulação de dois processos de identidade heterogêneos. Nesse sentido não é possível afirmar “a priori” a compatibilidade entre as antecipações estratégicas dos indivíduos em termos de poder, renda e prestígio com as exigências de comunicação do “sistema” em termos de empatia, cooperação e trocas. O desafio é certamente o da articulação desses dois processos complexos mas autônomos: não se faz as identidades das



peças, sem elas e, contudo, não se pode dispensar os outros para forjar a sua própria identidade.

A identidade social não é transmitida de uma geração a outra, é sempre reconstruída por cada geração com base em categorias herdadas das gerações precedentes e também através das estratégias desenvolvidas pela atual geração de indivíduos que, na interface com as instituições, as mantém, as modificam ou mesmo as destroem. O recurso a esquemas, “modelos de identificação”, estabelece a possibilidade de conhecermos algumas combinações coerentes de identificações fragmentárias e mesmo contraditórias, num determinado espaço - tempo geracional.

O esquema conceitual, referencial e operativo, construído pelo sociólogo e professor de sociologia Claude Dubar para a análise das identidades sociais e profissionais, animou várias investigações na França nas últimas décadas, adquirindo notoriedade, principalmente em função da conjuntura de intensas e aceleradas transformações na economia mundial e seu impacto no mercado de trabalho, a reestruturação produtiva e educativa e as profundas mudanças no mundo do trabalho, na formação, qualificação e, na identidade profissional dos trabalhadores.

A sua contribuição maior se manifesta na ênfase emprestada à análise teórica da identidade social enquanto produto de uma transação, como síntese da dimensão subjetiva (biográfica) e objetiva (relacional), constituindo-se como suporte analítico para investigações que permitam reconstruir através das observações empíricas, modelos aproximativos, que auxiliem na compreensão teórica das trajetórias possíveis e das estratégias utilizadas pelos trabalhadores na relação com as mudanças em curso.

Os espaços de trabalho e de organização das identidades de determinadas categorias profissionais, pelas suas especificidades, associadas a atributos de qualificação e prestígio e vice-versa são bastante representativos do eu. As mudanças em curso no mundo do trabalho, novas formas de organização, inovações tecnológicas, novas políticas de gestão têm suscitado novas indagações sobre a articulação, entre trabalho e identidade.

Dubar sugere que o sindicalismo pode constituir, por exemplo, num desses espaços de socialização, possibilitando a transformação das identidades “dominadas” em identidades “militantes”, que resistem à dominação e que contribuem para a produção de novas regras do jogo. Essa construção, segundo o autor, entretanto, só pode ser feita a partir das representações individuais, subjetivadas pelos próprios protagonistas, implicando

o reconhecimento de outrem, e, constitui necessariamente uma construção conjunta. É essa passagem do representado ao operatório, do passivo ao ativo, do já produzido ao em construção que permite definir as identidades como dinâmicas práticas e não como dados objetivos ou sentimentos subjetivos.

Dubar em seus estudos sobre as identidades sociais e profissionais, extrai uma série de conseqüências práticas, a partir de uma perspectiva sociológica, das diferentes estratégias de identidade e defende a hipótese de que

as identidades sociais e profissionais não são nem expressões psicológicas de personalidades individuais nem produto das estruturas ou de políticas econômicas que se impõem de cima, elas são construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, sistemas de trabalho e sistemas de formação. (Dubar, 1997)

Nas trilhas teóricas deixadas por Dubar e outros autores, surgem importantes pistas sobre o deslocamento de sentido que experimentou o trabalho como laço social, o que permitem explorar de maneira mais abrangente, as dimensões biográfica e relacional, e o caráter coletivo e ao mesmo tempo individual de algumas lógicas de ação.

O caráter associativo de alguns movimentos que nascem e se desenvolvem na esfera do trabalho ou em suas imediações, as associações de classe, os sindicatos, as cooperativas de produtores associados, essa dimensão ampliada da experiência da vida militante no seio da vida social, são uma parte importante dessas transações da identidade.

Nesse universo associativo, no caso o movimento sindical, o papel das solidariedades profissionais tem um nome, uma história e identidade coletiva, uma representação institucional e uma presença reconhecida na vida social como portadora de valor para os indivíduos que a constituem. As organizações profissionais de trabalhadores, as legislações pertinentes às relações trabalhistas, os códigos de ética e os regulamentos oficiais das profissões configuram uma trama de regulação que demonstra a evolução, a complexidade e a especialização na divisão do trabalho no mundo moderno.

O engajamento militante, social e profissional dos trabalhadores frente às disputas que cercam a compreensão sobre a realidade do trabalho, que tomam para si a tarefa da luta coletiva e da participação política, reflete um posicionamento comum de contestação e crítica ao processo de socialização capitalista. Refletem também uma atitude existencial no trabalho, que no mínimo poderíamos afirmar de não conformidade com o instituído nas relações de trabalho. Porém, a lógica da ação é diversamente partilhada.

Em outras palavras, num sentido amplo, para esses trabalhadores que participam da associação e do coletivo profissional o aspecto comum é a luta contra a alienação no trabalho, de contestação da sociabilidade estabelecida nos marcos das relações de produção vigentes na sociedade capitalista articulada com as transformações mais gerais na composição do tecido social, buscando mudanças nos padrões estabelecidos nas relações sociais e de trabalho.

### 1.3 O sindicato e as linhas de ação sindical

No *Dicionário do Pensamento Social do século XX* encontramos

os sindicatos são organizações coletivas de trabalhadores existentes na Grã – Bretanha desde o final do século XVIII e conhecidas como *trade societies ou union*”. Sidney e Beatrice Webb, em uma definição clássica (1920,p.1), declaram que “uma *trade union*, tal como entendemos o termo, é uma associação contínua de assalariados com fim de manter e melhorar as condições de suas vidas de trabalho. ( Bottomore & Outhwaide, 1996)

Essa definição aponta para o caráter coletivo dos sindicatos e para suas finalidades primeiras de defesa dos interesses mais imediatos dos seus associados. Entretanto, é possível, de outra forma verificar o alcance limitado da mesma, quando passamos a apreender a sua existência concreta, em diferentes contextos sócio-históricos e diferentes sociedades.

Grande parte da análise do sindicalismo deriva extensamente do campo de análise marxista, cuja questão central é saber qual o papel dos sindicatos frente à tarefa da revolução socialista. No âmbito das discussões sobre o caráter, reformista ou revolucionário do sindicalismo, encontra-se presente boa parte da disputa que atravessa as diferentes estratégias e leituras dos trabalhadores sobre o significado social dos sindicatos. Nos debates sobre as grandes linhas de ação sindical, seu significado em diferentes tempos históricos e diferentes contextos sociais e políticos, é possível identificar várias linhas de ação sindical.

Uma primeira vertente que foi a do sindicalismo presente nas correntes anarcosindicalistas e outros grupos de socialistas utópicos ou mesmo revolucionários, que viam no sindicato as formas embrionárias da futura sociedade socialista representados mundialmente, desde pelo menos, as experiências da Comuna de Paris a da Revolução Russa de 1917. Fatos característicos da luta sindical, nas suas origens, eram a precedência

da ação frente à teoria, a ação direta, a independência frente aos partidos políticos, o incentivo à iniciativa das bases, o desafio ao Estado e suas instituições, a espontaneidade e a aguerrida militância somadas ao combate ao intelectualismo burguês e a influência negativa que exercia dentro do movimento trabalhista, a luta contra o parlamento por considerar esse espaço fonte de acomodação e carreirismo. Todo um conjunto de princípios que marcaram a sua influência até as primeiras décadas do século XX.

Esses sindicalistas enfatizavam a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora e ao mesmo tempo vincularam essa luta a transformação revolucionária da sociedade. Nesse contexto, o sindicalismo parecia oferecer uma alternativa à classe trabalhadora, o próprio socialismo era concebido em termos do controle dos trabalhadores que se opunham ao “centralismo burocrático”, a maioria dos sindicalistas era contra o militarismo e o nacionalismo. Em 1914, o sindicalismo revolucionário tornara-se a posição oficial de setores significativos do movimento sindical, principalmente em países com tradições de anarquismo, com substancial base artesanal e poucos antecedentes de negociação coletiva institucionalizada como a França, Espanha e a Itália.

Durante o período que se seguiu, com a explosão da I Guerra Mundial, a tentativa de formação de uma Internacional Sindical fracassou, muitos sindicalistas foram recrutados para o Front e/ou cooptados pelos esforços de guerra entre os países beligerantes. Os que restaram organizaram a “oposição de esquerda”, responsável por sustentar as premissas do sindicalismo revolucionário e a crítica ao sindicalismo “amarelo”, mas isso acabou se constituindo apenas por uma minoria, uma pequena vanguarda. O esfacelamento das organizações e das lideranças do sindicalismo revolucionário, acabou erradicando das teorias sindicalistas, o socialismo de baixo para cima e de gestão da sociedade pelos trabalhadores, e foi o prenúncio do crescimento do sindicalismo “oficial”, isto é, “correia de transmissão do capitalismo” de caráter burocrático, reformista, atrelado aos interesses das classes que dominam o aparelho de Estado.

Algumas das variantes do sindicalismo "oficial" podem ser verificadas nos regimes autoritários (populista, fascista e stalinista), que sob a retórica das razões de Estado, dos interesses nacionalistas, estabelece um pacto “corporativo” de subordinação dos sindicatos aos desígnios dos Partidos e das estruturas Estatais.

A partir das décadas de 60 e 70, a época de ouro do capitalismo, construída desde a segunda guerra mundial na maioria dos países ocidentais as políticas de pleno emprego e do Estado de bem-estar social, começa a apresentar sinais claros de esgotamento. A conjuntura de crise da economia mundial e do sistema produtor de mercadorias, com quedas nas taxas de acumulação, o surgimento da recessão mundial, vai levar a uma reestruturação geopolítica com a formação dos blocos econômicos e integração e incorporação dos mercados. Uma nova ofensiva do capital na produção começa a se esboçar com a reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho, novas formas de gestão, inovações tecnológicas com base na automação, robótica, informática, microeletrônica, acelerando a internacionalização das plantas industriais e fortalecendo o poder das empresas multinacionais.

No contexto Latino Americano, a partir dos anos 70, desenvolveu-se um modelo de ação sindical derivado do pensamento social católico. No Brasil, é ilustrativo o movimento católico da “teologia da libertação”, que encorajou o sindicalismo na luta contra os regimes militares e contra o domínio das multinacionais. Esse fenômeno foi mais acentuado nos países sem uma tradição de organização social, onde os sindicatos acabam sendo os únicos agentes capazes de coordenar uma ação social independente e bastante abrangente, que pode servir como catalisador da luta social, ampliando os espaços de participação e decisão dos excluídos no âmbito da vida pública nacional e internacional.

Ainda no período recente, uma outra vertente neopragmática do sindicalismo, existente nos EUA desde os anos 30, ressurgiu no final dos anos 80, como resultado do fim da União Soviética e o surgimento da onda neoliberal no ocidente capitalista, num momento de maior intensidade da crise do modelo construído sob o paradigma da sociedade de trabalho, o sindicalismo de negócios e/ou de resultados, voltado para a colaboração de classes na produção e articulado com a lógica e com os valores da sociedade de mercado, que abriu mão do caráter classista e das finalidades políticas e ideológicas da ação sindical.

Nessa versão do sindicalismo de resultados desaparece como horizonte histórico à emancipação dos trabalhadores, e a utopia marxista da sociedade sem classes, ou seja, o sindicato deve manter-se exclusivamente dentro de uma visão econômica de parceria com o capital e de assistência ao trabalhador, no sentido de neutralizar os efeitos potenciais do

conflito de classe em razão das mudanças introduzidas na produção e nas relações de trabalho.

Segundo Cattani, pode-se perceber que as experiências históricas revelam que o sindicalismo comporta pelo menos duas formas distintas de identidades:

a) uma identidade institucionalizada e reconhecida no âmbito "oficial" pelo Capital e/ou pelo Estado, que corresponde à definição clássica de Sidney Webb, isto é, a existência do sindicato é aceita reconhecendo-se previamente, a legitimidade e o poder do Capital e do Estado de estabelecerem as condições e as regras dos contratos e de limitarem os objetivos e as possibilidades de ação. O sindicato é concebido e tolerado como instância de representação profissional para reivindicar demandas econômicas limitadas à esfera da empresa; b) identidade autoproduzida: - nesse caso a aglutinação de forças individuais ultrapassa extrapola a função de negociação dos salários, assumindo um caráter dinâmico, não só de resistência, mas de contestação ao poder do capital, de construção permanente e ampliada da dignidade e liberdade em termos coletivos. (Cattani, 1997, p.225)

Ou seja, para Cattani a identidade militante em sua articulação com a ação coletiva, representa ao mesmo tempo uma determinada concepção de atuação sindical e uma configuração alcançada historicamente na disputa entre as classes sociais. Seja pela presença permanente do movimento associativo organizado nos sindicatos, ou pela construção de uma consciência ampliada do significado das relações sociais de trabalho, em termos de liberdade e justiça social.

#### **1.4 A identidade militante**

Profundas transformações no mundo do trabalho e os questionamentos sobre a centralidade e racionalidade da sociabilidade estabelecida pelas "novas" relações de produção passaram a compor o debate contemporâneo. O contexto social mundial nesse período recente e mais acentuadamente na década passada, vem marcado pela pulverização dos sindicatos, por uma crise da identidade de classe, de legitimidade e representatividade das lideranças sindicais.

No Brasil, mudanças de orientação começavam a ser implementadas a partir das diretrizes do pensamento neoliberal, que vão dominar a política e a economia durante toda a década de 90. Em relação ao movimento sindical docente, a construção de uma identidade política e sindical no contexto de ascensão da democracia representativa e das eleições acabou por acentuar as divisões internas dos militantes em vários grupos. Alguns

saíram do movimento e foram ocupar postos de comando, outros permaneceram no sindicato, outros enfim deram por encerradas suas lutas políticas entendendo que seus objetivos haviam sido atingidos. Então, a identidade militante perdeu um pouco de sua positividade, passando também por um processo de desgaste já ao final da década de 80. Ao se consolidar os processos de escolha democrática na sociedade, os espaços de participação vão sendo ocupados também por professores que tiveram presença no movimento sindical, ocupando posições ou cargos de representação nas estruturas das instituições universitárias e em outras instâncias de atuação política, como por exemplo, nos partidos políticos, no parlamento e no executivo.

O que se buscou compreender nessas circunstâncias de mudanças para o conjunto das classes trabalhadoras, e em particular, para os professores e militantes do movimento docente organizados no Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi :

Quais as concepções políticas e sindicais que orientam a ação sindical do movimento docente? Como as principais lideranças do movimento compreendem a lógica do engajamento dos docentes na militância política e sindical? Há propriamente uma crise de representatividade e legitimidade do movimento sindical dos professores universitários vinculados ao ANDES S/N? Quais as principais dificuldades políticas e sindicais enfrentadas pelo movimento docente universitário nessa conjuntura neoliberal das últimas décadas? Que atributos aparecem associados à ação sindical e à identidade militante nas relações profissionais? Como se apresentam no discurso das lideranças, as transformações do trabalho docente na suas dimensões constitutivas , o vínculo com o emprego, a formação e qualificação para o trabalho e o reconhecimento das competências? E finalmente como esses dirigentes percebem as perspectivas futuras para a renovação e participação na vida sindical?

O tema central desse trabalho é a construção da ação sindical dos professores universitários brasileiros, com ênfase no processo de socialização e construção da sociabilidade no espaço de participação da vida sindical, o sindicato nacional dos docentes ANDES S/N. Para tanto, foram entrevistadas as principais lideranças do movimento docente, dirigentes do sindicato nacional ANDESS/N nos anos 90. Oriundos de diferentes localidades do país, universidades e com formação profissional distintas, as trajetórias desses dirigentes sindicais e professores expressam uma rica experiência e uma ampla visão das questões afetas ao mundo do trabalho e da educação, sobretudo pela sua

dimensão crítica, de compromisso com a história de lutas da categoria e do movimento docente. Experiências que possuem dupla face, pois, construção para-si e para o outro, de modelos de identidades e de sociabilidade.

Nessa conjuntura internacional de instabilidade e polarização dos conflitos sociais, de aparente crise da identidade de classe e, da sociabilidade definida pelos laços sociais do trabalho, os vínculos se desestruturam e ameaçam implodir, levando de roldão o conjunto das crenças que até então sustentaram a trama e que deram vida a uma participação sindical ativa e vibrante. Justamente quando os vínculos parecem dissolver-se as referências coletivas se dispersam, é que devemos intensificar a escuta de um passado que ainda não se foi e de um futuro que ainda não é. Vivemos um período de grandes turbulências e de mudanças ainda não completamente assimiladas no plano existencial, moral e filosófico. Para além das disputas ideológicas, das lutas e da construção das bases materiais de uma nova sociabilidade, é importante ressaltar as questões polêmicas do debate conceitual e das experiências do trabalho submetidos à lógica das transformações recentes e o caráter inesgotável da criatividade e da ação dos trabalhadores organizados na construção de um mundo mais humano, com maior liberdade e igualdade.



## CAPITULO II

### O SINDICALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Nesse capítulo procuramos apresentar um quadro geral das principais transformações que ocorreram no mundo do trabalho e seus efeitos sobre a ação sindical dos trabalhadores organizados na CUT. A história de luta dos trabalhadores no contexto do capitalismo tem mostrado que a atitude diante do trabalho, seja ela de conformação e/ou de resistência, é resultado das contradições do capital em processo; e que o engajamento e a construção da identidade política e social dos militantes são o resultado de um processo de sucessivas socializações e identificações, seja no plano pessoal (biográfico) do trabalhador, seja no campo profissional (relacional) de suas organizações sindicais. O engajamento e as lógicas de ação são o produto da vivência dos trabalhadores no cotidiano do trabalho e a tomada de posição frente a essas contradições a cada momento histórico dado e seus condicionantes sociais e institucionais.

As orientações do sindicalismo brasileiro representado pela CUT influenciaram decididamente as posições sindicais assumidas pelo movimento docente desde a fundação do ANDES S/N nos anos 80. A decisão de filiação do ANDES S/N a CUT fortaleceu o vínculo do movimento dos professores universitários com as atividades sindicais e com as lutas mais gerais dos trabalhadores. A reestruturação no mundo do trabalho, a partir das últimas décadas do século XX, atingiu o conjunto da classe trabalhadora e suas organizações sindicais. Mudanças semelhantes podem ser verificadas no campo educacional, no sindicalismo docente e que trataremos de forma mais detalhada no terceiro capítulo sobre a reestruturação na educação. O movimento sindical docente possui suas particularidades mas é inegável que o impacto sofrido pelo movimento sindical em geral contribuiu para o balizamento das concepções políticas e sindicais dos professores universitários. A consolidação do caráter sindical da ANDES e a participação das direções do sindicato nos fóruns, departamentos e congressos da CUT permitiram introduzir no meio acadêmico o debate nacional às questões ligadas às transformações no trabalho.

## 2.1. A reestruturação produtiva

As transformações das relações de trabalho na indústria e a divisão do trabalho na fábrica são resultados de um processo sócio-histórico antigo e de longa duração designado pela expressão “oficina do mundo” ( Aued, 1993 pag.14).<sup>1</sup>, “locus” do processo de intensificação das relações de produção e do processo de valorização e da acumulação capitalista. Revolucionar constantemente as forças produtivas tem sido uma das características fundamentais das sociedades capitalistas, além de ser condição fundamental de sua reprodução ampliada. A reestruturação produtiva, num sentido inerente a esse processo, refere-se às inovações tecnológicas e organizacionais, acarretando mudanças permanentes nas relações de trabalho. O que podemos observar mais recentemente, é uma intensificação do processo de internacionalização do sistema produtor de mercadorias e das relações de produção capitalistas, a partir da globalização (mundialização do capital), da 3ª revolução técnico-científica (micro-eletrônica) e da expansão do (neo)liberalismo pós-queda do comunismo na Rússia e na Europa do Leste.

Segundo Alves, o parâmetro para análise, é o “complexo de reestruturação produtiva”

o que denominamos complexo de reestruturação produtiva envolve um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQ's e Programas de Qualidade Total; a série de racionalizações da produção tais como o "downsizing" e a reengenharia (muitas das racionalizações produtivas decorrem de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram - e ainda implicam - demissões em massa) Além disso, é um importante componente do complexo de reestruturação produtiva, dos vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que criam nova regulação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às necessidades imperiosas do capital em processo (Alves, 2000, p.11).

Grande parte dos estudos empíricos e do debate teórico sobre a reestruturação produtiva destacam a importância determinante da mudança do paradigma tecnológico nas

---

<sup>1</sup> A designação “oficina do mundo” é bem antiga e remonta a situação da Inglaterra em torno de 1801-1841. Aí algumas palavras foram inventadas e ganharam um sentido inconfundível. Palavras como industrial, fábrica, ferrovia, operário, greve, pauperismo, são alguns termos que dão nome as novidades surgidas na Inglaterra, que rapidamente se propagaram por todo mundo.

relações de produção e nos processos de trabalho. Uma parcela dos investigadores e analistas insiste no esgotamento dos fundamentos que deram sustentação ao modelo taylorista / fordista que perdurou até os anos 60 no mundo capitalista e aponta como o principal fator das mudanças os avanços tecnológicos, que justificaria a adoção de novos paradigmas, baseados nas experiências desenvolvidas nos países localizados no centro do capitalismo avançado, cuja referência internacional na atualidade é o modelo Japonês .

Conforme Alves, (2000 p.9), o aspecto mais relevante porém é que esse conjunto de inovações técnicas organizacionais e institucionais, representa uma nova ofensiva do capital na produção, isto é, não possui um caráter neutro na perspectiva da luta de classes. Esse processo expressa, antes de tudo, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista, a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. A reestruturação produtiva acabou por acelerar esse processo de precarização e fragmentação da classe trabalhadora e a suscitar um amplo debate a respeito da posição da força de trabalho na organização do trabalho capitalista e qual o significado das mudanças em relação ao padrão de acumulação dominante (taylorismo-fordismo).

Nas ciências sociais e, particularmente na sociologia do trabalho, concentram-se as linhas de investigação que têm se voltado para o estudo dos processos de trabalho e suas implicações no interior do espaço da fábrica e na vida social. Principalmente nas últimas décadas do século XX, inúmeras publicações sobre o processo de reestruturação produtiva e suas implicações econômicas, políticas e sociais ganharam espaço no meio acadêmico e profissional. Evidentemente considerando-se, cada qual com suas particularidades teóricas e metodológicas, afetas a cada contexto sócio-histórico em que se desenvolveram.

O que se destaca nestes estudos é o diagnóstico sobre os efeitos da crise do modelo, que permitiu a prosperidade do capitalismo nos países desenvolvidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um círculo virtuoso de crescimento e de quase pleno emprego. Para uma corrente os otimistas estariam desaparecendo os pilares do modelo, a base técnica da divisão do trabalho (intelectual x manual), o que possibilitaria, pelo menos em tese, a superação do autoritarismo no espaço da produção e a redefinição das relações de trabalho marcadas pelo antagonismo entre a gerência e o chão da fábrica, enquanto que

para outra, os pessimistas, estariam apenas sendo redefinidas a composição do trabalho e os patamares da produção (aumento da produtividade e acumulação flexível).

Para Alves, grande parte das pesquisas sobre a reestruturação produtiva centra-se na discussão, descrição e análise de dados empíricos que, certamente, contribuem para dar maior visibilidade às alterações estruturais do mundo do trabalho, entretanto, deixam a desejar quanto ao fato de não incorporar um viés crítico, isto é, que permita inserir esse processo numa reflexão mais ampla que contemplasse a “totalidade” do sistema capitalista. Conforme Alves, o mero acúmulo de percepções empíricas não conduziu à clara compreensão dos rumos do processo histórico mais amplo da reestruturação produtiva e sua vinculação com as determinantes da sociabilidade capitalista, como a luta de classes e da lógica do capital, como processo em contradição.

Um dos temas em destaque nas pesquisas se refere à centralidade e o futuro da sociedade do trabalho diante dos avanços tecnológicos e do incremento da produtividade. A demanda seletiva e decrescente em relação à incorporação da força de trabalho ocasionou profundas mudanças na estrutura ocupacional; de um lado, encontram-se as crescentes demandas de qualificação e empregabilidade face às exigências da intelectualização do trabalho e das novas tecnologias, e do outro, a eliminação de postos de trabalho, a precarização do emprego e o aumento do desemprego estrutural. A ocorrência de taxas de desemprego permanentemente altas sugere uma transformação acelerada no mercado de trabalho e uma sociedade de desempregados, fenômeno bastante presente nos países desenvolvidos. O que tem levado à emblemática situação das “fábricas do futuro”<sup>2</sup>, sem trabalhadores.

Segundo Frigoto (1993),

é significativo que, ao mesmo tempo em que se difunde uma corrente que (Offe,1989; Gorz,1982) aponta para o fim da sociedade do trabalho e a perda da centralidade do trabalho na estruturação da sociedade e da identidade individual e coletiva, os estudos sobre o trabalho e suas mutações no mundo contemporâneo multipliquem-se, concentrando os esforços de investigação de um número crescente de cientistas sociais.

Nessa conjuntura econômica de reestruturação produtiva, pode-se destacar, pelo menos três áreas atingidas pelas inovações tecnológicas e organizacionais no trabalho : as estruturas de emprego, ocupacional e de qualificações. O desemprego tecnológico

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada para designar uma situação no mínimo insólita : fábricas sem trabalhadores e sindicalização de robôs.

concentra-se nas áreas defasadas face ao novo padrão de competitividade, em atividades facilmente substituíveis pelo novo instrumental e naquelas portadoras de padrões tecnológicos em desatualização.

O impacto não é desprezível. No mundo, milhões de trabalhadores perderam seus empregos nos últimos anos em decorrência da flexibilização do mercado e das inovações. Questiona-se, fundamentalmente, se haveria reais chances de incorporação desse desenvolvimento científico e tecnológico pelo conjunto dos trabalhadores e das reais possibilidades de pôr fim à divisão social do trabalho que persiste com a estratificação e a segmentação do trabalho. Mesmo no pólo mais central, dos trabalhadores que permanecem integrados nesse processo, isto é, empregados ou potencialmente empregáveis, é necessário questionar as efetivas possibilidades de reunificação do trabalho humano por essas inovações, se efetivamente estaria ocorrendo a quebra do monopólio de conhecimento mantido pelas gerências e se o trabalhador estaria tendo oportunidade de desenvolver suas habilidades, de interação e exercício da autonomia.

As conseqüências negativas desse processo em países periféricos, isto é, os países emergentes, em desenvolvimento, têm sido grande; o abismo entre as classes sociais é ainda maior e a crescente massa de desempregados constitui-se num exército de excluídos que ameaça os fundamentos da reprodução do padrão dominante nas relações de trabalho, cuja expressão recente tem sido o crescente aumento do desemprego e da violência em decorrência do aumento exponencial da miséria e da precarização do trabalho.

### Segundo Frigotto

falar do fim do trabalho como elemento básico de preocupação neste contexto, sem atentar para a sua dimensão ontológica, é bastante cínico. É difícil sustentar o que Offe e outros autores sustentam como preocupação central dos trabalhadores: o ciclo vital, o lúdico e o prazer. Também é problemático falar no fim das classes sociais, por mais complexa que se apresente a sua apreensão, enquanto a forma mais-valia não for superada. (Frigotto, 1993, p.65)

As alterações no padrão de reprodução da força de trabalho e as mudanças no processo produtivo resultante da reestruturação produtiva no Brasil são bastante recentes. Para alguns autores como Alves (1996), é pontual e limitado, para outros como Leite (1997) e Bresciani (1994), são bastante diversificadas nas grandes empresas, interfirmas e intersetores, acelerando bastante ao final dos anos 80, as novas tecnologias de gestão os programas de qualidade e produtividade, as terceirizações e downsizing.

Como fato histórico e acontecimento político e social a maioria dos estudos se concentra nos anos 90, período dominado pelo ajuste neoliberal, de abertura indiscriminada do mercado brasileiro ao capital internacional, as privatizações e a reforma do Estado. No campo econômico os setores visados foram os ditos estratégicos (financeiro, automotivo, metal-mecânico, elétrico, químico e telecomunicações) e indiretamente através do ajuste fiscal das contas do governo e das privatizações das empresas estatais, setores de produção e serviços públicos administrados pelo Estado.

No Brasil os setores de ponta da economia (elétrico, metal-mecânico, químico e eletrônico) perderam de 30% a 40% dos postos de trabalho desde os anos 80 até 1998. O que variou, foi a intensidade das demissões que ocorreram em períodos de tempo mais ou menos concentrados, dependendo do setor. E não só nossas ilhas de Fordismo periférico foram profundamente atingidas. Além dos muitos setores privatizados, setores tradicionais como o coureiro e o têxtil, grandes empregadores de mão de obra, foram desestruturados com a abertura da economia. (Melo, Barbosa e Neto, 1996)

Segundo várias pesquisas (DIEESE,1994, Neto, 1998), a terceirização no Brasil acompanha a tendência internacional, estando, via de regra, associada à redução de custos, aumento do número de pequenas e micro-empresas; enxugamento das estruturas organizacionais ocasionando demissões; menores salários, perda de benefícios e vantagens salariais constantes nos acordos coletivos sindicais; maior precariedade do vínculo empregatício, das condições de trabalho e segurança; crescimento do trabalho temporário.

Outros trabalhos (Leite,1997), apontam para o incipiente nível de automação na produção, além do que, o mesmo estaria concentrado nas regiões sul e sudeste, ressalvadas poucas novas fábricas do setor automotivo. Incapazes de modernizar-se tecnologicamente, as empresas brasileiras, em geral, e de forma mais significativa, nos anos 90, voltaram-se para as tecnologias organizacionais, de custo muito menor (Azevedo,1997; Bresciani,1997). Pesquisa entre as mil maiores empresas brasileiras em 1995 mostrou que 71% tinham algum programa de qualidade em andamento, encontrando, no entanto, resistências da média gerência e um clima motivacional desfavorável no ambiente de trabalho (Azevedo,1997). Com os baixos salários e a alta rotatividade praticada, via de regra, pelo empresariado brasileiro não é de se estranhar a pouca motivação dos trabalhadores. Outra pesquisa sobre qualidade e produtividade na indústria brasileira, abrangendo um universo expressivo de 1356 pequenas, médias e grandes empresas de todo

país, feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, Confederação Nacional da Indústria e Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas (1996), mostra que as reformas estavam restritas a uma minoria de empresas e setores. O destaque fica para as empresas de maior porte, líderes na implementação de programas de qualidade, produtividade, treinamento e escolaridade de mão de obra, mas em flagrante contraste com a imensa maioria da indústria brasileira.

## **2.2 O impacto no meio sindical**

Estudos sobre conflitos sindicais em quatro países industriais avançados (Itália, Alemanha, Suécia e EUA) conduzidos por Locke e Thelen (1998), ao situar-se dentro de uma abordagem das políticas sindicais, da luta dos sindicatos por redefinir o seu lugar na economia política e ao mesmo tempo reestabelecer suas identidades enquanto organizações do trabalho no final do século XX sustentam que as respostas sindicais, bem como as conseqüências desses desafios para a organização dos trabalhadores variam de forma notável de país para país, na forma e conteúdo. Embora se perceba uma tendência internacional de precarização do trabalho e do refluxo da luta de classes, com o aumento das pressões sofridas pelos trabalhadores diante das transformações no mundo do trabalho e da reestruturação produtiva, há diferenças significativas, quanto aos arranjos socio-institucionais desenvolvidos em cada País, ou mesmo região, na definição dos contornos e resultados políticos alcançados.

O movimento sindical brasileiro nos anos 80, por exemplo, esteve na contramão da cena internacional; experimentou um excepcional crescimento e poder de interlocução junto à sociedade civil organizada durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira desde o fim da ditadura militar, de forma mais presente, a partir da década de 90. O crescimento do sindicalismo dos anos 80 trouxe os trabalhadores brasileiros para a cena política depois de décadas de arbítrio, através das grandes lutas e mobilizações que marcaram o período, sua característica de movimento social de contestação e confronto ao regime autoritário. Na busca das liberdades mais elementares, desenvolveu uma luta por uma sociedade sem “exploradores e explorados”. As greves, assembléias, as oposições sindicais, as comissões de fábrica, passeatas, protestos, agitação e propaganda, campanhas públicas em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores, a expansão e

reestruturação dos sindicatos que resultaram na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), são acontecimentos representativos do crescimento político do movimento operário e social no Brasil nesse período.

Segundo Carvalho Neto,(1999), autores como Salermo,(1993), Krein,(1997) e Pinheiro Santos,(1997) ressaltam que o impacto das novas tecnologias organizacionais resultantes da reestruturação produtiva ensejaram ações diferenciadas do sindicalismo brasileiro, mas que de um modo geral os sindicatos apresentaram-se despreparados para lidar com essas questões. Para esses autores, a ação sindical dominante tem sido geralmente reativa, no sentido de tentar minimizar os impactos, negociando quando possível; mas atuando sobre fatos consumados. Outras ações como a da rejeição em bloco a “gestão do capital” (sindicalismo atuante) ou a simples falta de intervenção (sindicalismo pelego) são também usuais, já uma intervenção e negociação antecipada é um fato muito mais raro.

Assim, conforme Neto (1999), a parcela mais atuante do sindicalismo brasileiro identificado com a CUT, procura influenciar o processo de reestruturação produtiva e tem assumido postura mais pragmática nos anos 90, de menos confronto e mais negociação, entretanto, sem abrir mão dos legítimos instrumentos de pressão. Os espaços tradicionais de mobilização dos trabalhadores se restringiram, como é o caso das assembléias sindicais, das manifestações de protestos nas portas das empresas e nos espaços públicos, assim como os espaços de definição das conquistas dos trabalhadores (os acordos negociados nas convenções e contratos coletivos). Pode-se afirmar que ao final dos anos 90 o sindicalismo, ainda que voltado para os trabalhadores, acabou atuando sem a presença massiva da militância de base, o que limitou a ação das lideranças e dos dirigentes sindicais na condução desse processo. Houve um refluxo do movimento e de crise do atual padrão de militância, em decorrência da alteração súbita dos rumos, diante de uma conjuntura de instabilidade, de uma fase difícil da economia, do regime político, das instituições e das relações sociais.

Do lado empresarial, a tendência tem sido a de aproveitar-se desse momento atual (de diminuição do poder sindical) para tentar reduzir drasticamente tanto os direitos trabalhistas quanto o direito de organização sindical. A maioria do empresariado brasileiro continua agindo dentro da lógica dos baixos salários, da alta rotatividade e da



racionalização dos custos voltados para o trabalho. É uma ótica contrária a qualquer política de qualificação profissional e de valorização do trabalho. No entanto, afirma Neto (1999), há setores do empresariado, reduzidos porém influentes, que têm demonstrado que caminham para garantir um processo de negociação mais democrático, embora, ressalta o autor, pratiquem essa via mais no ABC do que nos lugares sem tradição de luta operária.

### **2.3 O debate e as estratégias do movimento sindical**

Segundo Alves (2000), as questões que permitiram estabelecer uma agenda política e determinaram a forte e radical manifestação ideológica dos trabalhadores nos anos 80, acabaram refluindo nos anos 90, em função da cegueira analítica sobre a nova ofensiva do capital na produção e seus desdobramentos duradouros na objetividade (e subjetividade) da classe. Para Alves, a literatura crítica, de esquerda, menosprezou a reestruturação produtiva como processo de hegemonia do capital na produção e o impacto sobre a objetividade e subjetividade da classe. Menosprezou a capacidade dos trabalhadores de estabelecer, por um lado, limites estruturais às práticas reivindicativo-econômica de feições obreiristas predominante nos anos 80 e, por outro lado, catalisar - tal como ocorreu mais adiante - tendências sindicais propositivas de feições neocorporativas, inscrita nas práticas sindicais de setores majoritários da CUT.

Numa abordagem histórica e crítica do sindicalismo moderno e suas estratégias recentes de enfrentamento da situação demarcada pelo complexo de reestruturação produtiva, Alves assinala duas dimensões históricas da crise, que atravessa o movimento sindical brasileiro. Uma, institucional, marcada pelo declínio dos índices de sindicalização (crise de representação) e outra político-ideológica marcada pela subordinação dos sindicatos e suas direções à lógica mercantil (crise de identidade). O cerne da crise do sindicalismo, segundo o autor, é sua incapacidade de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização diante de uma nova ofensiva do capital na produção.

Em suas análises e estudos sobre a crise do sindicalismo brasileiro nos anos 90, Alves assinala que o novo padrão de reestruturação produtiva não é neutro, de forma que o processo não representa apenas alterações no padrão da concorrência intercapitalista, mas representa principalmente o processo de luta de classes na produção. Esse componente político-ideológico de confronto presente na origem do novo sindicalismo nos anos 80 vai

dar lugar nos anos 90 a “concertação”, isto é, a adoção de uma estratégia sindical “propositiva”. Esta estratégia sugere segundo o autor, uma “rendição” à lógica do Capital.

Analistas sociais, sindicalistas e pesquisadores, atribuem a defesa dessa estratégia sustentada do modelo de “resistência propositiva” a razões táticas, soluções “pragmáticas”, produto da conjuntura econômica e política neoliberal, e, de certo modo, frente a uma correlação de forças desfavorável aos trabalhadores, constituindo para esses analistas, uma tentativa válida de “influenciar” nos destinos das relações de produção e buscar “minimizar” os efeitos negativos desse “complexo da reestruturação produtiva”. (Leite, 1997, Bresciani e Salerno, 1997).

Um exemplo dessa orientação pode-se perceber na análise do sindicalismo capixaba ligado a CUT, realizada por Colbári (1999) para quem a nova configuração das empresas e das relações de trabalho nos anos 90 surpreenderam o sindicalismo, sobretudo em relação à carência de uma compreensão mais aprofundada dos processos de mudanças em curso no chão da fábrica. O discurso sindical, moldado para responder ao autoritarismo nas relações de trabalho, perdeu muito de seu poder de sedução ante aos acenos de participação e colaboração embutidos nas novas práticas gerenciais.

Atualmente a atitude de denúncia do sindicato confronta-se com o pragmatismo das bases mais dispostas a negociar com vistas a minorar suas perdas. Essa situação, justificaria a ocupação de outros espaços de participação e a retomada de muitas práticas anteriores, consideradas estranhas à função sindical. Colônia de férias, promoção de atividades esportivas, de lazer e culturais são justificadas como formas de investir na (subjetividade) do trabalhador e de sua família, assim como também a atuação nas áreas de saúde e segurança do trabalho, o fortalecimento das CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho) e comissões de saúde, emprego e trabalho. Nesses espaços o diálogo entre as entidades e as bases pode fluir mais facilmente por intermédio das secretarias cuja atuação não tenha cunho combativo marcante.

As forças integradas no início da CUT, em sua maioria estavam representadas pelos sindicalistas autênticos, grupos políticos de esquerda, alguns oriundos da guerrilha, trotskistas e setores ligados à Igreja progressista que sustentavam em comum um movimento sindical autônomo em relação ao Estado, aos partidos e ao capital acabaram cedendo as pressões da estrutura corporativa do modelo sindical oficial e da conjuntura política e econômica neoliberal que prevaleceu nos anos 90, assinando sua rendição à

lógica do capital. Mesmo no interior do novo sindicalismo, pode ser observado, novamente, o antigo reocupando o seu lugar “usurpado”; mais que uma ruptura com o passado, uma prestação de contas relativa à continuidade e acomodação de seus principais dirigentes às estruturas que combatiam e uma convivência com estratégias que se diziam já superadas.

Para Cattani (1992), pode-se argumentar que o adjetivo novo é impróprio, podendo ser substituído por recente, uma vez que os trabalhadores não estavam propriamente inovando e sim, retomando (criticamente) práticas sindicais já desenvolvidas em décadas passadas. Os novos sindicalistas agrupavam um conjunto de forças heterogêneas, socialistas, reformistas, libertários, independentes e a chamada esquerda social emergente dos novos movimentos sociais, adepta da construção de uma identidade que escapava ao enquadramento teórico e prático da esquerda clássica. Pelo espaço de pelo menos 10 anos esse novo sindicalismo foi impulsionado por um determinado padrão de militância. Este agrupamento se posicionava com clareza na crítica ao capitalismo, na valorização da atividade sindical “autêntica”, isto é, orientada pelos princípios de liberdade e autonomia de organização e pelo fim da tutela estatal e do caráter assistencialista dos sindicatos.

Souza apud Costa (2002 p. 141-142.) ao resgatar a história de organização e luta dos trabalhadores no Brasil e de constituição das Centrais Sindicais assinala que nos estatutos provisórios de fundação da CUT em 1983, constavam como os principais objetivos: uma sociedade sem exploração, a construção da democracia e a unidade da classe trabalhadora, respeitando as convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. Os objetivos da Central visavam o avanço da unidade da classe trabalhadora e a não-cooperação entre as classes sociais, estabelecendo as seguintes propostas: - unidade de ação e repúdio à unidade orgânica; luta pela construção de novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar conquistas de interesse da classe trabalhadora; unidade com os movimentos populares nas iniciativas destinadas a conquistar as liberdades democráticas e favorecer a independência em relação aos patrões, aos governos, aos partidos políticos e aos credos religiosos; solidariedade internacional e relacionamento com todas as centrais internacionais, conservando sua autonomia e independência; organização no local de trabalho e reconhecimento da CUT como órgão máximo, que objetiva coordenar, dirigir a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos e reivindicações de caráter político, econômico, social e trabalhista.

Assim, no II CONCUR (Congresso da Central Única dos Trabalhadores) realizado em 1986, são mais claramente definidos os princípios, as bandeiras de luta e as propostas a serem defendidas e encaminhadas pela CUT. Avança-se da proposta genérica de uma sociedade sem exploração, para um claro posicionamento em defesa do socialismo, demarcando, assim, uma definição ideológica da Central. Já o III CONCUR ocorre justamente no momento em que a Constituição conclui seu trabalho, em setembro de 1988, inclusive com a presença das três centrais mundiais: Federação Sindical Mundial (FSM), Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT) e Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS). A publicação do caderno de teses expressa diferentes posições sobre o socialismo, o processo constituinte, o contrato coletivo e as modificações estatutárias, deixando claro a existência de diferenças entre as diversas correntes internas da CUT. Contudo, prevalece a tese apresentada pela tendência Articulação Sindical, intitulada *Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base*; explicitando as diferenças entre entidades sindicais e os partidos comprometidos com os trabalhadores, ambos são vistos como constitutivos do movimento de emancipação dos explorados, enquanto que a especificidade da CUT consiste no fato de que, apesar de sua grande potencialidade, ela possui limites a serem superados pelas organizações partidárias.

O IV CONCUR realizado em 1991, demarca o domínio da tendência Articulação o que significa o fim dos congressos de massa, conforme descrição da própria Articulação em sua tese majoritária, e foi também nesse congresso que se afirmam as teses do sindicalismo propositivo, visando superar o seu caráter reivindicativo. Comenta Souza (2002, p.153) que, lamentavelmente, esse passo tão importante na organização da luta da classe trabalhadora só foi possível às custas do abandono, dos princípios democráticos de organização interna da central e do sectarismo e de manobras estatutárias e fraudes promovidas pela tendência majoritária. Outro custo altíssimo dessas transformações, contabiliza o autor, foi a drástica redução da participação das bases na instância máxima de deliberação da CUT o Congresso Nacional. A Executiva Nacional passou a concentrar o poder de decisão acerca das estratégias e encaminhamento dos planos de luta e , em decorrência, caminhou-se para uma crescente burocratização da central. Tais contradições indicam uma desconcertante insegurança em relação às perspectivas por que vem passando a CUT nos anos 90. Se por um lado a Central avançou do seu caráter corporativo-

reivindicativo para um caráter político-propositivo, por outro arrefeceu o princípio da democracia interna, do movimento de base e da combatividade ao sistema capitalista.

Contudo, a CUT chega ao seu V Congresso em 1994 sem ter conseguido mobilizar a classe trabalhadora para uma ofensiva ao arrocho salarial nem respondido com mobilizações nacionais dos trabalhadores, tendo dispersado sua ação em várias frentes relacionadas a questões institucionais como: impeachment, CPI do orçamento, emendas à medida provisória que criou a URV, revisão constitucional, câmaras setoriais, etc., até mesmo a greve deliberada pela VI Plenária Nacional é transformada num dia nacional de mobilização e manifestações com greves. Assim, a ação política da tendência majoritária da CUT tem contribuído muito para que a organização da classe trabalhadora no Brasil, até a primeira metade dos anos 90, ainda não tenha conseguido ultrapassar as propostas de ampliação dos direitos de cidadania nos limites da ordem burguesa. Na medida em que procura refrear a ação da classe trabalhadora na luta contra a burguesia, levantando a bandeira da institucionalidade, a tendência majoritária acaba alimentando as ilusões na classe que representa, fazendo com que esta acredite na possibilidade de um mundo livre, igualitário e fraterno nos marcos da ordem capitalista. Dessa forma reprime o que é de natureza da própria classe, o seu potencial revolucionário (Souza, 2002).

No VI CONCURT realizado em 1997, a Central define a sua decisão de combater a exclusão social e as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto a tese majoritária da tendência Articulação Sindical acusa a conjuntura como determinante das dificuldades, sua análise da conjuntura internacional “descobre” os limites da ação sindical no âmbito da luta de classes internacional, as teses da oposição apontam a opção social-democrata da Direção Nacional no encaminhamento das lutas, de acordo com a ordem institucional e baseada na colaboração de classes, como principal causa das dificuldades encaradas pela CUT no enfrentamento do capital nos anos 90. A indicação do Socialismo como perspectiva para o Brasil e para o mundo parece ser resultado de uma estratégia política da tendência majoritária visando a conformação das tendências minoritárias e a manutenção da hegemonia da Articulação Sindical no interior da classe.

No que se refere às estratégias o VI CONCURT aprova a resistência propositiva e a disputa pela hegemonia no âmbito do aparelho estatal e da sociedade civil. Também é aprovado um conjunto de propostas para política industrial, geração de empregos e renda, programas de renda mínima, programas de qualificação com recursos de fundos públicos,

etc. Enfim, a CUT chega ao final da década de 90 com um significativo refluxo na sua capacidade de mobilização direta das massas, optando por uma estratégia de luta eminentemente institucional, e mergulhada num processo crescente de burocratização e de formalização de suas relações com as bases sindicais e com o movimento popular organizado.

É o que Antonio Cruz (2000) procura demonstrar em seu recente trabalho sobre o novo sindicalismo.

A CUT alterou sua prática política entre o período de sua fundação nos anos 70 e o momento atual, passando de um combate global às políticas econômicas do Estado, do bloco economicamente dominante e da estrutura-legal corporativa dos sindicatos, para uma prática política caracterizada pela negociação pelo alto, pela ação reivindicatória fragmentada e pela relativa adaptação à estrutura sindical (Cruz, 2000, p.27).

De qualquer maneira a amálgama que se formou no movimento sindical desde a promulgação da Constituinte em 88, dos direitos de liberdade e organização para os sindicatos, seria um indicador da sobrevivência do antigo modelo corporativo. Os esforços após estes anos de luta que motivaram o engajamento dos militantes, os anseios e esperanças de transformação social, realizações concretas para o conjunto da classe trabalhadora, pouco resultaram no sentido das mudanças necessárias na estrutura sindical e nas estratégias de lutas do sindicalismo autêntico organizado na maior central de trabalhadores, a CUT. Pelo contrário, a ênfase pragmática e reformista acabou prevalecendo nas orientações de grande parte dos principais militantes e dirigentes da Central, o que foi se confirmando nesses anos 90, com a inflexão e a mudança de rota do movimento sindical, o recuo diante da ofensiva do capital e a relativa acomodação a estrutura sindical oficial.

É bem verdade, temos que admitir, que no cenário internacional a luta contra o neoliberalismo começou a ganhar impulso somente a partir dos últimos cinco anos da década de 90. A começar pela greve dos trabalhadores franceses em 95 contra o plano Juppé, que cortaria fundos e direitos sociais, pela greve dos trabalhadores coreanos em 97 contra as reformas trabalhistas, os movimentos de organização popular e de massas como os que aconteceram em Seattle durante a III conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), e outros que se seguiram como o Fórum Social Mundial (FSM). No âmbito da ação sindical mundial, a renovação com mudanças na direção da AFL-CIO, a reestruturação da ORIT aqui no continente e o intercâmbio internacional cada vez mais freqüente com os movimentos e novos atores, que tem possibilitado novas alianças,

trazendo naturalmente novos temas e ampliando a agenda sindical. Entretanto, num plano geral, o resultado desse processo de reestruturação produtiva e seus impactos no meio sindical e do trabalho contribuíram para a fragmentação política da classe trabalhadora na década de 90. O movimento sindical pulverizado politicamente e já não mais polarizado em disputas no campo da esquerda, foi sendo empurrado para o centro e a aproximação perigosa com a política do sindicalismo de resultados e com as concepções ideológicas liberais e social-democratas, trazendo de volta ao debate sindical as velhas práticas reformistas e de colaboração de classes, isto é, tendo como horizonte histórico à integração passiva à ordem do Capital.

#### **2.4. O discurso das lideranças**

O que parece mais evidente com a nova ofensiva do capital na produção é a mudança no discurso das principais lideranças sindicais, sua guinada na direção da colaboração de classes, e também de mudança nas práticas, antes de confronto, agora de proposição. Um abandono disfarçado mas progressivo dos instrumentos tradicionais de contestação, enfrentamento e pressão, como as greves, manifestações e denúncias de super exploração do trabalho, a defesa de conquistas históricas dos trabalhadores e do próprio sindicato como espaço importante de formação política, organização e luta.

O novo “status” do trabalho redefinido pelo capital em processo, nos programas de qualidade e produtividade, nos Departamentos de RH, e pelas gerências das empresas modernas e os “novos” e “revolucionários” modelos de gestão, que demandam maior comprometimento, qualificação e polivalência dos trabalhadores colocam os trabalhadores sob o fogo cruzado da reestruturação do trabalho. O novo discurso das empresas submete o trabalho, o emprego e a formação aos imperativos da flexibilização, da empregabilidade e das novas competências requeridas pela nova base técnica (novas tecnologias) e social da produção (qualidade e produtividade). Ocorre um deslocamento da ação sindical para a tarefa de minimizar os impactos imediatos do processo de reestruturação produtiva, e como prioridade estratégica emerge a luta contra o desemprego, o combate à miséria dos excluídos, e o empenho nos programas de qualificação profissional dos trabalhadores, ou seja, a aceitação da agenda neoliberal. Alves (2000, p. 295) considera que na era neoliberal, ocorreu uma mudança qualitativa na direção do “novo sindicalismo”, passando

de uma orientação de confronto para uma orientação propositiva. É o que indica o desenvolvimento de um tipo de “sindicalismo de resultados” e “social democrata”, no interior da CUT, mais disposto ao diálogo que ao confronto com o capital. É a adoção de um neopragmatismo sindical com a incorporação de um discurso da “concertação social”, que apenas representa uma estratégia política de sobrevivência de parcelas organizadas da classe diante da ofensiva do capital na produção cujo exemplo clássico é o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC. No mesmo contexto de ofensiva do capital na produção foi se impondo aos sindicalistas vinculados à corrente majoritária da CUT – Articulação Sindical, a necessidade de instaurar novos procedimentos de negociação com o capital, até mesmo procurando repensar o instrumento da greve, como ocorreu com os metalúrgicos no Congresso da CUT de 1997.

Alves, ao comentar alguns autores (I. Rodrigues,1997; Boito Jr.,1994; L. Rodrigues,1990; Antunes, 1993) que registraram, a partir da década de 90, as grandes transformações político-ideológicas do sindicalismo brasileiro, enfatiza como esse fenômeno já se expressava no sindicalismo dos principais países desenvolvidos. Esses autores, segundo Alves, analisaram os principais determinantes da mudança de estratégia e dos rumos do movimento sindical que, ao incorporar para si, a lógica do capital, acabou perdendo o vínculo histórico com o movimento social de contestação à dominação capitalista. Conclui que os sindicatos estariam de certo modo metamorfoseando-se, seu poder de intervir frente à nova ofensiva do capital na produção tornava-se limitado, na medida da flexibilização e reestruturação do trabalho e da subordinação às reformas de cunho neoliberal que se apresentavam tremendamente avançadas.

No Brasil “neoliberal”, a economia, o mercado e as relações de trabalho mudaram nos anos 90, mas a legislação e a estrutura corporativa ainda permanecem inalteradas, constituindo-se como um dos principais fatores de limitação da liberdade e da organização sindical e do agravamento da crise da militância sindical e da representação dos sindicatos. O crescimento da fragmentação resulta de fatores econômicos mas também políticos e jurídicos, a manutenção da unicidade sindical, do imposto sindical compulsório e do poder normativo da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constituem mecanismos de cerceamento que contribuem para o monopólio e a existência de sindicatos pouco democráticos e representativos de suas respectivas categorias de trabalhadores.



O potencial transformador das entidades sindicais nos anos 90 diminuiu consideravelmente, houve uma adequação do discurso das lideranças na direção de posições próximas ao reformismo e a colaboração de classes. Diante do cenário internacional de transformações no mundo do trabalho, da qual a reestruturação produtiva é uma de suas expressões, a aparente contradição entre o discurso classista e a prática de colaboração de classes das lideranças sindicais se explica, no contexto de uma leitura "não ortodoxa" do marxismo e da luta de classes, isto é, sem abandonar o campo classista que norteou desde a origem o "núcleo do sindicalismo autêntico" organizado em torno dos ideais de autonomia e liberdade de organização sindical, é possível pensar as mudanças a partir da autocrítica e da revisão das posições vanguardistas e obreiristas remanescentes, ainda muito presentes no ideário da militância dos anos 70. Entretanto, o debate ideológico no interior do movimento sindical brasileiro está longe de se esgotar e a diversidade de estratégias adotadas no enfrentamento da conjuntura vem demonstrando as dificuldades das lideranças, e revela a crise de direção, as fragilidades de representação e a perda do poder dos sindicatos com a crescente internacionalização e interdependência do capital e também da luta de classes. Essa situação de rápidas e profundas mudanças permite recolocar "novas questões" para "velhas perguntas", repensar e redimensionar as temporalidades, ajustando as tarefas para um patamar de militância que, longe de esgotar a riqueza das experiências que se somaram no decorrer da existência do sindicalismo no Brasil, possibilite a superação dos impasses da representação e da organização atual.

Em outras palavras, as debilidades antigas são conhecidas, a falta de implantação nos locais de trabalho, as direções pelegas, o corporativismo, a legislação retrógrada, a cultura empresarial autoritária nas relações de trabalho, o pequeno grau de sindicalização e participação militante das bases, e se somam aos novos desafios da reestruturação produtiva e seus efeitos negativos de fragmentação e pulverização da classe trabalhadora e exclusão social agravado pelo desemprego (tecnológico) estrutural. A orientação dominante no movimento sindical brasileiro encontra-se em sintonia com as tendências internacionais do sindicalismo mundial, tentando adequar-se às exigências de uma agenda que ultrapasse as questões econômicas, incorporando as implicações sociais e políticas das mudanças em curso, o que em certa medida explicaria a conduta pragmática das direções, a redefinição dos espaços de luta e as alianças estabelecidas com outros atores sociais no período recente.

## CAPITULO III

# ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO

### 3.1 A reestruturação da Educação

Nas últimas décadas do século XX o setor educacional sofreu um processo de transformações decorrentes das mudanças em curso no mundo do trabalho. A literatura mais recente sobre o tema, principalmente das áreas de sociologia do trabalho e da educação, aborda aspectos políticos e sociais, discutindo centralmente os impactos das políticas neoliberais sobre os processos de trabalho em geral e sobre o trabalho docente em particular. No Brasil, como no exterior, o entendimento predominante vem acompanhado de um enfoque centrado na proletarização do trabalho docente, nos mesmos moldes daqueles processos aplicados à esfera do trabalho especificamente capitalista.

A educação pública, nesse sentido, passa a ser um campo de disputa ideológica e de convencimento das novas relações entre a formação e a organização do trabalho na sociedade contemporânea, o que tem contribuído para consolidar amplamente a lógica do mercado em diferentes países na órbita do capitalismo mundial.

Do sistema escolar deve-se esperar, a partir dessa lógica, que seja “competente”, o que só pode ser alcançado com a implementação de novas formas administrativas e de novas formas de realização do processo educativo. “Competência” essa que deve ser medida pelo mercado, isto é controlada de fora da escola.

A crise do modelo capitalista, que atualmente provoca uma profunda reorganização mundial da economia, tem colocado o mercado como a nova força reguladora das demandas sociais. O discurso em favor do mercado, por seu lado, tem encontrado nas políticas neoliberais e neoconservadoras sua sustentação ideológica mais consistente e, por conseguinte, acaba atingindo profundamente a educação, agora sob a “vigilância” da lógica do mercado e de todos aqueles “artefatos” conceptuais e tecnológicos que a encerra. (Hipólito, Vieira, 2002, p.272,273.)

Seguindo parâmetros da reestruturação das empresas e do mundo do trabalho, a reestruturação da educação comporta, preferencialmente, a opção organizacional pelos modelos de gestão da qualidade total (GQT) consagrados no setor privado. Segundo

Povoa, (1994) são princípios de gerenciamento elaborado pelos japoneses na década de 50, com base em idéias ocidentais aplicáveis a qualquer organização humana, a qualquer instituição, empresas, escolas, hospitais e repartições públicas, etc.

A estratégia dominante das políticas neoliberais para a educação consiste no convencimento dos agentes e agências educativas de sua eficiente adequação aos novos tempos, e curiosamente, passa pela incorporação de reivindicações consagradas pelas lutas históricas dos trabalhadores em suas mais diversas categorias, inclusive a categoria docente, com sua longa trajetória de lutas pela melhoria da qualidade do ensino.

A legitimidade do discurso neoliberal extrai parte de seu triunfo atacando, como causa determinante, a ineficiência do Estado e sua incapacidade histórica de promover uma educação de maior qualidade. Uma qualidade que deve ter como parâmetro a busca da eficiência, garantias de maior produtividade e desempenho dos novos trabalhadores no mercado competitivo, e cujo diferencial são as inovações tecnológicas e o conhecimento capaz de agregar valor e diminuir os custos. A exclusão dos componentes culturais, sociais e políticos críticos da agenda não é casual, embora as reformas contemplem temas como a reivindicação dos trabalhadores de participação. Entretanto essa participação se dá depois de devidamente higienizado e substancialmente modificado o seu conteúdo, sob a insígnia de “comprometimento organizacional”, o que se pode traduzir pelo velho e conhecido jargão de “vestir a camisa da empresa”.

A reestruturação educativa como parte desse movimento mais amplo é identificado por Gentili, como

o princípio da competência do sistema escolar que inclui mecanismos de controle sobre a qualidade através da avaliação; e programas combinando a centralização pedagógica no nível nacional, através da avaliação e definição dos parâmetros curriculares, os programas de formação e atualização de professores; e aspectos de descentralização, isto é, transferências de atribuições e responsabilidades das esferas federais e estaduais para os municípios e comunidades locais, ainda constam às propostas de autonomia de gestão financeira. (Gentili, 1995)

Já no contexto da França dos anos 80, Claude Dubar (1997) tenta mostrar que a evolução do “modelo de competência” aplicado nas empresas tende a se invalidar e perder legitimidade ao longo prazo, o que conduz a duvidar que este possa substituir de modo duradouro os modelos anteriores da qualificação para designar o que está em jogo na troca salarial. Dubar parte da definição tourainiana da “qualificação social” e traça um panorama

do uso da noção desde os anos 50. Recupera o curso da discussão no âmbito da sociologia do trabalho e numa síntese, à guisa de conclusão, arremata:

*o modelo de competência não é, portanto, novo nem mais racional que os outros. Ele corresponde a uma concepção das relações de trabalho e da organização que valoriza a empresa, o contrato individual de trabalho, a troca de uma mobilização pessoal (commitment) contra marcas de reconhecimento (inclusive salariais), a integração forte numa organização hierárquica. Quem a ele se refere racionaliza com frequência sua escolha lançando mão do filtro do diploma escolar e das referências cognitivas (resolução de problemas, tipos de saberes...) que mal conseguem esconder preconceitos quanto à inteligência. Ao contrário do modelo de qualificação, que implica a negociação coletiva, o da competência tende a apagar o fato de que o reconhecimento salarial é o resultado de uma relação social dinâmica e não de um face a face entre o indivíduo provido de competências a priori e de uma empresa que as reconhece nele e as transforma em desempenho mais ou menos suscetível de ser medido (Stroobants, 1993, p.).*

Ao discutir as dimensões conceituais e políticas da qualificação e da competência profissional dentro de parâmetros construtivistas, Manfredi busca apreendê-las na suas manifestações históricas e críticas e multidisciplinares,

à luz de processos mais amplos, a opção pelo modelo da competência (na acepção empresarial) estaria ancorada numa lógica de recomposição da hegemonia do capital, onde a resignificação da qualificação e das estratégias de formação profissional fazem parte de um processo de socialização e aculturação da classe trabalhadora, tendo por função reintegrá-la aos novos modelos de produção e gestão do capitalismo em sua fase de transnacionalização. Se a noção de competência não for entendida em sua dimensão social e política, como parte integrante do campo de correlação de forças entre capital-trabalho, tender-se-á a institucionalizar os modelos patronais de competência que virtualmente têm mais possibilidade de se tornar hegemônicos. (Manfredi, 1998, p.37)

Nas estratégias neoliberais para a educação, três proposições vêm provocando mudanças significativas para o desenvolvimento do trabalho docente : 1) *os processos de avaliação externa*; 2) *currículo nacional e*; 3) *as políticas de formação docente*. Essa padronização tende a provocar um efeito perverso de pasteurização da teoria, e uma uniformização das práticas, excluindo outras formas de ensinar e outros modos de produção cultural, negando os grupos sociais minoritários seus interesses e identidades ligadas ao gênero, raça e classe social.

Nesse contexto de reestruturação educativa, a formação docente condicionada às políticas neoliberais acaba sendo profundamente vinculada à definição do novo perfil dos futuros profissionais e das necessidades “seletivas” de um mercado, estratificado e flexível. O reflexo mais imediato é o redimensionamento dos espaços e dos tempos, através da

aceleração do processo da formação, e o refinamento nas formas de dominação sobre o trabalho, agora mais sutis, pois em lugar do tradicional controle externo, busca-se capturar a subjetividade do trabalhador, através da redefinição da organização do trabalho e da produção, nas escolas e nas empresas. Os modelos descentralizados em rede, o ensino a distância, o apelo à mobilização coletiva no âmbito da sociedade no sentido de forjar novas solidariedades e novos espaços de interlocução, por exemplo, as iniciativas do chamado terceiro setor, terreno preferencial dos tecnocratas da educação, constituem as dimensões mais visíveis da ofensiva do capital na Educação.

Os indicadores desse processo de expansão do ideário neoliberal no sistema educacional são inúmeros e variados, envolvendo iniciativas que vão desde as reformas na Constituição Federal, com a criação de dispositivos legais que alteraram as políticas para o setor ao longo da década de 90; até às iniciativas do poder executivo no direcionamento dos investimentos, através dos ajustes fiscais e as reformas administrativas do Estado.

Os resultados objetivos contabilizados pelas reformas neoliberais refletem-se no sucateamento ainda maior do sistema educacional público e na fragmentação e precarização do trabalho dos professores, com notório prejuízo para a sociedade e para os educadores. A rendição ideológica ao mercado como determinante das demandas educacionais foi uma opção política dos governos brasileiros, desde o início da década de 90, em uma clara adesão ao Consenso de Washington, ao projeto neoliberal e às recomendações dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, para a reestruturação da educação no Brasil.

### **3.2 As políticas governamentais para o setor educacional**

A década de 90 representou um período singular no Brasil, em termos de reformas na economia e nas estruturas do Estado. O governo brasileiro, sob a justificativa de modernizar a máquina pública e adequá-la às exigências de transformações na economia mundial, implementou as reformas educacionais, que traziam subjacentes a mesma racionalidade neoliberal, cuja expressão política maior foi a reforma Administrativa do Estado.

Conforme Oliveira (2002), trata-se de um processo que pressupõe a focalização das políticas públicas nas populações muito vulneráveis, a partir de um padrão mínimo de

atendimento. Esse processo inclui a descentralização do atendimento e a desregulamentação, para permitir maior flexibilização orçamentária e administrativa. Busca-se sobretudo recorrer a fontes alternativas de custeio e, por fim atingir maior efetividade das políticas, gerando maior impacto, através da expansão do atendimento (verificada com dados estatísticos) com menores custos. A Emenda Constitucional nº 19, de junho de 1998, e principalmente a Emenda Constitucional n.º14, de setembro de 1996, refletem bem a racionalidade presente na reforma do Estado assumida por Fernando Henrique Cardoso, a desregulamentação, a criação das Organizações Sociais e dos Contratos de Gestão, sob a justificativa de que os recursos disponíveis não seriam suficientes para atender a todos em igual proporção, então o foco é a população mais vulnerável.

As reformas da educação básica realizada no Brasil, nos anos 90, colocaram em prática tal modelo. A criação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), lei nº 9.424/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE) transformado em lei sob o nº 10.172, de janeiro de 2001, são a expressão dessa estratégia que conseguiu elevar as taxas de atendimento aos indivíduos entre 7 e 14 anos de 92,7% em 1994, para 97% em 1999, gerando portanto maior eficiência (estatística) das políticas públicas (Oliveira, 2002, p.68 -69).

Segundo Oliveira, as reformas educacionais desenvolvidas estiveram imbuídas da mesma racionalidade presente na reforma do Estado. Contudo, a descentralização da educação, nas suas vertentes administrativas, financeiras e pedagógicas ocorre não só com a transferência de responsabilidades dos órgãos centrais para os regionais e locais, como implica também em um repasse direto de certas obrigações de órgãos do sistema para a escola. Tais medidas têm como eixo principal a flexibilização e desregulamentação da gestão pública, com a justificativa de busca de melhoria no atendimento ao cidadão e contribuinte. Tal processo fez com que fossem ampliadas as responsabilidades e os espaços de decisão nas unidades escolares, com a elaboração do calendário escolar, o orçamento anual da escola e a definição de prioridade de gastos; entretanto, a maior flexibilidade e “autonomia” convivem com o estímulo a “fontes alternativas” de financiamento e sustentação, bem como com a busca de parcerias e do voluntariado. Campanhas públicas “o dia da família na escola” e o programa “os amigos da escola” são exemplos dessas iniciativas de ampliar as “responsabilidades sociais”, incentivando a “solidariedade”. O

problema é que a contrapartida disso está na dificuldade em se reconhecer a escola como local de trabalho e a educação como atividade profissional.

Oliveira (2002) argumenta ainda que a busca de alternativas de financiamento pode ser observada em todos os níveis da educação pública no Brasil. A reforma da Educação Profissional, implantada com o Decreto nº 2208, de 17 de Abril de 1997 reflete a tentativa de colocar em prática as orientações das políticas públicas para a educação em geral, com uma clara separação do ensino profissional em relação ao ensino fundamental e médio (propedêutico), flexibilizando e permitindo as "parcerias" com o sistema "S", seja com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) através do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Com o intuito de atender às obrigações legais derivadas da Constituição de 88, que assegura a todos os cidadãos brasileiros o direito a educação, e, por tanto atribui ao poder público a obrigação de organizar a oferta e fornecer os meios para atender a educação. Essa exigência legal criou os Conselhos de Educação em todas as esferas da administração pública. Lamentavelmente, a incorporação desses novos mecanismos de participação, resultado de antigas e históricas reivindicações dos trabalhadores da educação, quando foram adotados na prática, nem sempre se revelaram como verdadeiros espaços democráticos. A sua composição acabou por refletir a influência dos interesses localmente estabelecidos pela lógica privada.

Na educação superior, o crescimento indiscriminado do Ensino Superior Privado e da lógica mercantil incentivada pelo MEC, na sua estratégia de expansão do sistema a um custo "baixo", condicionou o financiamento ao desempenho na avaliação, e a adoção de novos modelos flexíveis de gestão. No ensino superior público, o crescimento das fundações criadas dentro das Universidades tem sido cada vez mais ampliado como forma de viabilizar a captação de recursos e também de agilizar os trâmites burocráticos, em geral muito demorados e dispendiosos. Outro aspecto mais recente refere-se à política de Gratificação por Estímulo a Docência (GED), implementada nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 1998, que reflete a tendência de vincular o financiamento a processos de avaliação e desempenho acadêmico. Essas políticas vêm intensificando o trabalho docente e modificando a sua natureza, e ao mesmo tempo, que se exige mais a presença em sala de aula e produção acadêmica, de caráter científico, também reforçam as incumbências administrativas, em face da redução de pessoal. Percebe-se a tentativa de abordagem do trabalho acadêmico como composto por atividades mensuráveis em termos

quantitativos, com pouco tempo destinado à reflexão e ao estudo, e constantemente posto à prova acerca de sua funcionalidade. Obrigam-se assim os professores a uma realidade em que todos devem competir com os seus pares, dificultando a integração coletiva e escasseando as possibilidades de práticas mais solidárias nas suas atividades de trabalho. Contudo, a suposta eficácia de tais políticas busca sua legitimidade junto à sociedade em geral, aferida pelos processos de avaliação do MEC, que por sua vez se referenciam na imagem folclórica junto à opinião pública do funcionário público “barnabé,” que trabalha pouco, é moroso e ineficiente, o que passou a ser uma constante nos discursos da reforma (Oliveira, 2002, p.71).

A interface entre o público e o privado na política na universidade pública remonta à época do regime militar, e a tendência de redução do ensino público e gratuito e incentivo ao ensino privado, de lá para cá, só fez aumentar a mercantilização, as transformações de direitos sociais em filantropia, e a busca da flexibilização dos fundos públicos para movimentar interesses particulares de grupos privados e da nova burguesia dos serviços privatizados na educação e na saúde. O processo de privatização por dentro em curso nas Universidades Públicas, as constantes investidas na tentativa de implantação do ensino pago, o papel de contingenciamento das agências públicas reguladoras CAPES e CNPQ das verbas para programas de capacitação e pesquisa aos seus critérios de avaliação, o "Provão", e a Avaliação Institucional via FINEP, revelam como os padrões de eficiência da administração privada vêm influenciando a avaliação da educação pública.

Segundo Batista (2002,p.84), a lógica do custo / benefício está presente nos processos de avaliação cujos critérios são empresariais. A redução dos recursos com a implantação de cursos de curta duração (cursos seqüenciais), especialmente dos cursos de formação de professores, os cursos (à distância) pela internet (Unirede) e nos cursos sazonais nas férias. Batista afirma que a concepção de qualidade da educação não é referenciada numa qualidade social e amparada nos anseios e necessidades dos setores sociais majoritários e excluídos da sociedade, mas fundamenta-se na qualidade total que preza os princípios da eficiência e produtividade empresarial.

As concepções neoliberais e o entrelaçamento entre público e privado estão agora disseminados no interior das Universidades Públicas, configurando uma privatização interna nas práticas institucionais de professores e funcionários. De um lado, as políticas e programas governamentais e, de outro, como resultado das representações sociais e



simbólicas das pessoas que compõem a comunidade universitária, as contradições e os interesses que permeiam as relações de trabalho no meio acadêmico.

O processo de privatização comporta diversos mecanismos, que vão da cobrança de taxas aos convênios em parcerias com as empresas e outras instituições, através da venda e prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão. Como resultado criam-se também condições diferenciadas de trabalho. De um lado formam-se verdadeiras castas ou corporações de professores com condições e infra-estrutura para o trabalho, mas ao preço da vinculação a finalidades que são estipuladas de fora, com sensível perda da autonomia, ferindo o princípio Constitucional, artigo 207, que trata da Autonomia Universitária e da indissociabilidade do trabalho acadêmico. Na outra ponta, observa-se o crescimento da contratação precária e do trabalho temporário, de professores que não desfrutam dos direitos assegurados aos professores estáveis de permanência e progressão na carreira, nem de participação em órgãos de decisão, assim como são inferiorizados no que diz respeito aos direitos do trabalho e às vantagens salariais e pecuniárias.

Esse processo de proletarianização de grande parte dos docentes traz consigo um tipo particular de desqualificação e uma conseqüente requalificação, parcial, fragmentada e baseada nas competências que demanda a nova estruturação do trabalho escolar. Segundo ressalta o professor Sadi (2001 p.152), sob o ponto de vista teórico, a pesquisa sobre as condições do trabalho precário na universidade demonstra com fatos concretos que a degradação do trabalho passa a ser uma realidade rotineira no serviço público no Brasil. Não cabe mais operar com a categoria de trabalho precário como restrita a esfera privada.

No Brasil e em muitos países submetidos às medidas de ajuste neoliberal as condições de trabalho no setor público e o setor privado vêm sendo niveladas. Essa equalização ocorre mediante a retirada, a privação e a subtração de direitos do trabalho, caracterizando-se portanto, como um nivelamento por baixo. Assim sendo o poder público passa a comportar duas grandes categorias de servidores, os incluídos e os excluídos, sendo esses últimos os contratados mediante a subtração de um número variável de direitos aplicáveis à primeira categoria, promovendo novamente uma forma de homogeneização por baixo entre o setor público e o privado.

Segundo Barreto (2001), há uma aposta clara no barateamento da educação e uma orientação firme das políticas governamentais em seguir as recomendações do Banco Mundial; ao Ensino Superior cabe “*diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente*”,

cumprir metas estabelecidas nos contratos de gestão, autonomia para captar recursos de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. O produtivismo e não a qualidade social. A substituição do regime único de trabalho por contratos flexíveis, extinguindo a condição de servidor público, indispensável à estabilidade e à liberdade acadêmica dos professores universitários. Cabe, em síntese a “flexibilização”. Um eufemismo para a precarização do trabalho.

### **3.3 As mudanças no trabalho docente**

As mudanças operadas pela reestruturação da educação pública e pelas políticas governamentais para o setor na década de 90, em nome de uma modernização do sistema baseada no paradigma da competência, contribuíram para aumentar ainda mais as já conhecidas disparidades no sistema educacional e a falta de compromisso social das instituições de ensino, além de produzir uma maior diferenciação, heterogeneidade e fragmentação dos trabalhadores em educação. O comprometimento até a medula com os mecanismos de valorização subjacentes ao modelo do empreendedor, derivado da lógica mercantil e da livre iniciativa, penetrou no espaço acadêmico e vem balizando as iniciativas institucionais no sentido da significação do trabalho docente.

Observa-se a paulatina desqualificação do debate político e ideológico nas Universidades, o domínio da hegemonia do pensamento tecnocrático e gerencialista, que acaba construindo sua justificação na “razão instrumental” e nos imperativos da eficiência e da produtividade. O caráter social e público que deveria nortear a produção e reprodução do conhecimento acaba encolhendo, quando não está completamente ausente, dificultando sobremaneira a sua apropriação coletiva e sua representação como um bem público.

A construção do saber, enquanto uma produção social, termina por carecer de sentido e acentuam-se os mecanismos de implosão da noção de classe, e em consequência da política de classe, aumentando o número de excluídos do processo social. O resultado dessa atomização é perverso, essa visão individualista em que os pares são encarados como competidores em potencial conduz certamente à crença da inutilidade da ação no coletivo.

A responsabilidade pela trajetória profissional e pela inserção e permanência na profissão passam a ser do próprio trabalhador, que para permanecer trabalhando deve

submeter-se às novas condições de empregabilidade e ao novo ambiente competitivo criado pela reestruturação. A fragilidade dos vínculos de solidariedade de classe produz uma situação que mascara os conflitos; de certo modo é como se o trabalho tivesse perdido seu papel subjetivo de força estimuladora das atividades dos trabalhadores.

Para além da reforma política administrativa e normativa no campo educacional, uma mudança no campo cultural também foi sendo paulatinamente produzida, novas representações sobre o papel da ciência e a tecnologia e sobre o universo simbólico do trabalho acadêmico estão presentes no espírito das reformas, com a finalidade de forjar subjetividades mais afeitas às novas regras. Mais que o cumprimento das decisões e diretrizes emanadas das estruturas de poder, espera-se a modificação dos conceitos, dos comportamentos e da adesão ao programa oficial.

O “ofício de professor” é questionado na sua identidade, e seu papel é redimensionado. O seu poder é diminuído na sua “autonomia pedagógica e liberdade de ensinar”, ao mesmo tempo aumentam suas responsabilidades administrativas, ele é chamado a dividir o trabalho de acompanhamento e controle do funcionamento do sistema com as comissões de especialistas, agora transformados nos novos agentes, portadores da nova racionalidade que se desenvolve na produção e transmissão do conhecimento. Ser professor significa, no quadro das reformas em curso na década de 90, qualificação, experiência, atualização permanente, competição entre os pares e sistemas quantitativos de avaliação. Os critérios produtivistas acirraram as disputas internas e promoveram numa parcela dos trabalhadores da educação a expectativa de se tornarem futuros proprietários de um rentável negócio, chamado educação. Entretanto, esse discurso acaba por entrar em conflito com o processo aligeirado da formação, salários rebaixados e contratos precários.

O que pode ser verificado ao longo da década de forma geral, para a maioria dos docentes é o desmonte progressivo da capacidade de fazer pesquisa e extensão, com o crescimento dos “colegiões de terceiro grau”, máquinas de ensinar, ou seria, a de moer cérebros e fabricar diplomas para atender as metas estabelecidas pelas políticas do Ministério da Educação e do Banco Mundial. As condições estabelecidas pela lógica mercantil tornam-se incompatíveis com as condições de trabalho da maioria dos docentes, acirrando as contradições e tensionando os limites da “nova institucionalidade”, produto da reestruturação do setor educacional.

### 3.4 A resistência sindical dos professores

O debate central no contexto da reestruturação educativa e produtiva sinaliza um caminho marcado pelo tensionamento das relações sociais e profissionais em geral, e dos docentes em particular, com todas as particularidades que caracterizam a nossa realidade política de extrema fragilidade das representações coletivas. O relativo avanço nas conquistas sociais alcançadas pelo movimento sindical e docente nos anos 70 e 80, a partir dos anos 90 sofreu um recuo, o que gerou uma atitude defensivista por parte dos sindicatos. Paulatinamente o papel dos sindicatos como interlocutor e catalisadores dos movimentos sociais de contestação e resistência foi perdendo força; o núcleo mais combativo do sindicalismo mergulhou numa crise de legitimidade e representação, e viu reduzir-se de forma drástica o seu poder de intervir de forma qualificada nas questões relativas aos interesses das categorias representadas e nos espaços onde se define a agenda das políticas públicas.

No mundo contemporâneo e, em especial, na sociedade brasileira, coloca-se a partir do início da década de 90, a necessidade histórica de se ter propostas alternativas à tradição elitista e excludente da educação brasileira. O movimento sindical e docente, visando superar esse momento defensivo, passa a defender a construção de um projeto educacional para a educação brasileira capaz de materializar em nosso tempo as conquistas sociais derivadas das lutas por uma sociedade mais igualitária e democrática. A busca de valores de uma nova sociabilidade entre os cidadãos construída desde o processo de redemocratização e das lutas das décadas anteriores.

Entretanto, o movimento sindical dos professores vivencia um período, ao longo da década de 90, no qual a perspectiva individualista acentua-se como um forte traço de identidade cultural e de valorização da sociabilidade estabelecida pelas relações com o mercado, esses são os efeitos da ideologia neoliberal em nosso cotidiano, dentro e fora da escola. O mundo privado constitui-se em alternativa dominante, nele se investe de diferentes formas e em diferentes níveis. Cada vez é mais difícil conseguir o engajamento em projetos coletivos que exigem comprometimento de tempo e de vida. Há um crescente descompasso entre o público e a dimensão política, o desinvestimento na vida pública enquanto espaço de uma racionalidade coletivamente orientada no sentido da superação da “crise” social.

O coletivo formado pela ação sindical dos professores passa a ter dificuldades para representar o conjunto da categoria, embora ainda seja referência para os anseios e desejos de mudança radical que marcaram a ruptura com as velhas formas de fazer política e da herança paternalista, tutelada e corporativa do Estado. O que se verificou, no período recente, foi uma certa apatia do movimento frente à nova conjuntura das reformas e uma fragmentação da base militante. No espectro político e ideológico, uma parcela significativa de professores aderiram a posições mais moderadas, mais pragmáticas, na prática a adoção de uma visão de mundo que têm as regras do mercado, da concorrência e dos lucros como horizonte possível das escolhas e oportunidades no campo educacional e de integração à esfera produtiva. Esses fatos identificam as tendências gerais verificadas e que se manifestaram nesse período de refluxo, como se reproduziram e legitimaram nos espaços de trabalho e de formação dos professores, a ideologia dominante e as estruturas de poder. Entretanto, ainda não explicita os mecanismos de resistência que se gestaram e o que isso significou para o coletivo de trabalhadores e para o movimento sindical.

Os professores e professoras procuram, sob a tensão dessas contradições advindas da luta, ao mesmo tempo responder às necessidades e aspirações das classes e garantir sua posição no processo de produção. Muitas dessas respostas são produzidas a partir das próprias práticas de trabalho, como uma verdadeira mediação frente às tentativas de controle externo e desqualificação de seu trabalho. Essa “cultura do trabalho” em ação indica que os docentes não se encontram totalmente alijados do “porque” e “como” do seu processo produtivo. Essa prática de trabalho como produto da experiência “vívda”, de classe, de gênero e de raça, constitui uma dimensão fundamental da atividade produtiva dos professores e cria sérios obstáculos à padronização do trabalho educativo. Essas práticas desenvolvidas, ainda que limitadas, muitas vezes isoladas e assistemáticas, constituem uma referência importante sob o grau de autonomia e possibilidades de resistência, na perspectiva da manutenção do controle sobre o seu próprio trabalho.

Segundo Guareschi (2002), nos últimos anos significativos trabalhos no campo da nova sociologia da educação, estudos culturais e da ciência social em geral, abordaram a questão da resistência. Um movimento na educação que deve ultrapassar a visão parsoniana e athusseriana dominantes nos meios acadêmico, que como se sabe, essas teorias assumem as escolas como local de reprodução das relações sociais de dominação e servem ao sistema. Portanto o que está implícito nos estudos sobre resistência é que eles

nascem dentro de um movimento teórico de crítica e contestação que objetiva problematizar o conhecimento incorporado ao processo educativo.

As contradições advindas do processo de socialização profissional dos docentes, o caráter político e de interpelação ideológica presentes nos parâmetros determinados pela sua formação, constituem objeto de disputas no espaço das relações de trabalho dos professores. O que está em jogo ao incorporar na dinâmica do trabalho educativo novos valores e princípios oriundos das políticas públicas para o setor (reestruturação educativa) é a própria identidade social e profissional dos professores, a autonomia e controle sobre o seu trabalho. Nesse sentido, pode-se afirmar que a ação sindical organizada dos docentes, é um importante elemento de análise das estratégias de resistência e/ou conformação; e comporta dimensões econômicas, socio-culturais e políticas que singularizam a atuação dessa categoria de trabalhadores.

As principais preocupações do movimento sindical com a questão educacional no início da década de 90, que aparecem nos documentos sindicais do (Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação) DNTE/CUT, visavam definir sob a ótica dos trabalhadores: O papel da educação, o diagnóstico geral da Educação do Brasil, os papéis do Estado, do setor privado e da sociedade civil na educação, e as proposições do movimento sindical para o sistema educacional.

Naquele período, a CUT e o movimento docente reconheciam a dificuldade de fazer um diagnóstico do setor educacional devido à ausência de dados centralizados sobre uma realidade com muita diversidade de situações. No entanto, a compreensão geral que se tinha é de que o sistema educacional é extremamente seletivo e marginaliza expressiva parcela da população, seja em relação ao acesso ou à permanência, pois grande parte é expulsa antes de completar o mínimo de oito anos de instrução. A má distribuição da escolaridade aparece associada de forma análoga à distribuição de renda, condicionando-se mutuamente e resultando de um projeto político global, que combinaria política econômica recessiva com a destruição do patrimônio e dos serviços públicos. Nesse contexto, emergem como fatores de deficiência do sistema público de ensino, a deterioração dos salários, a precariedade das condições de trabalho e da formação dos profissionais do setor.

A compreensão existente na CUT e no movimento docente sobre o papel da educação, refletia então a posição consagrada no texto Constitucional, como um direito universal e uma obrigação do Estado, logo os serviços educacionais precisavam ser

gratuitos em todos os níveis e prestados com um padrão unitário de qualidade, com descentralização de responsabilidades (estados e municípios encarregando-se da pré-escola, do ensino fundamental e médio). Além disso, os recursos públicos deveriam ser destinados a educação pública, a carreira do magistério deveria ser única para todos os níveis de ensino, e a formação, seleção e qualificação de profissionais de educação constituir uma política integrada. Outras proposições sustentavam a gestão democrática ou expressavam a exigência de que a política educacional se articulasse a um projeto de conquista da cidadania e de transformação social.

No que diz respeito às propostas para a educação as entidades sindicais num sentido amplo, seguiram nos últimos anos uma trajetória que foi do enunciado desarticulado de reivindicações, passando pela consolidação destas em projetos que visavam à consagração em direitos regulamentados em lei, chegando a resultados legais parciais, negociados no legislativo com representantes de outros segmentos sociais. A avaliação que o movimento sindical faz dessa trajetória é bastante positiva. É sabido que essas conquistas legais não se bastam em si mesmas e que, particularmente no Brasil, exigem lutas contínuas para transformá-las em realidade. Está claro que um projeto educacional transcende a organização do sistema de ensino e é altamente improvável que ele seja a resultante do debate dos dirigentes sindicais. Não por eventuais insuficiências, mas porque envolve um processo mais amplo de participação onde o movimento sindical seria apenas mais um ator entre muitos.

## CAPITULO IV

### **O MOVIMENTO DOCENTE ORGANIZADO NO ANDES S/N**

O ANDES S/N na atualidade é o maior sindicato de educadores do ensino superior da América Latina, representa através das noventa e seis (96) seções sindicais espalhadas em todo território nacional aproximadamente setenta mil (70.000) professores universitários filiados. São cinquenta e sete (57) Instituições Federais, trinta e uma (31) Instituições Estaduais, duas (02) Instituições Municipais e seis (06) Instituições Particulares de Ensino.

Conforme encontramos nos seus estatutos o ANDES S/N tem por finalidades precípuas a união, a defesa de direitos e interesses da categoria docente e a assistência aos sindicalizados, com jurisdição em todo território nacional. Tem por objetivos congregar e representar os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político, defender condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, incentivar a participação dos sindicalizados, nas reuniões, assembléias e demais atividades inerentes à entidade, fortalecer a organização da categoria no local de trabalho, respeitando a autonomia das seções sindicais nos limites do estatuto, coordenar e unificar o movimento docente nas suas iniciativas de alcance nacional, respeitando as dinâmicas regionais e setoriais, buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes e da luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro, defender a educação como um bem público, como uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos e lutar pela democratização, a autonomia e um padrão unitário de qualidade para as IES do país.



São instâncias do ANDES S/N o Congresso, o Conad (Conselho do ANDES), a Diretoria e as Seções Sindicais. O Congresso é a instância máxima de deliberação do sindicato e se reúne ordinariamente uma vez por ano, entre janeiro e março, com delegados escolhidos em assembléias de base realizadas pelas seções sindicais. O Conad é a instância deliberativa intermediária do ANDES S/N e se reúne ordinariamente, uma vez por semestre e extraordinariamente quando requerido por 1/4 das seções sindicais, tem por finalidade encaminhar as deliberações dos Congressos e fiscalizar as ações políticas e administrativas do sindicato. A Diretoria é o órgão executivo e compete fazer cumprir as orientações e deliberações do sindicato bem como representar os interesses da categoria perante os poderes públicos, as mantenedoras e administrações universitárias. A diretoria é composta por oitenta e três (83) membros efetivos; Presidente (01), Vice-presidente (03), Secretário - Geral (01), Secretários (03), Tesoureiros (03), Vice- presidentes regionais (24), Secretários regionais (24), Tesoureiros regionais (24). As regionais do sindicato são Norte I - (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), Norte-II (Pará, Amapá), Nordeste I (Ceará, Maranhão e Piauí), Nordeste II (Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), Nordeste III (Alagoas, Sergipe e Bahia), Planalto (Distrito Federal, Goiás e Tocantins), Pantanal (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), Leste (Espírito Santo e Minas Gerais), Rio de Janeiro, São Paulo, Sul (Paraná e Santa Catarina) e Rio Grande do Sul. As seções sindicais ou ADS-seções sindicais são as instâncias deliberativas de base, possuem regimento próprio e autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira nos limites do estatuto do ANDES S/N.

A eleição para a Diretoria dá-se pelo voto secreto e universal dos sindicalizados do ANDES S/N em suas respectivas IES. Ocorre nos anos pares e é convocada pelo Presidente em exercício com pelo menos noventa dias de antecedência. É vedada a recondução como diretor qualquer membro da diretoria por mais de uma vez consecutiva. Os membros da diretoria não recebem remuneração pelas atividades que desempenham. O sindicato luta contra qualquer recolhimento de taxas compulsórias e quando recebida por força de lei é devolvida àqueles de quem foi descontada.

Dentro da estrutura organizativa e política do ANDES S/N desempenham importante papel os grupos de trabalho (GTS). Os grupos de trabalho são atualmente em número de dez (10), Carreira, Comunicação e Artes, Ciência e Tecnologia, Etnia, gênero e classe, História do movimento docente, Política agrária, Política Educacional, Política de

formação sindical, Seguridade social e assuntos de aposentadoria e Verbas. Os grupos de trabalho são responsáveis pela sistematização, formulação e difusão através dos seminários, debates e encontros, dos grandes temas de interesse para a categoria e para sociedade brasileira. Cumprem uma função importantíssima de registro histórico e significado político no que se refere à presença dos docentes no debate público e nas questões vinculadas à atividade acadêmica e universitária.

O ANDES S/N nos seus vinte anos de existência construiu uma organização forte, representativa e referência política e sindical para os professores universitários brasileiros. Boa parte do debate sobre a universidade brasileira acontece nas instâncias de participação organizadas pelo ANDES S/N. Para que possamos dimensionar de maneira adequada a importância dessa organização, retrataremos a seguir os principais acontecimentos que marcaram a trajetória dessa construção.

#### **4.1 O Movimento Docente e a criação do Sindicato Nacional**

O surgimento das Associações de Docentes (ADS) no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) e a revitalização do movimento docente são acontecimentos históricos, que fazem parte de um processo mais amplo de mobilização de setores da sociedade civil contra a política econômica e o autoritarismo do regime militar instalado no Brasil com o golpe em 1964.

Conforme relato do Professor Osvaldo de Oliveira Maciel (2001, p.27), publicado no Caderno Andes, nº 18 – memórias de lutas; em comemoração aos 20 anos do sindicato:

o regime autoritário instalado em 64 interrompeu um ativo processo de debates sobre a Reforma Universitária que, então, envolvia e empolgava a Universidade e vários círculos intelectuais e científicos. A implantação da ditadura militar e do Estado autoritário reverteu drasticamente as perspectivas sociais e econômicas que se delineavam para o Brasil através das reformas de bases que inflamaram a vida nacional, ao longo do governo de João Goulart.

Ao analisar particularmente a conjuntura econômica e social do período (64 até 74) Maciel assinala que :

foi nesse período o início dos projetos em que se abriu o país às multinacionais, no rumo da internacionalização da economia brasileira. O arrocho salarial, a manipulação dos indicadores econômicos, a eliminação da estabilidade no emprego e o incentivo ao capital via crédito, subsídios e isenções fiscais, faziam parte das políticas do regime militar, a serviço da reprodução do capital e do modelo de dominação sobre a maioria da população trabalhadora.

Para que essas medidas fossem implementadas, foi necessário eliminar e resistência organizada dos trabalhadores, dos educadores e estudantes. A ditadura militar perseguiu, cassou e torturou os opositores, e nesse período foram particularmente visados os sindicatos operários, as entidades estudantis e os servidores públicos.

Na área educacional a onda de repressão preparou as condições para impor uma legislação autoritária, traduzida nos acordos MEC-USAID. No caso da Universidade, a aprovação da lei nº 5540/68, conhecida com a lei da Reforma Universitária, foi imposta pelo regime, sem qualquer participação da comunidade acadêmica. A sua implantação foi em parte assegurada pela ameaça de punições a professores e estudantes, através do decreto nº 477/69.

A crescente demanda de matrículas no ensino superior no período, e as pressões sobre a rede oficial, provocaram a crise dos excedentes (alunos aprovados no vestibular, mas não classificados devido à falta de vagas), gerando protestos e manifestações dos universitários, levando o regime a optar pela expansão do sistema através de um processo de privatização. Iniciou-se então uma acelerada expansão da oferta de ensino superior privado, em detrimento do ensino público.

Durante o período, acabou se registrando uma inversão na oferta de vagas. A rede pública responsável pela oferta de 60% das vagas em 1962 caiu para 35% em 1977, e em contrapartida a expansão da rede privada foi 2,6 vezes maior. O pequeno crescimento da rede pública aconteceu basicamente através da criação de novas universidades, bem como através do estímulo a criação dos programas de pós-graduação a partir de 1965; esse último aspecto foi um importante fator de consolidação da qualidade do ensino das IES públicas, que concentravam aproximadamente 80% dos cursos de pós-graduação e 90% das pesquisas produzidas nas universidades brasileiras (Maciel, 2001, p.31).

A profissionalização atingia à época cerca de 1/3 dos docentes em atividades no ensino superior, e foi justamente esse segmento dos docentes, o núcleo mais estável profissionalmente e mais qualificado, que se constituiu como base militante do movimento dos professores universitários e revelou as principais lideranças, que estiveram na origem da formação da ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior) e posteriormente do ANDES S/N (Sindicato Nacional).

Associações de Docentes de várias regiões do país se reuniram pela primeira vez, para tratar da organização do movimento docente a nível nacional, em julho de 1978, na

cidade de São Paulo, durante a realização da 30ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Foi nessa reunião que se deu o início de uma revitalização política das associações dos professores universitários e do crescimento do movimento docente. Nesse encontro, histórico para os militantes do movimento, além de um balanço das lutas até então existentes, propôs-se à realização do primeiro Encontro Nacional de Associações Docentes (I ENAD). Decidiu-se que esse encontro seria aberto a participação de qualquer docente, com direito a voz, e que as votações seriam por entidade, garantindo assim a participação ampla e a representação. Outro fato importante foi o de respeitar-se a autonomia de cada associação docente (AD), dando caráter consultivo ao encontro, cujas decisões deveriam ser ratificadas pelas bases.

O I ENAD realizou-se em São Paulo no mês de fevereiro de 1979. Na pauta estavam contempladas as principais questões que iriam nortear a luta dos docentes universitários: *a discussão sobre o ensino público e gratuito, a democratização da Universidade, questões trabalhistas e salariais dos docentes e o problema do controle ideológico nas universidades*. No documento manifesto, apresentado no início do encontro, são afirmadas as idéias básicas do movimento docente, conjuga-se a concepção nitidamente sindical que busca melhores salários e condições de trabalho, à posição necessária de lutar contra as políticas que submetem a Universidade e a Educação a um processo de estrangulamento econômico e cerceamento das liberdades políticas. Em julho do mesmo ano em Fortaleza, durante a reunião anual da SBPC, foi criada uma Coordenação Nacional do Movimento Docente que, durante a plenária final de encerramento, aprovou a intensificação das lutas salariais e trabalhistas, unificando estas campanhas através de um dia nacional de lutas marcado para 26 de setembro, com paralisações onde fosse possível.

O II ENAD realizou-se em João Pessoa, e além de ratificar as decisões do I Encontro Nacional, decidiu pela manutenção da Coordenação Nacional e pelo aprofundamento do debate nas AD'S sobre a necessidade da criação de uma Entidade Nacional. O dia 17 de abril de 1980 foi escolhido como Dia Nacional de Luta pelo reajuste salarial, quando seriam discutidas as possibilidades de uma greve nacional.

O início da organização do movimento nacional dos professores universitários foi impulsionado pela greve da IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) no fim de 1980. A greve das universidades federais autárquicas foi decisiva no sentido da definição

do caráter sindical da entidade, tendo desde a origem, prevalecida a concepção dos que defendiam que a entidade fosse uma Associação Nacional e não uma Federação, deixando claro para o conjunto do movimento docente a necessidade de construir uma organização diferente da estrutura tradicional do sindicalismo no Brasil.

A ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior) foi finalmente fundada, num encontro nacional de docentes universitários (ENAD), realizado em Campinas, em 19 de fevereiro de 1981. Estiveram presentes ao encontro 287 delegados, representando 60 associações docentes de todo o país. A realização do Encontro de fundação se deu com ampla participação de representantes das Instituições de Ensino Superior (IES), Federais, Estaduais e Particulares.

A entidade nacional surgiu como expressão da necessidade de mobilização e de luta dos docentes, no plano econômico, social, cultural e político, tanto nas questões mais diretamente ligadas às condições de trabalho e salários, como na defesa de uma política educacional voltada para as necessidades da maioria da população.

O prof. Carlos Eduardo M. Baldijão, na época vice-presidente regional da ANDES de São Paulo relata que desde 1964, e sobretudo a partir de 1968, o regime militar vinha desenvolvendo uma política educacional responsável pelas péssimas condições de trabalho nas universidades e contra qual os docentes organizavam sua luta. Esta política segundo o professor pode ser resumida em três aspectos, *"privatização da educação, estrutura autoritária da universidade e deterioração das condições de trabalho"*.

O processo de criação da ANDES foi muito importante porque desencadeou um debate nacional sobre a necessidade de organização política e sindical do movimento docente nas IES. A liberdade de organização como condição para o exercício do direito de expressão política e o respeito estabelecido às instâncias de deliberação, desde as assembléias de base até os Congressos e CONAD's revelavam, desde a origem do movimento associativo dos professores universitários, quais eram os princípios que iriam nortear os rumos da entidade: a autonomia e a democracia.

A professora Ignêz Pinto Navarro (1999) em seu artigo: *ANDES S/N - Um sindicato singular*, assinala que, quando da sua criação em 1981

a ANDES representou algo inédito na história do movimento sindical brasileiro. Pela primeira vez os professores das Instituições de Ensino Superior de todo o país (públicas ou privadas), se reuniam, nacionalmente e a partir dos locais de trabalho, para fundar uma entidade que, com caráter sindical, pretendia, desde então, transcender o terreno das lutas econômico – corporativas.

Para Navarro (1999), autonomia e democracia no espaço sindical e no trabalho, foram sempre os princípios motores da ANDES. A preocupação com a auto-sustentação financeira, o respeito às decisões da base, e a total independência, em relação aos patrões, ao Estado, aos partidos políticos e a credos religiosos formavam a base da compreensão política e da identidade social do movimento associativo dos professores universitários e da ANDES. Nos locais de trabalho, a luta pela democratização das IES (escolha de dirigentes, gestão autônoma e avaliação institucional) passou a compor o cotidiano do fazer sindical de dirigentes e militantes do movimento docente. O perfil político e ideológico que vai se definir no sindicalismo praticado pelo movimento docente organizado nacionalmente, ao mesmo tempo em que se insere nas lutas do conjunto dos trabalhadores e nos embates de classes, traz em seu horizonte a construção de um projeto político que transcende os estreitos limites da ação corporativa e sindical.

A originalidade histórica e relevância política do ANDES S/N se destacam, pelo fato de integrar, como elementos constitutivos básicos de sua identidade política, duas dimensões, a academicamente engajada e a especificamente sindical, o que em outras palavras, pode ser designado como um sindicalismo de intelectuais, fortemente marcado pela natureza do próprio trabalho docente e referenciado num ideal de transformação social. A resistência transformadora tornou-se o lema orientador das pretensões e ações realizadas pelo sindicato dos professores do ensino superior brasileiro, em uma constante disputa com as forças sociais conservadoras. Esse lema orientador é portanto um binômio, constituído pela resistência política às investidas governamentais de privatização do trabalho docente e intervenção transformadora da realidade social e educacional de nosso país.

O estudo "*Sindicalismo na Universidade*", de autoria do Prof. Pedro Rabello Coelho, sobre a questão político sindical no movimento dos professores universitários organizados na ANDES foi um dos trabalhos acadêmicos pioneiros, tendo como objeto de análise o movimento docente.

Coelho, ao analisar a questão sindical, promove uma reflexão sistemática sobre um movimento que se apresentava na época pleno de dúvidas e contradições. No seu trabalho, aborda centralmente os acontecimentos históricos que marcaram a transformação da universidade a partir dos anos 80; descreve e analisa as origens do movimento docente na segunda metade dos anos 70, passando pela consolidação do movimento através da luta

política e sindical (80-84), a transformação da Andes em Sindicato Nacional (85-89) e finalmente, a questão político sindical na Universidade Brasileira de 1989 até 1991.

Para Coelho, (1996, p.8)

as relações entre o campo acadêmico e o mundo do trabalho são repletas de contradições e ambigüidades que decorrem tanto dos papéis exercidos pela instituição universitária quanto da própria identificação dos docentes enquanto categoria profissional na estrutura de classes da sociedade capitalista.

O aspecto central de sua reflexão é que

o movimento sindical, cuja natureza se prende ao conflito social na produção, ao penetrar no espaço acadêmico rompe com a visão conservadora e autoritária que reservava à universidade o papel de formação da elite intelectual da classe dominante e a colocava acima dos conflitos e interesses sociais.

Em outras palavras, as questões políticas e sindicais introduzem a dimensão do conflito de classe no interior da universidade. Entretanto, naquela conjuntura, para Coelho, (1996, p.56)

ficaram pouco esclarecidas as divergências de fundo que marcavam as concepções políticas em disputa no interior do movimento docente. Embora prevalecesse uma posição a nível nacional de que era importante manter a unidade da categoria e sua aliança com a classe trabalhadora, para ganhar forças e obter conquistas frente ao governo autoritário, grande parcela dos professores, principalmente nos locais menos organizados e politizados, mantinham um posicionamento ambíguo diante das transformações sociais. Parcela dos professores universitários, mais identificados com a luta dos profissionais liberais e assalariados de classe média, durante o regime militar se acostumaram a viver acima das contradições e dos conflitos de classe e negavam nas suas tomadas de posição o caráter sindical de sua participação e envolvimento nas lutas gerais.

Desde os primeiros anos da ANDES, essa discussão esteve presente. Naquele momento, a necessidade de somar forças para enfrentar a política governamental levou o movimento docente a superar essa polêmica e divergências sobre o caráter político e sindical da entidade. Na disputa para a primeira diretoria eleita em 1982, as principais lideranças e correntes políticas do movimento se articularam, chegando a um entendimento, conseguindo encaminhar o processo eleitoral, constituindo-se em uma única chapa. A esse respeito, o professor Maciel (2001) afirma que I Congresso Nacional da ANDES realizado em Florianópolis em 1982 foi um marco importante, um ponto de partida para a construção de referenciais unificadores, a despeito das divergências concretas sobre questões como estrutura e organização sindicais, inserção na luta política dos trabalhadores e da sociedade, e algumas questões referentes à própria universidade,

como a necessidade de construir um projeto alternativo. A evolução do debate político nos grupos e plenárias durante o Congresso, bem como as discussões de bastidores entre as lideranças e os delegados mais ativos das articulações que se esboçavam, acabou produzindo uma base consensual sobre a qual se apresentaria mais adiante na composição política da primeira diretoria eleita. A base desse consenso consistiu na aprovação dos estatutos provisórios da ANDES, na deliberação de realizar eleições diretas para a escolha da diretoria, na definição de lutas e pautas para os setores, na escolha do ano de 82 como ano de defesa do ensino público e gratuito e na aprovação da carta de Florianópolis, que expressou a declaração política do primeiro congresso.

O processo de eleições diretas para a diretoria levou a um amplo debate nacional sobre as posições políticas em disputa através da formulação e circulação de documentos, discutidos nas ADS e nos CONADS de forma democrática e participativa. As lideranças do movimento perceberam que, sem escamotear as divergências reais existentes, seria possível construir uma posição unitária, fundamentada nas deliberações do primeiro congresso, nos princípios básicos do MD e numa mediação permanente das posições políticas não convergentes, feitas no cotidiano das lutas e nas instâncias deliberativas do movimento.

Até certo ponto a disputa foi marcada pelas posições assumidas nos dois grupamentos que se formaram a partir da deflagração e participação na greve das IES em 1980. Esses posicionamentos estavam relacionados às decisões sobre os rumos do movimento grevista e as intervenções políticas nas reuniões do comando de greve. O peso da participação da base organizada e atuante acabou posteriormente influenciando na composição da chapa e no resultado da eleição para a primeira diretoria. Assim, a eleição da diretoria resultou de uma composição definida em votação num exercício democrático de transigência política. Esse fato assegurou que estivessem presentes, na direção nacional, os melhores quadros, representando todos os setores do movimento docente. A escolha da primeira diretoria acabou abrigo de forma unitária, na sua composição política, as diferentes orientações existentes no movimento docente. Os estatutos ainda provisórios reforçaram a autonomia das associações docentes e das instâncias de deliberação de base, fortalecendo e consolidando uma perspectiva política inovadora e original para a luta dos professores universitários.

A realização do V CONAD em Belo Horizonte em junho 1982 também foi um



momento de particular significação histórica na vida da ANDES. Além da posse da primeira diretoria eleita em votação direta foram aprovadas as linhas gerais da primeira versão da proposta da ANDES e das ADS para a reestruturação da Universidade Brasileira, que foi apresentada ao MEC em 30 de junho do mesmo ano. Em reunião realizada no Rio de Janeiro, os representantes da ANDES, SBPC, OAB e ABI formaram um acordo sobre a reestruturação da Universidade Brasileira, com base nos seguintes princípios: 1) manutenção e ampliação do ensino público e gratuito; 2) autonomia e funcionamento democrático da Universidade com base em colegiados e cargos de direção eletivos; 3) estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades; 4) dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; 5) criação de condições de adequação da universidade à realidade brasileira; e 6) garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.

O grande desafio do movimento docente, bem como do conjunto do movimento sindical, após um período de crescimento dos movimentos sociais e de importantes lutas que levaram ao fim do regime autoritário e ao retorno a democracia no Brasil era o de superação dos estreitos limites da prática sindical corporativa. Havia a necessidade de introduzir no espaço da universidade as demandas políticas e sociais presentes no cenário de mudanças na conjuntura nacional. Havia também a luta pela transformação nas relações de trabalho no espaço acadêmico com a ampliação da participação da comunidade universitária nas decisões sobre a política educacional.

Durante todo esse primeiro período de existência da ANDES, os docentes aprofundaram o debate e a formulação de propostas para a Universidade Brasileira. Especificamente sobre essa temática, em junho de 1983 a ANDES promoveu um Simpósio sobre a Universidade Brasileira na Universidade Santa Úrsula e, em maio de 1985, um Seminário Nacional na UNB, em conjunto com a UNE e a FASUBRA, para discutir a reestruturação da Universidade. Esses foram momentos fundamentais, em que diversos setores da sociedade brasileira, convidados para os eventos, se pronunciaram sobre a Universidade, discutindo sobre seus problemas e possíveis alternativas. Em junho do mesmo ano, no XI CONAD, realizado em Olinda, e partindo das discussões acumuladas desde 1981 e do documento elaborado em 1982, chegou-se a propostas conclusivas do

movimento docente para a reestruturação da Universidade Brasileira.

O V Congresso da ANDES, realizado em fevereiro de 1986 em Salvador, deliberou pela continuidade dos debates e as ADS retomaram as discussões. Nos dias 6 e 7 de maio do mesmo ano foi realizada a Jornada Nacional pela Reestruturação da Universidade Brasileira. Fruto dessas discussões, o XIII CONAD, realizado em São Paulo em junho, ratificou o documento aprovado em Olinda, com pequenas modificações. O documento, "*Proposta da ANDES e das AD's para a Universidade Brasileira*", não pretendia ser um modelo acabado de universidade; o seu objetivo principal era levar ao MEC, ao governo, à sociedade civil organizada, e à opinião pública, a posição crítica dos professores sobre o ensino superior no país e suas propostas concretas para a Universidade Brasileira. Não deveria ser algo fechado e implementado através de decreto, mas sim traduzir as propostas básicas que, segundo as deliberações democráticas dos professores, deveriam nortear as mudanças perseguidas pelo movimento e pela comunidade acadêmica.

O Movimento Docente, partindo de deliberações de Congressos e CONAD's anteriores, reeditou e publicou no VII Congresso os "*Cadernos ANDES*". Os Cadernos cumprem um importante papel de memória e acúmulo das discussões sobre as principais temáticas debatidas pelo movimento no contexto nacional. A título de uma melhor compreensão sobre o teor das discussões no período, passo a tratar de forma resumida alguns desses assuntos, considerando a dimensão de sua importância de acordo com os objetivos desse trabalho.

Um dos primeiros temas abordados nos cadernos recupera a luta histórica pelo financiamento público da educação no país, e assinala que somente em 1983 foi aprovada pelo Congresso Nacional uma emenda global à Constituição em vigor (Emenda Calmon). Essa emenda fixava um percentual mínimo da receita de impostos da União, Estados e Municípios para a educação; e tratava também do processo de deterioração dos salários de professores, que já vinha de longa data e acentuou-se a partir de 80, com a política salarial adotada pelo governo Figueiredo. Foi nessa época o começo do arrocho nos assalariados de faixa média de renda, com reajustes inferiores à inflação. Realizaram-se nesse período estudos sobre orçamento e dotação orçamentária para a universidade e uma avaliação crítica do Programa Nova Universidade. O movimento docente denunciou publicamente o programa que caminhava para constituir-se como um novo instrumento para o clientelismo político através do repasse de recursos com base em critérios ignorados pela comunidade

universitária e servia também como um mecanismo de reforço à privatização do sistema universitário através da injeção de recursos públicos nos cofres das mantenedoras da rede particular.

Um outro tema de grande relevância para o movimento foi a intervenção no processo constituinte através da *"plataforma dos docentes para a Constituinte"*, documento cuja versão final foi aprovada no CONAD Extraordinário realizado em Brasília em março de 87. Esse documento foi o resultado de um esforço conjunto dos GT's (Grupos de Trabalho) da ANDES, sob a coordenação do prof. Maciel, e representou um marco importante na formulação política do movimento docente. Estava em pauta (no processo constituinte) a luta pela remoção do entulho autoritário da legislação em vigor, como condição para a realização de eleições livres e democráticas. A decisão de uma intervenção unificada do movimento docente em articulação com outros movimentos sociais, tinha como objetivo levar a luta pelo ensino público e gratuito, pela ciência e tecnologia, pela reforma agrária, pelo direito de greve, bem como pela liberdade e autonomia sindicais entre outros pontos centrais.

Um terceiro tema de grande importância e de significativa relevância para este trabalho foi debatido no XVI CONAD, São Luis em 87. Tratou-se da questão sindical no Seminário Nacional sobre Conjuntura e Movimento Sindical. Naquele momento o objetivo era subsidiar as discussões nas AD's com relação à filiação da ANDES à CUT. Havia então um impasse sobre essa temática, e a indefinição do movimento docente permanecia quanto à questão da identidade política com o movimento sindical; afinal, era a terceira vez que em Congressos não se conseguia tomar uma decisão sobre a filiação. Na avaliação da diretoria havia o reconhecimento de que a resposta sobre essa indefinição era difícil e complexa. Faltava clareza ao conjunto dos docentes sobre o caráter de trabalhador intelectual e das implicações que esta condição traz na sua relação com o conjunto dos trabalhadores. Como consequência dessa falta de compreensão algumas ADS na prática, não mantinham relações construtivas e ativas com o conjunto do movimento sindical. Entretanto, a diretoria assinalava que a ANDES desde sua origem e ao longo de sua trajetória identificava-se com as lutas do movimento sindical e com a CUT; isto não significava uma completa identidade entre as duas entidades, nem uma filiação branca, mas sim se tratava de definir na prática um campo privilegiado de construção do movimento sindical e as alianças necessárias e essa construção. Nesse período de dúvidas e incertezas

sobre esse ponto, a greve das IFES que unificou as Autarquias e as Fundações em 1987 foi decisiva. Além do grande significado político da greve, o movimento incorporou importantes conquistas no campo econômico, como a questão salarial, carreira e isonomia. Esse foi um momento de fortalecimento do caráter sindical da ANDES e de sua identidade política.

O debate político da transformação em Sindicato Nacional e de filiação à CUT no final da década de 80, reafirmou a identidade sindical classista, autônoma e democrática da ANDES. Algumas ADs, apesar de terem uma forte participação na ANDES, discordavam da concepção sindical defendida de forma majoritária pela direção nacional e pelo conjunto do movimento; entretanto, esse fator não impediu que se obtivessem importantes avanços na unidade com os trabalhadores e outros setores da sociedade civil e dentro do próprio movimento docente, principalmente na resistência à ditadura militar e na defesa da Universidade Brasileira como uma instituição social de interesse público.

A partir do VII Congresso da ANDES, realizado em Juiz de Fora em 1988, o movimento docente vai dar um importante passo na direção da ampliação do relacionamento com o movimento sindical internacional, aprovando um acordo de cooperação com a Federação dos Professores de Portugal. Nos anos subsequentes esse relacionamento vai ser ampliado com a participação da ANDES em vários Fóruns Nacionais e Internacionais. Nos congressos subsequentes, VIII e IX, o intercâmbio com organizações de docentes da América Latina, Canadá e Europa intensifica-se, antecipando um conjunto de preocupações, que vivia o movimento sindical mundial em relação a conjuntura internacional, tais como o advento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e educativa em curso nos países capitalistas centrais.

A conjuntura da nova república e o processo de luta pela democratização da sociedade e da universidade criou situações de conflito, que diversas vezes dividiram e a floraram as tensões nos grupos políticos que internamente disputavam a liderança e a hegemonia do pensamento político no movimento docente e as concepções que deveriam nortear a entidade nacional dos professores universitários. O peso da herança sindical corporativa e as dificuldades de estabelecer a unidade com o conjunto das lutas dos trabalhadores sempre foram um obstáculo real. Entretanto, os movimentos sociais dispunham de muita força e a transição política para a democracia não era um processo consolidado, fatores esses que favoreceram a unidade e levaram a importantes conquistas

diante do Governo, com relativo apoio de setores do Congresso Nacional e de setores da burocracia do Estado e das Universidades. A Constituição Federal em 1988 incorporou importantes reivindicações do movimento docente e dos servidores públicos, tais como a autonomia das Universidades, a liberdade de organização sindical, o direito de greve, a data base e a negociação coletiva. A carta constitucional em seu artigo 39 estabeleceu a necessidade de elaboração do RJU (Regime Jurídico Único) para os servidores públicos. A ANDES em conjunto com os servidores públicos federais iniciou um processo de discussão com as bases visando uma intervenção qualificada junto ao Congresso Nacional no sentido de apresentar aos parlamentares as posições defendidas pelo movimento. Temas relevantes como as relações entre o Estado e os Servidores, a contratação coletiva, os efeitos jurídicos nas relações de trabalho, a seguridade social e os planos de carreira foram extensamente debatidos, pois eram questões que estavam em jogo e interferiam diretamente na vida funcional e profissional dos professores.

Essas lutas iniciadas ainda no governo da “nova república” e concluídas no governo Collor, no começo da década de 90, representaram importantes conquistas para os professores universitários de reivindicações essenciais defendidas pelo movimento. O ANDES S/N constituiu-se como um interlocutor privilegiado da categoria docente frente às administrações universitárias e o Estado, tanto no que diz respeito às condições de trabalho, quanto às questões ligadas à organização do trabalho acadêmico.

Ao completar 10 anos de existência o movimento docente e o ANDES S/N desfrutavam de grande prestígio e reconhecimento, diante, não só da categoria, mas também de outros movimentos e setores da sociedade no âmbito nacional e mesmo internacional. A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, a luta permanente pela autonomia e democratização da universidade, e a busca de um padrão unitário nas condições de trabalho docente formaram a base comum da plataforma política e sindical do movimento, unificando e fortalecendo a identidade coletiva dos professores universitários nos anos 80. A importância dos Congressos regulares e a participação crescente dos docentes nas greves e atividades organizadas pelo sindicato impulsionaram o movimento docente ampliando sua base de representação na categoria e garantindo a presença do sindicato em todo o território nacional e nos fóruns de debate sobre as grandes questões afetas à universidade e à educação no Brasil.

## 4.2 A conjuntura dos anos 90 e os principais embates

O início da década de 90 no Brasil foi marcado pela primeira eleição direta para presidente depois do fim do regime militar. A derrota eleitoral do candidato que representava naquele momento o campo democrático e popular, Luis Inácio (Lula) da Silva, e a vitória da candidatura Collor de Mello apoiada nos setores conservadores da burguesia dominante, segmentos médios e parcelas da população menos organizadas, significou para os trabalhadores um retrocesso político. No cenário mundial crescia o impacto político, social e econômico da internacionalização da economia e da hegemonia do neoliberalismo nos países de capitalismo avançado. Ao mesmo tempo, ocorria o desaparecimento do Socialismo no Leste Europeu e na União Soviética, e também o desmonte do Estado de bem estar social construído nos países capitalistas depois da Segunda Guerra .

O começo da década de 90 vai representar um momento crítico, com uma sinalização clara para as direções sindicais, das dificuldades dos novos tempos de refluxo, apatia e fragmentação da militância. Nos primeiros meses do governo Collor, a direção do ANDES S/N avaliando o quadro político percebe que, apesar da investida governamental contra a Universidade e contra os docentes, com os salários em queda livre e o estrangulamento financeiro, a maioria dos docentes já não respondia com o mesmo nível de mobilização dos anos anteriores. O ano de 1990 vai trazer pela primeira vez, desde o surgimento do movimento docente, o problema da desmobilização. As lideranças do ANDES S/N notam que apesar do importante papel que o Sindicato Nacional desempenhava na resistência contra as constantes investidas dos governos na Universidade Pública, era necessário, entretanto, avançar no sentido de aprofundar o debate com a categoria, em relação a esse conjunto de questões mais gerais das lutas sociais e políticas, considerando como pano de fundo as implicações decorrentes das mudanças na divisão do trabalho no mundo e seus nexos com a questão nacional nos rumos da política e da economia local.

Nesse sentido, as discussões e deliberações do IX Congresso, realizado em Londrina, em 1990, apontaram a necessidade estratégica do fortalecimento e afirmação do ANDESS/N no âmbito das relações sindicais internacionais, buscando uma aproximação com as entidades sindicais de educadores na América Latina e no resto do mundo, e

também o fortalecimento do diálogo com as centrais sindicais locais de trabalhadores. Era urgente a discussão sobre a amplitude e a dimensão das políticas neoliberais no campo do trabalho e da educação no Brasil e no mundo, era necessário organizar a luta de trabalhadores e educadores frente à ofensiva do Capital na produção.

A “abertura” indiscriminada da economia ao mercado externo, decorrente das iniciativas do governo Brasileiro, agravou a situação de dependência econômica do País aos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. As políticas de ajuste fiscal e monetária, as privatizações dos serviços públicos, as investidas contra os direitos dos trabalhadores e a recessão com inflação representavam uma mistura perversa. Para as classes dominantes tratava-se de socializar as perdas e capitalizar os lucros, com imensos prejuízos e sacrifícios para o conjunto da população e para aqueles que vivem do seu trabalho.

No âmbito do X Congresso do ANDES S/N, as declarações das principais lideranças, dirigentes do movimento docente e do movimento sindical, apontavam que um dos principais desafios do movimento docente deveria ser o de construir o debate político e ideológico sobre os reflexos das políticas neoliberais e seus desdobramentos no mundo do trabalho e na educação. Decisões importantes como a reativação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a articulação com outras entidades da sociedade civil, sindicatos e partidos preparavam uma retomada das estratégias de lutas gerais unificadas, com vistas ao embate contra a política do governo Collor.

O X Congresso da ANDES S/N, realizado em fevereiro de 1991, conforme nos explica Coelho, (1996, p.148) “é um momento de síntese e recomeço, para o movimento docente”, combina a celebração de vitórias do movimento com a preocupação pelo futuro da universidade brasileira frente às injunções da nova ordem econômica internacional e sua onda neoliberal, à qual o governo brasileiro se mostra subserviente, num processo de adaptação, cujo reflexo mais visível é o crescimento da miséria da maioria da população.

O X Congresso também deflagra um estado de mobilização com indicativo de greve ainda para o primeiro semestre de 1991. Uma proposta de emenda constitucional (PEC 52) enviada pelo governo ao Congresso pretendia introduzir uma nova política do Ensino Superior de acordo com o projeto neoliberal. Essa emenda abriu toda uma discussão no Parlamento a respeito da autonomia da universidade, da sustentação financeira e do processo de avaliação. O movimento conseguiu barrar parcialmente o

ímpeto do governo, preparando o terreno para sustentar uma greve longa das Universidades Federais, que durou 107 dias e acabou contribuindo para o desgaste da base de sustentação do governo no congresso. A greve representou naquele momento uma inflexão na crise da universidade brasileira e ao mesmo tempo uma afirmação da consciência coletiva dos professores universitários e do Sindicato Nacional. Com a greve o debate sobre a reforma universitária, proposta pelo governo se amplia nas instâncias de participação e deliberação do movimento. Aumentam as críticas ao teor das medidas que na prática implicavam maiores restrições, ingerências e controle sobre as universidades.

Segundo Coelho, após esse primeiro momento de perplexidade e imobilismo do início do governo Collor, o movimento passa a reunir forças para os novos embates. A questão política e sindical fica então mais clara para o movimento docente. O movimento sindical dos docentes se consolida como um sujeito coletivo no confronto com a política governamental.

Há como que uma razão direta entre a defesa dos salários e das condições de trabalho numa universidade pretendida como pública, gratuita, autônoma e de qualidade e o cerco à universidade pública praticado insistentemente e de forma crescente pelos governos ao longo desses dez anos. O confronto que desde os primeiros anos se estabeleceu e se agravou com o tempo veio evidenciar que a luta sindical era essencialmente política (Coelho, 1996)

O XI Congresso, realizado em Cuiabá, retoma a partir da discussão acumulada pelo movimento, a defesa do projeto da ANDES S/N para a Universidade Brasileira e em particular a questão do padrão unitário de qualidade e da carreira única para os docentes. Tema central discutido nesse Congresso e de grande relevância foi sobre os rumos do sindicalismo no Brasil diante da nova conjuntura econômica e política no cenário internacional. Os impactos diretos e indiretos nas condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora e da população em geral, exigiam uma reflexão mais sistemática do movimento docente no sentido de avaliar quais as implicações e os desdobramentos das transformações no campo educacional. Concluiu-se, que era necessário uma participação orgânica do ANDES S/N nos fóruns da CUT, e uma aproximação do movimento docente com o debate realizado, principalmente no que se refere à introdução das novas tecnologias no mundo do trabalho.

O foco das análises tinha em vista as alterações produzidas pelas inovações na subjetividade, na organização e nas formas de luta das classes trabalhadoras. Conhecer essa realidade, no caso brasileiro, era uma informação fundamental para que a central pudesse



definir políticas voltadas para os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, construindo estratégias e táticas compatíveis com esses interesses. O resultado dessa colaboração visava construir também um campo comum de análise sobre a formação profissional e educacional dos trabalhadores e do sistema educacional do país.

Por deliberação do XI Congresso foi então criada uma comissão de educação que tinha representantes das entidades nacionais de trabalhadores filiadas a central (ANDES S/N, CNTE, CONTEE, FASUBRA). O trabalho dessa comissão ampliou a compreensão sobre os problemas relativos à forma de inserção do movimento sindical e docente no debate sobre educação, trabalho e cidadania e também na questão da formação profissional frente a novo cenário mundial. A constatação sobre o caráter incipiente dessa discussão nas bases do movimento e a compreensão política dos limites estreitos da ação sindical naquela conjuntura, apontava para a necessidade de uma grande articulação social no combate às medidas neoliberais. Para o movimento docente tratava-se de enfrentar no seu próprio terreno as conseqüências da reestruturação produtiva e educativa sob o manto da “modernização conservadora” do Governo Collor.

O cenário internacional indicava a crescente onda de conservadorismo e desvalorização da democracia na Europa e nos Estados Unidos, o enfraquecimento e desagregação da utopia socialista, o caráter hegemônico do pensamento neoliberal, que aparentemente representava a “vitória” do capitalismo e da sociedade de mercado, dificultando sobremaneira a intervenção política das classes trabalhadoras. A nova acumulação internacional ameaçava conquistas históricas, que foram forjadas nas lutas da classe trabalhadora contra a exclusão política, social e econômica. A desqualificação e a desvalorização das relações políticas baseadas nos princípios da representação, com o retorno de regimes autoritários, da xenofobia e, do racismo, eram sintomas visíveis da profunda crise política e institucional da democracia burguesa no ocidente e dos estreitos limites de seu exercício, principalmente dentro de nossa realidade nacional.

No Brasil, o estelionato eleitoral e a estratégia de marketing político que possibilitaram a eleição de Collor de Mello em 1989 revelavam aos setores do movimento social e popular uma situação de aprofundamento da crise de legitimidade e de representação política do governo e das instituições. As medidas de ajuste fiscal aprofundaram a recessão e o desemprego, a miséria aumentou e a escalada inflacionária solapou as bases do apoio popular recebido nas urnas. Toda a ação do governo Collor

objetivou apresentar-se como reconstrução nacional, e nesse contexto buscou-se desqualificar a ação do movimento social organizado taxando-a de corporativa e, portanto, contrária à nação cuja defesa era encarnada pelo Presidente da República.

A estratégia do Planalto era de fazer a luta social refluir e estabelecer-se no limite da luta econômica e corporativa, desqualificando a luta política e ideológica. A questão central para o movimento social e docente era a conquista da democracia política e econômica real. A Andes S/N foi uma das primeiras, senão a primeira entidade com resolução de Congresso, a defender o afastamento de Collor. A participação do sindicato se deu através de todas suas instâncias. A diretoria integrou a Coordenação Nacional do Movimento pela Ética na Política e participou também do Movimento Democrático contra a Impunidade. O impeachment concretizou-se diante da mobilização popular e do desgaste do Governo, e na sua incapacidade de recuperar a credibilidade do presidente, como primeiro mandatário da nação.

Itamar Franco, vice-presidente, assumiu o governo com o apoio difuso de uma base essencialmente conservadora no Congresso Nacional. A busca de sustentação política levou o “novo” governo a elaborar uma estratégia de construção de um amplo arco de alianças que lhe garantisse governabilidade. A novidade foi que o movimento social, ao contrário dos períodos Sarney e Collor, já não assumia uma clara posição de rejeição ao pacto social em nome da governabilidade. O movimento docente na sua avaliação política, desde a ascensão de Collor afirmava que o eixo político básico do governo era a implementação do projeto neoliberal. Durante o mandato tampão de Itamar não houve mudanças substanciais na política econômica e monetária. A aprovação pela Câmara dos Deputados da emenda constitucional em discussão no Senado previa um ajuste fiscal e flexibilização de direitos e conquistas obtidas na Constituição de 88, sinalizando a continuidade do projeto do governo anterior.

A resposta do movimento veio somente no final de 1992, quando as entidades dos servidores públicos federais preparavam uma campanha salarial unificada. Depois de praticamente quatro meses de audiências sem ocorrer qualquer negociação com o governo, a Plenária Nacional dos Servidores Federais realizada em Brasília decidiu pela greve geral dos SPF, com um indicativo para a primeira quinzena de maio. Deflagrada em 13 de maio de 1993, a greve dos servidores alcançou, em poucos dias, um grau de adesão muito forte e distinção em relação aos movimentos anteriores consistiu no fato de ter sido efetivamente a

primeira greve unificada do conjunto dos servidores. O movimento docente nas IFES, nos últimos anos, vinha participando desse esforço de conquistar um movimento que, superando o corporativismo, pudesse enfrentar o governo e as políticas de desmonte do serviço público. A greve unificada com os servidores paralisou a administração numa amplitude nunca vista e o governo foi obrigado a negociar com o Comando Unificado de Greve. A greve durou 50 dias e atingiu quarenta e uma IFES, conquistando pelo menos três vitórias. O reconhecimento do direito de greve com a anistia de servidores punidos em greves anteriores, reajuste salarial acima do que o governo admitia oferecer e a necessária unidade do movimento para futuros embates. O final da greve foi negociado com o então ministro da fazenda da Itamar, Fernando Henrique Cardoso.

O prof. Márcio, na época presidente do ANDES S/N e integrante do comando de greve, lembra que o ministro disse que o que estava sendo oferecido era tudo que o governo poderia conceder, e acrescentou que esta era a última vez que os servidores públicos teriam reajuste; efetivamente, em 1995, Fernando Henrique Cardoso tornou-se presidente e só houve reajuste na recente greve das IFES em 2001. Descolado de um projeto popular, Itamar não respondia as reivindicações apresentadas pelo movimento social organizado. Crescia no campo sindical uma consciência política derivada das condições objetivas impostas pelo governo de que a modernização pretendida era incapaz de atender aos anseios dos trabalhadores. O salário mínimo atingiu seu menor poder aquisitivo das últimas décadas e a política salarial em vigor representava o maior arrocho na remuneração dos assalariados da história do país. O governo em estreita articulação com o empresariado preparava, na perspectiva da revisão constitucional, instrumentos que viessem, pela fragmentação da organização sindical, abrir espaços para aprofundar a implementação do neoliberalismo. Os setores conservadores se articulavam para retirar do texto constitucional as fórmulas incompatíveis com o capitalismo, argumentando que essas medidas ameaçavam a governabilidade do Estado. Pretendia-se subtrair da Constituição aquilo que representou, efetivamente, avanços sociais e controle estatal sob áreas de interesse estratégico e social.

O XXVII CONAD (Pelotas, novembro de 1993) realizou-se em um momento particular da conjuntura política do país. Os professores organizavam a luta contra a revisão constitucional, durante todo o período em que a revisão esteve em pauta, o movimento enfrentou a ação de desqualificação da mídia e o isolamento dos movimentos

sociais. Os documentos de análise de conjuntura do período assinalavam a continuidade das políticas neoliberais e as dificuldades do movimento sindical classista frente à ofensiva do governo no sentido da flexibilização dos direitos e conquistas sociais. As avaliações sobre as propostas de revisão mostravam claramente o seu caráter neoliberal, a redefinição radical do Estado, o domínio do mercado, a privatização do setor produtivo estatal e dos serviços públicos e as limitações das conquistas sociais.

Colocava-se para o movimento docente, cada vez mais enfaticamente, a importância de uma ação articulada e massiva com o movimento sindical e popular, na definição de princípios que apontassem para a formulação de um projeto alternativo. Assim uma das tarefas prioritárias da diretoria, de cada seção sindical, de cada setor e de cada grupo de trabalho da ANDES S/N era de construir um projeto que tivesse como premissa básica a superação da cisão entre empregados e desempregados, e a ampliação da participação do conjunto do movimento sindical classista e demais movimentos sociais.

O que estava em questão e não resolvido nos marcos do Estado era a persistência da miséria da maioria da população, o controle e manipulação ideológica exercida pelos meios de comunicação, e a limitação dos direitos que reduzia a universalidade da lei ao campo das sentenças individuais. A questão principal que se colocava como tarefa para o movimento sindical e popular era a construção de um projeto nacional que criasse as condições reais de unificação das lutas populares e de efetivação da cidadania. A compreensão política do movimento docente era decorrente da necessidade de construir um projeto alternativo do campo democrático e popular, e de que as classes sociais possuem, conscientemente ou não, suas concepções de mundo e que essas podem ser modificadas pela intervenção de outras classes. Os projetos políticos e econômicos são dessa maneira a tradução concreta das racionalidades de cada classe em ação. A política, mais do que o local de pactos sociais, é esfera de luta e de contraposição de projetos. A partir desse projeto nacional alternativo, os movimentos sociais poderiam intervir mais conscientemente no processo eleitoral que se avizinhava, atuando, assim, na construção de um arco de alianças possíveis e, ao mesmo tempo, determinando as formas de legitimação de um futuro governo construído a partir do campo democrático e popular.

Ainda dentro do mandato de Itamar e sob a batuta do ministro da fazenda foi elaborado um novo plano econômico que mais tarde no governo de Fernando Henrique Cardoso iria resultar no Plano Real. Na prática as medidas de estabilização econômica

resultariam numa espécie de dolarização disfarçada e em medidas de ajuste fiscal que implicariam em maiores cortes nos já minguados recursos públicos e na intensificação das privatizações. Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda começava a construir a sua candidatura de centro para a sucessão presidencial. Visava naquele momento aglutinar segmentos sociais para barrar o crescimento de uma candidatura que eventualmente poderia interromper as reformas em curso. Dentro das adequações necessárias às medidas de política econômica do governo, estava a criação de novos padrões de acumulação de capital que contemplassem a terceirização, as modernas técnicas gerenciais, a incorporação das novas tecnologias e um novo contrato nas relações capital e trabalho (flexibilização). *O Movimento Decola Brasil* apresentado pela equipe econômica do governo com medida de estabilização não diferia do convencional receituário do FMI, arrocho dos salários e diminuição nos gastos do governo em investimentos de interesse social.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 consolidará um longo período de vigência das políticas neoliberais que se estendeu por dois mandatos até 2002. Foram oito anos de intensificação das medidas de ajuste estrutural do Estado de acordo com os interesses dos organismos internacionais. O novo realismo político das classes dominantes assentava-se não tanto no monopólio do uso da força ou da legalidade do estado de direito, mas no imperativo econômico da sobrevivência e da estabilidade da nação frente a crescente internacionalização e dependência externa. A sustentação das políticas neoliberais adquiriu o estatuto do "pensamento único" e da inevitabilidade das medidas de ajuste. Para o modelo neoliberal, o inimigo político, dotado no passado de um perfil político-ideológico socialista, comunista, populista etc. é visualizado como sujeito irracional, que permanece no passado, incapaz de compreender o presente e a "realidade".

Um mês após a posse de Fernando Henrique, a diretoria do ANDES S/N apresentou em audiência no MEC, oficialmente, a pauta de reivindicações do movimento docente. O governo, representado pelo novo ministro da educação Paulo Renato, encerrou a reunião afirmando que os tempos eram outros e que o negociado anteriormente deveria ser efetivamente enterrado, ou seja, o governo tinha uma agenda própria para enquadrar o funcionalismo nos planos de reforma do Estado.

Os dois mandatos do governo FHC mantiveram a mesma política e os mesmos objetivos oriundos dos compromissos assumidos com os organismos financeiros

internacionais de ajuste à nova ordem . Porém no primeiro mandato o governo contabilizava um certo respaldo popular decorrente das urnas e do plano de estabilização econômica, que deu origem ao plano Real e reduziu a escalada inflacionária; entretanto, o artificialismo monetário logo se desfez e as pressões sobre o câmbio se fizeram sentir, obrigando o Executivo a recorrer a ajuda do Fundo Monetário Internacional. As manobras utilizadas para ampliar a base de apoio, aprovar as reformas no Congresso, e caminhar para a reeleição foram de certa forma o preço a pagar para a conquista do segundo mandato. Essas condições acabaram por corroer a base de sustentação e revelar a face mais autoritária e corrupta do governo, carecendo de legitimidade e com profundo desgaste político frente à deterioração das condições de vida da população.

Em 1995 o ANDES S/N organizou uma greve em conjunto com diversas categorias dos servidores públicos da administração direta e das empresas estatais. Foi a primeira greve durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e ficou conhecida como a greve dos petroleiros pois, essa era a categoria mais mobilizada , mas na realidade tratou-se de um movimento unificado que de muito superava a luta corporativa e específica daquela categoria. Naquele momento o que estava em questão era mais que a luta salarial, era uma luta contra as medidas neoliberais do governo e seu projeto. Governo e imprensa centraram fogo nos petroleiros, isolaram o movimento, colocaram a organização do movimento na ilegalidade, aplicaram pesadas multas ao sindicato, enquadraram dirigentes na justiça e Fernando Henrique chegou a autorizar a invasão das refinarias. A truculência e o caráter autoritário das medidas do governo visavam desmobilizar e desarticular a resistência organizada dos trabalhadores, abrindo caminho para as privatizações e os ajustes às políticas neoliberais.

Em 1998 o movimento docente organizado no ANDES S/N vai novamente a greve por reajuste salarial e carrega atrás de si a denuncia sobre a deterioração e o sucateamento das condições de trabalho nas Universidades. O aspecto inusitado e original nesse movimento foi à realização de uma manifestação radical de um grupo de professores que fez uma greve de fome. Essa greve aconteceu em um momento em que o sindicato vivia um processo de eleição interna e havia divergências quanto ao momento de sua deflagração. Na avaliação da diretoria, era possível conciliar a greve com o processo eleitoral, priorizando o enfrentamento. A divergência vinha do grupo que fazia oposição, para quem a eleição deveria ter precedência. A eleição aconteceu em meio à greve e a

oposição venceu e deu fim à greve, passando por cima de decisões do Comando Nacional de Greve. A nova diretoria acabou negociando o fim da greve e aceitando a proposta do MEC, a GED (Gratificação de Estímulo a Docência), e com isso acabou introduzindo os critérios de produtividade na academia, posição contrária à que vinha sendo defendida pelo CNG (Comando Nacional de Greve). Pela primeira vez, a sucessão para a diretoria aconteceu em circunstâncias até então não vividas pelo sindicato nacional. A tendência política majoritária acabou perdendo uma hegemonia de dez anos à frente do sindicato, considerando-se desde 1988 quando a ANDES se transformou em o ANDES S/N.

Em 1999 ocorreu a marcha dos cem mil, organizada pela CUT, na qual a ANDES S/N participou conjuntamente com a Coordenação Nacional dos Servidores Públicos. Este ato marcou posição contra as políticas neoliberais e mostrou para o conjunto da população que o movimento sindical e popular estava atento aos acontecimentos recentes da conjuntura mundial de contestação da hegemonia da globalização neoliberal.

Ao nos aproximarmos do final da década de 90 o ANDES S/N e o movimento docente apresentavam sinais claros de divisão interna e dificuldades de aglutinar os professores universitários na luta contra as medidas de flexibilização e privatização do trabalho acadêmico. A atitude aguerrida e combativa dos militantes construída ao longo dos anos de luta na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade foi perdendo sustentação. Os novos professores que ingressaram nas universidades nos últimos anos já adotavam uma atitude de menos confronto e mais proposição, de ocupação dos espaços institucionais, procurando se adequar aos novos tempos de neoliberalismo e globalização.

### **4.3 As bandeiras de luta do movimento docente**

O eixo dos discursos críticos e das lutas empreendidas pelos professores universitários no Brasil teve seu ponto de partida na necessidade de pôr fim a um regime autoritário, que asfixiava a vida universitária e impedia o reconhecimento da autonomia e da democracia, como fatores determinantes do trabalho acadêmico e da justiça social. A exclusão, marca registrada do modelo educacional vigente no país precisava ser enfrentada em meio a uma situação de opressão e perseguição. Grande parte da unidade de propósito conquistada nas lutas foi o resultado de um esforço permanente de uma vanguarda que não se intimidou, e que se reunia para literalmente conspirar contra aquele estado de

coisas. A criação do movimento docente e do ANDES S/N visava consignar uma identidade política e sindical aos professores universitários mergulhados na alienação e na opressão do regime militar.

Nesse sentido, considerando a situação vivida desde aqueles tempos sombrios, podemos afirmar que as bandeiras de luta formuladas durante os primeiros anos de existência da ANDES permanecem ainda atuais, uma vez que, passados mais de vinte anos, no essencial, naquilo que se refere ao funcionamento autônomo e democrático das Instituições de Ensino Superior, não houve alterações substanciais.

O fim do regime militar e o retorno à democracia no Brasil não vieram acompanhados de uma ampliação da oferta de vagas e de acesso ao ensino superior público, pelo contrário, o que se verificou foi uma expansão acelerada do ensino superior privado e a crescente transformação da educação em mercadoria.

Durante a década de oitenta o crescimento do movimento docente acompanhou os grandes movimentos sociais, somando esforços no sentido da desestabilização do regime militar e consolidou uma trajetória de organização junto com setores progressistas da sociedade civil no retorno à vida democrática. O ápice desse movimento coincide com a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições diretas para presidente de república em 1989. Já nos anos 90 sob a dominância de governos neoliberais, a unidade interna e a identidade política e sindical dos professores universitários organizados no ANDES S/N vão sofrer uma fragmentação. As medidas de flexibilização nas relações de trabalho no serviço público e a aprovação de uma série de decretos e projetos de leis contrárias às propostas do conjunto do movimento docente acabam por retirar direitos duramente conquistados no período imediatamente anterior. O retrocesso político e o refluxo nas mobilizações gerais são um indicador claro das dificuldades que o movimento docente passa a enfrentar nessa conjuntura. As greves da categoria, cada vez mais prolongadas e com resultados cada vez menos expressivos, levam a um profundo questionamento da eficácia dessas mobilizações. Trata-se de um fenômeno análogo ao que vinha acontecendo na Central Única dos Trabalhadores. As dificuldades de relacionamento entre a direção (conduta pragmática) e a base do movimento (cenário de desmobilização), passam a ocorrer também no ANDES S/N. Impõem-se então um trabalho redobrado para os militantes e para as lideranças, que além de conduzir o cotidiano marcado pelas questões especificamente sindicais, se desdobram para atuar em outras frentes criadas a partir dos



novos espaços de ação. O que se verifica é uma situação de muita atividade, pouca elaboração coletiva e pequena eficácia na intervenção política. Multiplicam-se as comissões, grupos de trabalho e a participação em diferentes fóruns e conselhos, sem que haja o crescimento e a renovação dos militantes. A título de exemplo podemos verificar o esforço empreendido pelo ANDES S/N em conjunto com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na elaboração de propostas para a Lei de Diretrizes e Base (LDB) e as propostas para o Plano Nacional de Educação, que levaram anos de formulações, debates e encontros para a sua construção, e que foram praticamente ignorados pelos parlamentares e pelo governo por ocasião de suas aprovações pelo Congresso Nacional e pelo executivo. Os CONEDS (Congressos Nacionais de Educação) realizados com ampla representação do setor educacional, e que contribuíram para a elaboração de um diagnóstico das carências educacionais do país, resultando em um documento que deveria servir de referência para a implantação das mudanças nas políticas públicas e para a transformação do panorama educacional no país, foi também desconsiderado. Assistimos da mesma forma que na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, o mesmo descaso e a falta de compromisso da parte dos parlamentares e do próprio governo com essas iniciativas de discussão e elaboração democrática.

A impressão que fica é de que esse esforço coletivo e extenuante da parte dos militantes e dos sindicatos encontrava pouca ressonância e receptividade nos próprios pares e também nas estruturas dos poderes constituídos. Em que pese a derrota sofrida pelo movimento docente frente à implantação das reformas neoliberais nos anos 90, foi possível construir e organizar, ainda que de forma restrita, uma estratégia de resistência sindical e política que permitiu a manutenção na direção do ANDESS/N das bandeiras de luta, defendidas historicamente pelo sindicato e também a credibilidade e o respeito à entidade enquanto referência para o conjunto da categoria. A identidade coletiva, autônoma e democrática estaria preservada, mas tensionada no limite do horizonte classista e dos embates internos.

#### **4.4 A participação dos docentes na vida sindical**

As transformações decorrentes da reestruturação produtiva e educativa exerceram nas últimas décadas do século XX forte influência na maneira como os professores

universitários passaram a encarar a sua relação com o trabalho e a participação na vida associativa e sindical. A experiência de organização, mobilização e lutas que determinou o forte engajamento dos docentes na militância política e sindical durante o período da ditadura militar já não se fez presente com a mesma intensidade e dimensão nas décadas seguintes. A unidade que permitiu a aglutinação das diversas tendências políticas do movimento docente em uma frente comum, configurando uma clara identificação com a luta mais geral dos trabalhadores, foi paulatinamente se desfazendo e se fragmentando, a tal ponto que as disputas internas provocassem a ruptura na tendência majoritária presente durante os dez primeiros anos na direção do sindicato nacional.

Durante esse primeiro período as razões para o envolvimento na atividade militante se fundamentavam numa identidade de propósitos entre o projeto pessoal e o coletivo, isto é, a pertença de classe, a participação orgânica na vida sindical e a crença nos valores da autonomia e democracia no movimento. Participar da vida associativa e sindical era como que um processo natural decorrente da necessidade de exercer em algum grau o direito de expressão e crítica social. Era também a possibilidade de trocar informações e construir um movimento que acumulasse forças para se opor ao autoritarismo e ao controle ideológico exercido pelo regime. Nessa tarefa os professores universitários tiveram a seu lado os estudantes e os operários, configurando uma situação de movimentos de massa e amplas manifestações populares. O espaço associativo era um lugar de formação política e de troca de experiências profissionais, se discutia sobre as relações de trabalho, sobre a carreira, capacitação e sobre a relevância social do fazer universitário. As principais lideranças do movimento docente eram também parte do corpo mais qualificado profissionalmente. Atentos às principais questões que afetavam o cotidiano da academia, esses professores serviam como referência para o conjunto da categoria e foram responsáveis pelo impulso significativo na direção das mudanças que ocorreram na vida universitária no período recente e na formação dos valores que determinaram a construção do ANDES S/N e do movimento docente.

O processo de abertura do regime deu-se de forma gradual e a reconstrução da democracia durante a década de 80 revelou as grandes disparidades de classe nas relações de poder. Ficou então evidente o predomínio quase absoluto das classes dominantes no que se refere ao exercício dos direitos mais elementares de cidadania. O Brasil foi e continua sendo um país de grandes desigualdades e que acumula desde os tempos coloniais

profundas injustiças sociais. Um contingente enorme de cidadãos brasileiros não possui sequer o acesso aos direitos básicos de trabalho, saúde, habitação e educação. Diferentemente do período do regime militar quando o país expandiu economicamente, nos anos 80 o crescimento foi inexpressivo. Quando se esperava que com o retorno da democracia e o envolvimento da sociedade civil, o país poderia encontrar o caminho da solução dos graves problemas estruturais que enfrentava, os movimentos sociais e os setores progressistas passaram a enfrentar as dificuldades decorrentes do enfrentamento com o domínio político e o conservadorismo das elites e da crescente subordinação dos governos brasileiros aos interesses internacionais.

O período de transição para a democracia chega a seu ápice com as eleições diretas em todos os níveis incluindo o processo de escolha para presidente da república no final da década de 80. A partir daí as coisas vão ficando mais difíceis para o movimento. Havia uma expectativa muito grande de que a sociedade reconheceria como natural que quem lutou por ela deveria ascender ao poder elegendo um candidato do campo popular. Entretanto, no campo político os setores que estiveram aliados à ditadura foram suficientemente maleáveis para poder se readaptar e se reorganizar frente ao novo quadro, construindo um arco de alianças com setores de centro no espectro político e impondo uma derrota eleitoral à esquerda e ao movimento social organizado. Adiciona-se a essa conjuntura local as dificuldades provenientes do cenário internacional, com a derrota do socialismo e do comunismo no Leste Europeu e na União Soviética, e com a hegemonia conquistada pelo neoliberalismo na Inglaterra e nos Estados Unidos da América.

O processo de abertura democrática foi impulsionado por uma intensa e extensa agenda de mobilizações, greves e campanhas políticas. A ANDES S/N foi uma das primeiras entidades a devolver o imposto sindical compulsório previsto na legislação e recolhido dos trabalhadores, e também por decisão de congresso e estatutária, uma das primeiras a realizar eleição livre e direta para a direção nacional do sindicato. O exercício dessa prática sindical do movimento docente buscava uma superação de posições que tradicionalmente dominavam no sindicalismo oficial.

Muito embora predominasse na direção nacional da ANDES uma posição de unidade do movimento docente e de identificação com o caráter classista da entidade, conforme Coelho (1996), parcela do professorado, principalmente do setor público, se acostumou a viver acima dos conflitos de classe durante o regime militar e não se

considerava como parte da classe trabalhadora, negando-se a tomar partido quanto à pertença sindical. No setor privado a disputa de base ainda estaria por acontecer, uma vez que a transformação da ANDES em sindicato só vai ocorrer oficialmente no final da década de 80, quando o sindicato vai reivindicar a sua prerrogativa sindical frente às entidades de docentes das IES privadas. Para Coelho, essa resistência ao caráter sindical da ANDES presente no movimento docente envolvia principalmente uma parcela menor dos professores mais conservadores e que de alguma forma compartilhavam com os valores vigentes durante o período autoritário, mas também atingia os professores mais distantes da participação política e sem um claro compromisso com a mudança e a crítica social.

A partir dos anos 90, essa identidade entre projeto pessoal e profissional pautada no reconhecimento do horizonte classista, na participação coletiva e nos valores da autonomia e democracia vai sofrer um processo de fragmentação.

O advento do neoliberalismo trouxe consigo uma outra forma de sociabilidade no trabalho, com sérias conseqüências para a vida associativa. A base dessa sociabilidade retoma como referência o deslocamento da centralidade do trabalho na configuração da identidade coletiva enfatizando a trajetória individual do trabalhador e a cooptação do mesmo aos valores da empresa, à identificação com o mercado, e a adoção aos critérios da competência individual e da competição entre os pares. No caso das instituições universitárias públicas as medidas de ajuste fiscal dos governos neoliberais, que redefiniram o papel do Estado e incentivaram as privatizações, também restringiram os recursos financeiros e praticamente congelaram os salários de professores e funcionários, colocando o movimento docente numa situação defensiva e de fragmentação. Ocorre como que uma rendição à lógica capitalista e uma relativa acomodação à ordem social e política dominante.

Uma parcela mais atuante e politizada dos professores que corresponde à lógica da militância mais convencional, ainda permanece à frente do sindicato e mantém as posições historicamente defendidas pelo movimento docente ao longo dessas duas décadas. Entretanto constitui-se a partir de uma base reduzida que resiste aos ataques que a universidade vem sofrendo e resente-se com o desgaste natural da falta de renovação no mesmo patamar alcançado em períodos anteriores.

Uma grande parcela dos professores adota a lógica de menor custo. Apesar de aderirem às greves promovidas pelo sindicato, não participam das mobilizações e

atividades. A expressão "greve de pijamas" caracteriza bem o recuo corporativo e a crescente despolitização das lutas. Esses professores reconhecem os discursos de unidade e o esforço louvável das lideranças na politização do debate, entretanto percebem a enorme distância existente na atualidade em relação ao momento imediatamente anterior, isto é, ao período de crescimento dos movimentos sociais e do movimento docente nos anos 80.

Também é possível identificar numa parte da militância a lógica do especialista, decorrente de um certo grau de especialização em algumas tarefas, ocasionadas pelo crescimento das demandas jurídicas e o retorno de algumas práticas sindicais assistenciais (convênios médicos e odontológicos, atividades recreativas e culturais). O crescimento das assessorias jurídicas, de coordenadorias dos grupos de trabalho e a contratação de profissionais, criam no espaço sindical esse tipo de militante, que mantém uma relação intermitente, episódica e pontual com o sindicato. A relação entre projeto pessoal e coletivo nesse caso é definida mais pelo perfil da formação técnica e profissional do que pela identificação com a missão do sindicato.

E finalmente temos uma parte não menos significativa de professores que não vê mais sentido na lógica da ação coletiva e da luta sindical, abandonando a militância definitivamente. Para esses professores o sindicato não mais representa os interesses da categoria. Adotam para si o paradigma dominante, ou seja, o modelo neoliberal. A adesão às mudanças passa pela via do institucional nos limites estabelecidos pelo ordenamento legal em vigor e pela adoção de uma atitude pragmática de adaptação às mudanças em curso.

No contexto desse trabalho foi possível analisar que para além dos condicionantes estruturais que limitam a ação sindical e a participação dos professores na vida associativa, encontram-se alguns aspectos que se destacam como traço diferencial no que diz respeito às diferentes maneiras de compreender e atuar dos militantes. Um dos aspectos fundamentais que se destaca e singulariza a participação dos professores se refere à natureza intelectual do trabalho, seu papel formador de opinião, a produção e difusão do conhecimento e até mesmo a dimensão coletiva da relação com o campo da educação e do trabalho.

O engajamento militante relaciona-se com a tomada de consciência de determinados fatores que limitam ou mesmo impedem o pleno exercício da atividade profissional. No caso do exercício da docência e do trabalho intelectual nas universidades,

no tempo da ditadura foram as restrições ideológicas e a falta de autonomia e democracia que funcionavam como camisa de força e controle da atividade acadêmica. O divisor de águas era a falta de liberdade e colocava no mesmo lado todos aqueles que lutavam contra o regime. O retorno à democracia e ao Estado de direito suscitou um outro debate não imediatamente político e ideológico, mas profissional. A proletarização do trabalho docente associado à massificação da atividade sem o devido aporte na qualificação e formação comprometeu o prestígio e a importância social do professorado. O cenário de disputa então se desloca na direção da avaliação e das condições de trabalho. Grande parte das tarefas do sindicato nos anos 90 vão se concentrar nessas temáticas relativas à educação e ao trabalho, na tentativa de influenciar o debate e construir um projeto de educação e sociedade alternativo ao modelo neoliberal que vinha sendo implantado. A amplitude, a complexidade das questões envolvidas no debate transcende em muito o campo de atuação tradicional do sindicato, levando a um esforço enorme do conjunto da categoria e da direção no sentido de dar conta das tarefas, levando à especialização e diferenciação na atuação dos militantes.

As trajetórias de construção da identidade, a do militante tradicional, do ocasional, do especialista e do excluído, de certa forma correspondem a diferentes formas de inserção. O militante tradicional corresponde a uma identidade convencional, identificado com um padrão de militância essencialmente política e ideológica, assentada nos princípios que definiam o campo de lutas como um campo de confronto e resistência. O ocasional constitui o grosso da militância e tem sua identidade fortalecida nos momentos de maior concentração e de lutas, empresta sua disposição apenas para fortalecer e engrossar as fileiras, sem um envolvimento mais sistemático e rotineiro em relação à vida associativa. O especialista corresponde a uma identidade de negociação, bastante requisitada mas de alcance limitado dado ao caráter pontual e episódico e técnico de sua intervenção. O excluído já não participa e em algumas circunstâncias inclusive combate as posições que defendia no passado.

## **CAPITULO V**

### **CONCEPÇÕES POLÍTICAS E AÇÃO MILITANTE DO MOVIMENTO DOCENTE**

Com o intuito de compreendermos a ação sindical do movimento docente sob a perspectiva militante consideramos em primeiro lugar as concepções políticas e sindicais dos grupamentos que disputam a direção do movimento. Grande parte das deliberações e encaminhamentos do movimento docente deve-se ao exercício das funções dirigentes na condução do sindicato e ao papel emprestado às lideranças na representação da categoria e na organização das lutas e demandas dos sindicalizados. A complexidade, a diversidade e a amplitude do sistema universitário brasileiro constituem desafios de grandes proporções para o sindicato e para a direção. O movimento docente, ao longo de sua trajetória de organização coletiva tem demonstrado capacidade de resolver democraticamente os impasses gerados pelas tensões políticas e organizativas entre as direções e as bases. Entretanto, as divergências ideológicas e de concepções políticas em algumas situações acabou por enfraquecer a ação sindical abalando a unidade interna do movimento, diminuindo a sua força de representação e interlocução, tanto no que refere à categoria como em relação às instituições.

Em segundo lugar consideramos a importância da participação dos professores nas atividades promovidas pelo sindicato, os congressos, seminários, debates temáticos, grupos de discussão e trabalho, greves, manifestações, passeatas, atos públicos, etc. O sindicato possui uma extensa agenda que, muitas vezes, é difícil de acompanhar. Mesmo aqueles militantes mais engajados encontram dificuldades de conciliar a vida sindical com a vida acadêmica. De certa forma, a conjuntura neoliberal das últimas décadas acentuou as divisões internas na categoria docente e contribuiu para a fragilização da representação política do sindicato. Não há propriamente um abandono dos professores, até mesmo porque, apesar do sindicato tem mantido uma taxa de sindicalização bastante elevada, principalmente se comparada com a taxa de sindicalização do conjunto do movimento

sindical, os docentes contribuem com o movimento ao seu modo, isto é mantêm uma espécie de divisão de trabalho, o que aumenta consideravelmente a responsabilidade dos dirigentes e seu papel de representação.

Um terceiro fator relacionado ao exame das concepções políticas dos dirigentes sindicais na análise sobre a ação sindical do movimento docente refere-se ao papel político que o movimento sindical e seus dirigentes tem sido chamado a desempenhar em função das transformações recentes no trabalho e na educação, e a nova ofensiva do capital na produção que pressiona no sentido da mercantilização do sistema educacional levando a uma reestruturação dos critérios de financiamento e de produtividade no meio acadêmico. Há como que uma desqualificação das saídas coletivas e uma busca individualizada dos docentes na tentativa de recompor as suas condições de trabalho através da prestação de serviços e da flexibilização do contrato de trabalho. Muitos professores premidos pelos critérios produtivistas e intensificação da racionalidade instrumental no seu trabalho acabam por se afastar das atividades sindicais e do debate político e ideológico.

As lideranças do movimento docente construíram uma organização sindical democrática, autônoma e com forte participação de base. Esses princípios e características que singularizam a ação sindical dos professores universitários estão presentes desde a origem do movimento e têm resistido à crescente onda de desqualificação e ataques que as organizações sindicais vêm sofrendo na atualidade. Nesse quinto e último capítulo buscamos analisar o percurso dessas lideranças do movimento docente à frente do sindicato, suas concepções políticas e avaliações quanto aos rumos e perspectivas do engajamento na atividade sindical na atualidade e o sentido assumido por essa participação no atual cenário de transformações do trabalho e da educação.

### **5.1 Os anos de chumbo da ditadura militar:**

Ao entrevistar as principais lideranças que estiveram à frente da direção do ANDES S/N na década de 90, foi possível verificar que o engajamento e a atuação desses professores / militantes deu-se num momento histórico anterior, nos anos 60 e 70, período que remonta aos tempos da ditadura militar que se instalou no país em 1964.



Segundo relato do professor Sadi Dal Rosso, ex-presidente do ANDES-S/N na gestão 1988/1990:

a conjuntura política de um regime ditatorial sempre precisa controlar a vida inteligente, a produção de idéias e a formação de novas gerações, assim com precisa controlar a imprensa e a publicação de livros e revistas.

Para o professor Sadi, a relação do regime ditatorial com as universidades era contraditória (se dava através da nomeação dos dirigentes com poder despótico, e que mantinham o controle ideológico), tentando evitar a contestação e a crítica ao sistema, entretanto mantinha em algum grau uma "liberdade" vigiada, pois a universidade constava nos planos do regime como lugar de produção e desenvolvimento da ciência e da tecnologia, requisitos do projeto que os militares tinham para o país. Naquele período a universidade estava sob tutela dos interesses das classes dominantes e evitavam-se fissuras que pudessem retirar legitimidade das ações do governo militar.

Essas condições externas de falta de liberdades democráticas, e internas de cerceamento da expressão e da organização da comunidade acadêmica, foram os fatores desencadeantes do movimento docente e das lutas mais gerais pela democratização da sociedade brasileira. A participação e o envolvimento político dos militantes concretiza-se com a criação das ADs (Associação de Docentes) nas universidades. As associações eram os espaços possíveis para a aglutinação dos interesses daqueles que buscavam uma tomada de posição frente às condições de opressão e falta de liberdade vividas naquela conjuntura. Não é por acaso que o movimento associativo adquiriu para os professores universitários um caráter estratégico, e reuniu o que de melhor havia na vida intelectual dentro da academia, ou seja, o pessoal mais qualificado e reconhecido profissionalmente.

O golpe militar não conseguiu suprimir do espaço universitário a indignação e a revolta de uma grande parcela de estudantes e professores. O caráter intervencionista e ditatorial do regime no seu início não era tão intenso, e até mesmo alguns professores que ocupavam postos de autoridade na estrutura hierárquica das universidades tinham que lidar com essas contradições, de certa forma protegendo ou concedendo algum espaço aos "inconformados", daí uma certa tolerância à existência das associações de docentes, desde que mantivessem uma "fachada" recreativa, cultural e assistencial.

O recrudescimento do regime a partir de 1968 tornou as coisas mais difíceis, e durante esse período, que vai até 1974, o processo de perseguição às lideranças se intensificou com as cassações, prisões e a tortura; o caminho do exílio, para alguns

militantes, foi então a única saída. A partir de 1974, as dificuldades de sustentação do regime começaram a se manifestar em decorrência da crise na economia mundial. A recessão e seus reflexos na conjuntura nacional desencadearam o ressurgimento do movimento sindical brasileiro, com destaque para as manifestações dos trabalhadores metalúrgicos que nas greves de 78 e 79 exigiram liberdade de organização e expressão. Ao lado dos trabalhadores colocaram-se os professores, estudantes e outras categorias profissionais, constituindo grandes mobilizações e dando caráter de massa para um movimento que buscava o retorno da democracia política no país, como nos movimentos que se sucederam pela reforma agrária, a luta pela instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte e as Diretas Já.

As motivações políticas e ideológicas estiveram na base do engajamento e da formação da identidade militante das principais lideranças do movimento docente. Para além de aspectos da conjuntura econômica relacionada com o arrocho salarial e as condições de trabalho, registra-se a influência que exerceram as correntes de pensamento dos partidos da esquerda tradicional PTB, PMDB e o PCB, setores da Igreja Católica na América Latina vinculados ao movimento das comunidades de base e da teologia da libertação, dos movimentos da guerrilha e, do incipiente novo sindicalismo, que mais tarde daria origem à CUT e ao PT.

Na trajetória pessoal dessas lideranças, independentemente da área de formação profissional, um outro componente que influenciou decisivamente no engajamento foi a participação nas lutas e ações coletivas da categoria e em conjunto com outros movimentos sociais, como o movimento estudantil e dos trabalhadores. As greves, passeatas e os atos públicos foram a porta de entrada desses militantes no movimento. As manifestações de solidariedade, de companheirismo e de convivência fraterna, ajudaram a construir para além das diferenças individuais, laços de unidade e um sentimento de participação coletiva muito forte. Partilhar de princípios comuns e lutar pela mesma causa fortaleceu a identidade militante dos professores universitários nesse período de obscurantismo e falta de liberdades, conferindo-lhe um caráter de movimento de massas.

Uma outra característica, para além das diferenças políticas e ideológicas e de atuação sindical foi a preocupação comum desses militantes com a dimensão cultural, social e pública no desempenho de suas atividades profissionais, isto é, embora fazendo parte de diferentes campos de formação, havia sempre um componente de crítica social e

cultural em relação a sua área específica de conhecimento. Sociólogo, arquiteto, biólogo, veterinário, historiador, todos entendiam o exercício de sua profissão como parte de um compromisso social e cultural mais amplo e seu espaço de trabalho nas instituições como algo de interesse público, geral, de toda sociedade.

Embora a identidade militante mantivesse essas características comuns quanto a disposições político-ideológicas, participação na ação coletiva e compromisso social, expressava-se com amplitudes e intensidades diferentes. Para esses militantes do movimento docente a tomada de consciência sobre as dificuldades da conjuntura política derivada do regime ditatorial exigia uma boa dose de desprendimento e dedicação à militância e comportava riscos. Muitos foram perseguidos, cassados, expulsos ou enfrentaram processos judiciais, eram invariavelmente preteridos para ocupar cargos importantes na estrutura acadêmica, e também encontravam dificuldades de conseguir recursos para as atividades fins e dificuldades de ascensão na carreira docente. O ritmo incessante da militância e a participação em uma infinidade de reuniões, articulações políticas e atividades do movimento, muitas vezes acabava trazendo uma série de conflitos pessoais. As dificuldades de conciliar a vida militante com a profissional está presente na maioria dos depoimentos dos dirigentes. As atividades políticas envolviam o debate sobre as questões mais imediatas e específicas do cotidiano, salários e condição de trabalho, até o enfrentamento mais amplo das lutas pela democratização que envolvia a necessidade de transformação das instituições e da sociedade. Em que pesem esses riscos e conflitos, havia uma intenção muito clara de participação e compromisso com a reconstrução de um ambiente democrático e de maior liberdade acadêmica. O componente marcante da crítica social ao regime autoritário se expressava na luta pelo retorno da democracia e atravessava o conjunto das ações empreendidas pelo movimento docente e pelos movimentos organizados da sociedade civil contra a ditadura militar.

A luta dos professores universitários, construída nesse período de repressão política, condensa reivindicações trabalhistas com forte conteúdo de classe e identificação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, e também devido à singularidade e a natureza do trabalho docente, expressava a preocupação com o papel estratégico da educação e dos educadores na construção de um sistema educacional que possibilitasse a emancipação e superação do modelo autoritário e elitista vigente. Os primeiros documentos, manifestos e planos de lutas produzidos pelo movimento docente apontam

nessa direção de vinculação entre as lutas específicas da categoria e as bandeiras mais amplas dos conjuntos dos movimentos sociais. Foi essa unidade de propósitos e princípios que permitiu grandes mobilizações e manifestações de massa do professorado. Rapidamente o salto organizativo e a dimensão política da luta empreendida pelos professores universitários adquiriram abrangência nacional, ganhando reconhecimento tanto da categoria, quanto da sociedade.

## **5.2 O período da redemocratização e a nova república**

Muito antes de ingressar na direção nacional da ANDES nos anos 90, essas lideranças haviam sido ativos militantes e dirigentes das associações de docentes no seu local de trabalho. O processo de construção da entidade nacional foi precedido pela criação dessas Associações mais atuantes e com presença marcante da vanguarda do movimento docente.

Desde a fundação da ANDES em 1982, algumas associações tiveram papel destacado e mantiveram ao longo do tempo uma participação sistemática e crescente nas instâncias do sindicato a nível local, regional e nacional. Havia uma sintonia grande entre a organização do movimento nacional dos docentes e sua articulação com as mobilizações e questões que eram debatidas na base. Foi nesse clima de crescente participação que o movimento docente alcançou durante o período enorme respeito e admiração do conjunto da categoria.

Durante os anos 80, período de formação e consolidação do ANDES- S/N, a participação dos professores foi bastante intensa, assim como na década anterior no combate à ditadura. Desse modo a trajetória profissional se vinculava a tomada de consciência da opressão, da falta de liberdade no trabalho e a necessidade pessoal de lutar contra essa situação. A formação de uma identidade militante era o resultado de uma relação de compromisso e continuidade com a luta política e sindical. A participação nas instâncias do sindicato, seja no local de trabalho ou mesmo no âmbito mais amplo de representação da categoria e do movimento docente, foi como que uma consequência natural das condições históricas e sociais da repressão política e do agravamento da crise econômica do regime militar. No ideário da militância estavam presentes os anseios por mudanças nas estruturas das universidades e da sociedade, e as lutas expressavam a

indignação contra o regime de opressão política, e alimentava o desejo de criar no meio acadêmico um espaço de crítica social e convivência democrática entre os professores universitários e com os demais segmentos da comunidade.

A professora Maria Cristina de Moraes, presidente do ANDES S/N gestão (96/98) assim explica a questão central que movimentava o cotidiano nas universidades :

Então a gente começou se envolver numa luta que respondia aos encaminhamentos do movimento, da nossa associação na época, ainda não era sindicato, o ANDES ainda era associação, que era lutar pela democracia interna da universidade, e aí a escolha de dirigentes, participação nos colegiados, era uma questão fundamental.

As lideranças do movimento docente e que integraram a direção do sindicato nos anos 90 são egressos dos quadros das universidades estaduais e federais. Esses professores ingressaram na carreira universitária através de concurso público e gozam de estabilidade prevista no estatuto do funcionalismo. Na época, não havia liberação oficial para exercício de mandato sindical, e era proibido por lei a sindicalização do servidor público. O que possibilitava a liberação para exercício de mandato sindical era uma espécie de acordo político entre os pares no sentido de facilitar a participação no sindicato, na época ainda associação. O entendimento vigente era de que a representação política e sindical, se fazia necessária e portanto, embora ilegal, era reconhecida como legítima para os docentes, independentemente do caráter oficial e do reconhecimento jurídico.

Apesar do predomínio na ANDES de militantes das instituições de ensino públicas, também marcaram forte presença os militantes das instituições de ensino privadas. De uma forma geral sejam nos setores público ou mesmo privado do ensino e da pesquisa universitária, os anseios por democracia e participação política dos militantes do movimento docente movimentaram o ambiente acadêmico. As universidades não poderiam ficar alheias aos fatos políticos e aos movimentos sociais que marcaram o retorno à democracia no país.

Desde o começo da ANDES há o predomínio das IES públicas, entretanto, a presença das IES particulares foi muito maior do que se verifica hoje em dia. A influência dos setores progressistas da igreja católica que lutavam contra a ditadura influenciou e incentivou que desde a fundação da ANDES o setor das IES particulares, principalmente as PUCS, estivessem representadas no movimento docente, inclusive com militantes que vieram a participar da direção nacional.

Como afirma o professor Luiz Henrique Schuch, presidente do ANDES S/N na gestão 1994/1996 :

Até 1987 o movimento era uma coisa só e as particulares tinham uma presença maior na ANDES, mas a partir da gestão do Newton Lima Neto (84/86), a gente teve notícia de que as mantenedoras tomaram uma posição construída de que nas suas universidades o sindicato não ia ser o ANDES. Iam ser sindicatos tradicionais que eles entendiam que era mais fácil para o patrão ficar na linha do dissídio formal, na mesa do dissídio, do ajuizamento da justiça do trabalho do que com um sindicato que se constituía numa outra perspectiva. Houve um ataque contra as particulares na ANDES. Até porque eles demitiam diretorias inteiras. Eu vi caso de um professor ser visto distribuindo jornais, panfletos da ANDES e ser demitido na primeira oportunidade. Então esta é uma situação que até hoje repercute. A ANDES representa os três setores, federais, estaduais e particulares, mas a representação das particulares é muitíssimo menor do que deveria ser. Há uma estratégia deliberada das mantenedoras de não permitir a presença do ANDES S/N.

No espaço de participação e de engajamento da militância, isto é, aqueles que verdadeiramente militavam, embora houvesse divergências quanto à questão sindical, não havia grandes discordâncias que impossibilitassem ou mesmo inviabilizassem a mobilização e a luta coletiva dos professores universitários. O espaço de ação e de construção da identidade militante e da ação sindical ainda mantinha as características e princípios que lhe davam unidade de propósitos e coerência política e ideológica, passível de uma identificação e diferenciação muito clara e de fácil reconhecimento pela maioria da categoria profissional. Pertencer ao ANDES S/N era sinônimo de alguns valores importantes de preservação, continuidade e manutenção de uma identidade política, social e profissional de pertença a uma categoria de trabalhadores que tinha como capital político uma história de lutas e conquistas e um enorme respeito e reconhecimento das instituições e da comunidade.

A militância no movimento docente desses dirigentes no ANDES S/N muito embora fosse sistemática e mantida através das convicções políticas e ideológicas, de adesão aos princípios defendidos pela entidade, acontecia de forma alternada, entre a participação no sindicato e na vida acadêmica. A concepção sindical defendida majoritariamente pela direção nacional e construída historicamente pelo movimento docente combatia na prática a burocracia e o carreirismo no meio sindical, antiga herança do modelo corporativo que alimentou a existência dos "dirigentes profissionais" conhecidos como "pelegos".

A ANDES se constituiu como um espaço privilegiado de participação na vida política, e reuniu o que de mais avançado havia nas concepções e projetos em disputa. Funcionava como uma verdadeira escola de formação para os militantes e dirigentes. O debate e a participação no coletivo sindical proporcionava uma ampliação do campo de percepção a respeito dos problemas que a categoria enfrentava no seu cotidiano de atuação profissional. A vivência coletiva, os valores compartilhados de autonomia e democracia foram decisivos para o reconhecimento e o fortalecimento de uma identidade e um projeto comum.

No movimento docente e no espaço da universidade essa contradição entre o interesse público e o privado, que esteve encoberta durante o regime militar, durante os anos 80 começa se explicitar, estabelecendo-se a disputa pelo poder e pela definição de projetos distintos de universidade e sobre os rumos que deveria tomar a organização da categoria em sua inserção no interior de uma sociedade democrática.

### **5.3 Os tempos neoliberais da ofensiva do capital e da globalização**

Os anos 90, como já foi mencionado ao longo desse trabalho, se caracterizaram pelo predomínio das políticas neoliberais e pela reestruturação do mundo do trabalho e da educação no Brasil. Particularmente o ensino superior público sofreu com a escassez de recursos, com o arrocho salarial e com as medidas de flexibilização do trabalho acadêmico. No início da década a transformação da ANDES em sindicato nacional já havia ocorrido oficialmente, mas os desafios de ampliação da base sindical no quadro mais amplo das disputas com os sindicatos "tradicionais" estariam ainda por acontecer.

A Constituição de 88 manteve a contribuição sindical obrigatória e o princípio da unicidade sindical, o que dava amparo legal e respaldo econômico à sobrevivência dos sindicatos "corporativos" que possuíam a carta sindical. Iniciava-se uma disputa num contexto de refluxo dos movimentos, da luta política e ideológica, e de recuo dos sindicatos para a luta eminentemente corporativa.

O professor Luiz de Paiva Carapeto, secretário geral do ANDES S/N gestão (90/92) registra em seu depoimento que:

O objetivo era trazer a maioria do corpo docente para o sindicato apesar dos entraves legais e jurídicos. Sempre defendi que essa inserção deveria se dar através do trabalho político, do debate e do convencimento na base militante organizada no local de trabalho.

Ainda segundo o professor Carapeto,

As dificuldades começavam a surgir e minar a representatividade do sindicalismo defendido pela ANDES S/N, classista e organizado pela base. O surgimento do sindicalismo de resultados representado pela Força Sindical e mesmo a inflexão do sindicalismo da CUT davam uma amostra dos imensos desafios que o movimento docente teria que enfrentar.

Esse período de trabalho foi intenso para a direção do sindicato na conjuntura nacional do governo Collor, destacando-se uma série de contestações jurídicas dos Sindicatos de professores (Simpros), a filiação do ANDESS/N a Federação Internacional Sindical dos Educadores (central mundial de educadores), e uma greve das federais em 91, que durou 107 dias. O ANDES S/N estava ainda fortalecido pelas vitórias acumuladas ao longo da década anterior, os reflexos da crise do sindicalismo ainda não se faziam sentir de maneira abrangente e o movimento continuava bastante forte e unido, e assim se manteve até meados da década.

O professor Paulo Rizzo vice-presidente em duas gestões (90/92) e (92/94), ou seja durante os quatro primeiros anos da década, período em que se processaram intensas mudanças, ao relatar sobre o seu engajamento assinala que

O Brasil entra nessa onda neoliberal exatamente no momento em que rompemos com a ditadura e entramos na democracia. Essa reforma, que começa a se esboçar após o processo constituinte, vai se materializar de forma mais concreta a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, que busca destruir a organização combativa dos trabalhadores e no caso específico do ANDESS/N. Quando nós estávamos na diretoria a gente já tinha essa compreensão.

Para o professor Rizzo era o começo do ataque aos sindicatos e das medidas de flexibilização neoliberal

Nós pegamos, no período que eu estive lá, o governo Collor, a queda do Collor e a entrada do Itamar e saímos quando ia ter a eleição que levou Fernando Henrique à presidência. Nós tínhamos essa compreensão de que principalmente durante o governo Collor de que os ataques ao sindicalismo iriam acontecer das mais diversas formas, ideológicas, ou mesmo práticas em termos de desorganização e a gente tinha que resistir, e aí eu penso que no caso do movimento docente essa compreensão de que tinha que defender o sindicato autônomo e que tinha de combater o neoliberalismo sempre foi muito clara.

A partir de 94 se intensifica no ANDES S/N, à vacilação do ponto de vista do papel do sindicato. A ofensiva neoliberal, com as medidas de reestruturação do Estado e as modificações nas políticas educacionais, buscava a adequação do ensino superior às diretrizes e orientações voltadas para o modelo de adaptação passiva à ordem. A direção do sindicato passa a sofrer pressões e críticas de uma parte do movimento docente, que



se organizou como oposição, e vinha defendendo uma atitude de participação mais ativa e institucional nas reformas em curso. Dentro da própria CUT, que na década de 70 tinha clareza do sindicato pela base, com democracia e eleição direta, nesse período acaba absorvendo antigas práticas burocráticas e princípios que antes combatiam, sob o pretexto de não se descolar das bases e afirmando que era preciso se atualizar.

O grupo de oposição organizado na corrente ANDES - Plural, não conseguiu quebrar a hegemonia da corrente ANDES-AD na direção do sindicato naquele momento e construir no debate interno as posições que defendiam de maior presença nos espaços institucionais. A posição majoritária era de que a participação soava como cooptação e que o sindicato deveria disputar publicamente na sociedade as propostas defendidas historicamente pelo movimento docente. As diferenças ideológicas que marcavam as disputas internas no ANDESS/N eram as mesmas que estiveram presentes na formação da CUT nos anos 80. A maior diferença era sobre o entendimento de qual seria o papel da burguesia nacional e que possibilidades existiam na relação com ela, de construção de um projeto socialista. A dimensão do confronto e a colaboração de classes permeavam o debate conceitual e histórico que atravessava a compreensão dos militantes e a caracterização da luta política e sindical, no período.

O primeiro momento em que houve disputa de chapas foi em 1985, mas naquele momento a ANDES conseguiu um certo acordo entre todas as correntes, embora compreendendo as diferenças e, em alguma medida, agora sob outro manto, isso vem na disputa da ANDES na década de 90. As disputas internas no ANDESS/N nos anos 90 se acirraram a partir do processo sucessório para a direção nacional da entidade. Essa disputa se deu no Congresso realizado em Viçosa em fevereiro de 1994, onde se construiu a chapa que elegeu o professor Luis Carlos Schuch para a presidência na gestão (94/96).

Segundo relato do professor Schuch três fatos foram significativos e marcaram a sua gestão à frente do sindicato:

O primeiro fato foi referente à unidade da direção. Conseguiu-se manter um grupo de setenta e sete pessoas, cada um de um ponto do país, experiências de vida diferentes, até orientações políticas, uns bem jovens e outros já com bastante experiência na militância, discutindo política, disputando o espaço nacional e fazendo opções, de aumentar o vínculo e a orientação classista, especialmente num momento de aumento da ofensiva neoliberal. Apesar das divergências internas e da crítica do grupo de oposição, pois havia um convite tanto do ponto de vista do debate filosófico, sociológico, quanto do ponto de vista de elementos pragmáticos de que o cidadão comum, mesmo o militante intermediário, fosse puxado a pensar alternativas, mas a partir dos paradigmas dominantes.

Para o professor a unidade do movimento nesse momento era essencial pois representava a capacidade de mobilização e resistência dos professores no enfrentamento das políticas governamentais de desmonte das organizações sindicais

Nós tínhamos um trunfo, o conceito de sindicato classista, pela base e de transformações a partir das relações com a classe trabalhadora. A maior aproximação com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), também com outros sindicatos urbanos e o funcionalismo como um todo.

O segundo fato segundo Schuch, foi o estabelecimento de um padrão de relacionamento com as instituições de governo, de confronto e de resistência, particularmente com o MEC (Ministério de Educação) e o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado)

Havia a compreensão, a partir da análise de conjuntura, que o momento era preciso ser mais duro no confronto, para segurar o rolo compressor que vinha e tentar evitar o que já tinha acontecido na Argentina, no México e no Chile. O grande salto neoliberal do governo FHC e do ministro Bresser, diferente do período dos militares e da nova república, foi o de criar instrumentos coercitivos por dentro, a construção de um projeto para a educação que estabelecia uma comunicação entre a cartilha liberal e o sistema educacional. Flexibilizando as relações, criando o conceito de que o bom docente, a boa equipe de pesquisa ou a boa universidade é aquela que ganha no mercado. Então arrocha salários e flexibiliza-se a dedicação exclusiva, se faz uma inflexão muito rápida na universidade, com exigência de pós-graduação, do jeito que se exigiu, sem controle de qualidade, mas com a idéia de padronização dos títulos tendo como referência às universidades estrangeiras, o vínculo compulsório com as empresas.

Sobre esse fato em particular houve uma crítica de parte do professorado que fazia oposição à direção que não entendia dessa forma e defendia que tinha que se instalar com um projeto, negociando pontualmente as reformas no Congresso Nacional. Conforme Schuch, o fato não explicitado pelos interlocutores da oposição era a ação articulada, intencional, inteligente e poderosa de destruição do movimento sindical em geral e dos professores e estudantes em particular.

O terceiro e último fato que marcou a gestão do professor se refere à defesa de uma compreensão internacionalista com a participação e estreitamento do relacionamento com a Confederação dos Educadores Americanos. Processo que começou na gestão anterior e se aprofundou nesse período com a participação no movimento que iria marcar o início dos protestos contra a globalização neoliberal. O ANDES S/N acabou ocupando a vice-presidência da CEA e junto com uma delegação sindical de diferentes países organizaram uma conferência independente na Eslováquia em 95, que desencadeou esse movimento internacional mais politizado de luta contra o neoliberalismo.

Nesse aspecto o professor Schuch, assinala que havia no período um retrocesso no pensamento da esquerda sobre as possibilidades de rupturas mais profundas. E uma boa parte da base, além da base conservadora original, como da base mais militante caminhava em direção de uma adaptação passiva a ordem estabelecida. Pensava-se na possibilidade de melhorar o salário, melhorar a sala de aula, arrumar as instalações, mas sempre a partir dos espaços dados pela ordem. Os casos dos países que já tinham passado pelas reformas eram os exemplos do que poderia acontecer e se trabalhou muito na direção de mostrar para o conjunto da categoria as conseqüências desse movimento internacional chamado neoliberal, e havia documentos, não era apenas uma teoria da conspiração universal. Os documentos do Banco Mundial de 95 apontavam recomendações do tipo *"para conseguir essas reformas tão necessárias, é preciso quebrar as resistências, especialmente do movimento universitário, docente e estudantil"*.

Ainda segundo Schuch, conviver no movimento sindical docente nesse período não foi uma tarefa fácil para os militantes, pois era muito forte o movimento que tentava descaracterizar as relações formais de trabalho e o sindicato como interlocutor legítimo moderno e útil ainda. Foram grandes as pressões e cooptações na base do sindicato, para trabalhar para outras vertentes. O discurso de que a direção estava descolada da base era muito simples de fazer. Mas qualquer direção vai estar descolada da base num ambiente desses. A título de exemplo, cita que na época, em vários debates universitários, quando se discutia conceito e concepção de universidade, levantava um professor lá, que já tinha criado uma fundação de apoio aos professores e dizia, "o meu grupo, a minha fundação de apoio, captou no ano passado 500 mil dólares para essa instituição", e isso acabava com a discussão. Na universidade da Argentina foi isso, o corpo docente foi tendo o seu salário achatado até a base de uns 100, 150 dólares, entretanto alguns professores conseguiam manter um salário de 3,4 mil dólares, porque eram aqueles que saíram a "picaretear", simplificando o termo, e o resto adeus.

Internamente o que aconteceu de mais significativo foi processo sucessório para a escolha da próxima direção nacional do sindicato, quando o movimento docente começava a dar sinais de fragmentação política. Além das duas correntes que tradicionalmente disputavam a direção, mas conviviam no movimento em uma base de relativa unidade e consenso em relação às grandes questões defendidas pelo sindicato, havia uma outra corrente de independentes que se construiu apoiada numa dissidência com o grupo

dirigente. Os pressupostos do debate conceitual repousavam numa "flexibilização" da interpretação marxista da sociedade, mitigando a perspectiva de classes estruturada no ambiente de trabalho com categoria fundamental para entender as relações sociais, absorvendo interpretações mais habermasianas, da teoria da comunicação, com elementos que agregam fatores analíticos que servem de base para entender as relações sociais complexas. Essa corrente está presente também no PT e foi construída com a maioria dos descontentes que discordavam da orientação majoritária presente na composição da direção nacional do sindicato.

Foi a primeira vez que na eleição do ANDES S/N concorreram três chapas na disputa para a direção nacional da entidade. A vitória eleitoral da chapa dirigida pela professora Maria Cristina de Moraes para a gestão (96/98) acabou mantendo-se à frente do sindicato e preservando a hegemonia da corrente majoritária ANDES -AD, que defendia a perspectiva classista e de unidade com as lutas gerais dos trabalhadores, com algumas defecções que mais tarde iriam se organizar e disputar a direção como oposição à diretoria eleita. Entretanto, as diferenças de concepção sindical existente desde a criação do sindicato, e que se mantinham "debaixo do tapete", acabaram explicitadas e explodiram na campanha eleitoral.

A gestão da professora Cristina a frente do sindicato representou esse momento de intensificação das disputas internas entre as correntes políticas do movimento docente e um racha na tendência majoritária ANDES -AD. A posição defendida pela direção nacional do sindicato mantinha-se numa linha de atuação dentro dos princípios e valores que alimentaram a luta política dos professores na sua trajetória desde a construção do movimento docente que era de resistência e autonomia do sindicato frente ao governo e às administrações universitárias. A oposição naquele momento já vinha defendendo uma linha mais afirmativa de aproximação e atuação política institucional dos docentes, e uma participação mais ativa em relação às reformas em curso na universidade e também na sociedade.

O desfecho da greve da IFES em 97 foi decisivo para consolidar o "racha" e as diferenças de posições dos dois grupamentos, provocando a disputa de concepções e projetos nas eleições para o sindicato em 98. As pressões externas da conjuntura política desfavorável à ação sindical e a crise interna de fragmentação da base militante vão precipitar o processo de mudança na direção nacional, com a eleição da oposição para

dirigir a entidade na gestão (98/2000). A gestão do professor Renato Oliveira (98/2000) marca esse momento de ruptura, de quebra da hegemonia da corrente majoritária à frente da entidade e da ascensão do grupamento por ele liderado à direção do sindicato. Fato inédito na história do movimento docente, ainda que por um curto período, mas que merece ser registrado, como um momento de perda de representatividade do discurso classista, até então hegemônico na direção nacional, e das dificuldades para manter a unidade política e ideológica do movimento docente.

Ao tentar caracterizar esta ruptura, o professor Renato resgata a trajetória dos movimentos sociais no Brasil da segunda metade da década de 70 até o final da década de 80 e faz uma leitura desse processo de crescimento onde o grande "mote" da mobilização deveu-se à descoberta do conceito de sociedade civil. Ou seja, o conceito de que havia uma oposição difusa na sociedade, intrinsecamente democrática, e era quem efetivamente levava o combate à ditadura militar. O que na ausência de partidos políticos organizados, tradicionais e enraizados, era obviamente compreensível, pois não havia partidos para organizar o movimento social no Brasil. O partido que iria surgir do movimento social foi o PT.

O professor Renato argumenta que

o conceito de sociedade civil por si só, não constrói, não permite vislumbrar uma ordem política. A sociedade civil não constrói e institucionaliza uma instância de vida onde exista a política como elaboração do bem comum. Não constrói aquilo que do ponto de vista conceitual poderíamos chamar de espaço público. O que implica uma cultura política específica. Na sociedade civil todo mundo late, mas ninguém larga o osso. Portanto não há projeção de uma nova utopia política, inclusive isso foi muito radical, como o Estado brasileiro sempre careceu de legitimidade, a crítica ao regime autoritário, freqüentemente derivava para uma espécie de afirmação da eliminação do estado e da eliminação de qualquer mediação entre os interesses da sociedade civil organizada e a ação política, a organização política, a vida política. Uma espécie de rejeição à ação política institucional. Isso foi uma coisa muito forte, que marcou profundamente a cultura política que foi construída no Brasil, nas décadas de 70 e 80.

A defesa de uma linha de ação mais institucional com fortalecimento da perspectiva da democratização do Estado e a construção de um espaço público de discussão sobre os rumos da universidade e sociedade não estava presente no horizonte político dos movimentos sociais e da esquerda brasileira.

O que acontecia, segundo o professor era:

Um pouco, uma utopia anarquista de que a democracia será a ação autônoma das associações civis em defesa dos interesses de seus associados. Todo mundo começou a se organizar, surgiram mais sindicatos no Brasil, a partir dos anos 70, do que em toda a história do país. Naquele momento, na sociedade brasileira, o sindicato era uma metáfora do Estado, pela importância do movimento sindical na vida civil brasileira naquele período.

Para o professor, criou-se ali uma utopia de transparência absoluta entre o poder instituído (a direção, o governo, ali no palanque) e a massa, que controlava a direção imediatamente sem nenhuma mediação. Ainda não havia ainda o partido político, nenhum tipo de instituição mediadora. Criou-se então essa cultura da ação direta da sociedade civil contra o Estado. Pensando essas questões entendia que a ANDES era um espaço em que isso poderia ser superado. Na sua compreensão a ANDES seria esse espaço privilegiado para realizar esta crítica da vida pública.

Entretanto, ao retomar a sua atuação dentro da ANDES na década de 90 duas coisas lhe chamaram a atenção no discurso público das pessoas

A primeira foi no registro do discurso as pessoas não falavam mais de sociedade civil. Quer dizer, o mote unificador, que garantia em tese a intercompreensão subjetiva das pessoas, não era mais o termo sociedade civil, era o termo neoliberalismo. A segunda coisa que chamou a atenção, foi a perda de qualidade, de substância, na vida política interna da ANDES. Eu comecei a perceber que as pessoas não discutiam as idéias mas as pessoas, os indivíduos. Antes nós quebrávamos o pau, literalmente. Nós enfrentávamos madrugadas a fio, discutindo teses sobre a universidade, sobre o caráter da transição política, da constituinte. Agora não, as pessoas se engalfinham, fulano é traidor etc, os ataques pessoais foram muito fortes.

A oposição articulada pelo grupo liderado pelo professor Renato se unificou no Congresso de Porto Alegre para disputar as eleições à direção do ANDES S/N no mesmo momento em que o sindicato deflagrou uma greve nacional. A eleição foi realizada durante a greve e deu a vitória à chapa de oposição ANDES-Plural, trazendo para a direção do sindicato uma alternativa a orientação dominante desde os tempos de fundação. Só que daí, segundo o professor, começou a se colocar esse problema do modo de condução da greve.

Segundo o professor Renato, a antiga diretoria conduzia a greve como um movimento político contra Fernando Henrique Cardoso, apostava inclusive que esse movimento fosse desgastar o projeto do governo para as eleições presidenciais que se avizinhavam. A greve teve ampla repercussão no noticiário e isso fez com que a diretoria

radicalizasse, o que inviabilizou qualquer possibilidade de negociação com o governo federal, passou a se tornar um fim em si mesmo. Havia um problema na legislação eleitoral que impedia qualquer reajuste do funcionalismo depois do dia 5 ou 6 de julho, e o governo já tinha mudado um pouco a sua proposta. A nova diretoria assumiu dois dias antes de acabar o prazo e tinha a convicção de que a continuidade da greve iria pesar na opinião pública contra o movimento. O movimento, iria terminar portanto com um desgaste terrível sobre a universidade. O movimento docente iria sair enfraquecido e uma vez eleito o próximo governo faria o que desejasse.

Na sua avaliação a eleição de Fernando Henrique com o respaldo da eleição, e uma universidade desgastada por uma greve sem perspectivas, derrotada, com um movimento docente desmoralizado o governo:

implanta sua reforma e assim o Antonio Carlos Magalhães vai ser o cara que vai benzer essa reforma. E o ANDES S/N vai virar o que? O ANDES S/N vai se reduzir numa dúzia de militantes semiprofissionalizados que vão controlar todos os eventos, e a nossa diretoria que acabaria como refém dessas pessoas. Isso aí não dá, então o que fizemos? Aceitamos o que o governo estava oferecendo e tentaríamos negociar durante o processo de regulamentação.

A greve de 98 marcou realmente uma quebra no padrão, uma quebra de paradigma no movimento docente. A partir daí a diretoria dividiu-se claramente. Não houve mais governabilidade da diretoria a partir desse momento. Os setores da universidade que consideraram aquilo como uma saída sensata e uma vitória, inclusive do ponto de vista salarial, eram os setores menos envolvidos com o movimento docente.

Nas palavras do professor Renato, o ANDES S/N havia se tornado :

Um nunca acabar de eventos, que não dá para tu acompanhar se quiser ter uma vida acadêmica ativa, e isso marcou a nossa gestão e no final não conseguimos eleger nossa diretoria sucessora que também estava completamente descaracterizada. A nossa diretoria não suportou o impacto, porque o movimento como um todo acabou engolfado por essa visão de um sindicato que é pressionado a desempenhar um papel político.

Ainda segundo Renato, o movimento sindical no Brasil cresceu e se rejuvenesceu ao longo dos anos 70, foi o porta-voz de uma exigência ética na sociedade com respeito à política. E o movimento sindical hoje, de certa forma, é herdeiro dessa exigência, ele se sente pressionado a exercer um papel político, mas ele não consegue ir além da pauta corporativa.

Para Renato a diretoria que ganhou a última eleição para a gestão, (2000/02), não tem nenhuma condição para retomar a dinâmica crítica do movimento docente e sobretudo

engajar os professores, liderar o processo de debate sobre a necessidade de uma reforma universitária. Reformar a instituição universitária de cima a baixo, públicas e privadas.

Na sua avaliação política o professor Renato afirma que passamos por uma fase que denomina de acumulação primitiva do ensino privado no país

hoje o ensino privado está capacitado para dar alguns saltos no sentido de sua consolidação e na sua hegemonia ideológica efetiva, por exemplo através da associação, entre os grandes grupos privados brasileiros com o dos países ricos. E especialmente através do ensino a distância e franchising das grandes universidades privadas no exterior. Se isso se concretizar, nós sabemos que tem todo um movimento mundial nessa direção, a própria organização mundial do comércio pressionando para que o ensino superior seja incluído na agenda de serviços, no mercado internacional, deveremos ter outro tipo de coisa dentro da universidade, outro tipo de luta. Não vai ser nada parecido com o que nós tivemos nos anos 70 e 80 e alguma coisa ainda nos anos 90.

O ponto de vista da corrente política da oposição ANDES-Plural, na qual a gestão do professor Renato foi a referência, a militância e o engajamento nessa concepção política do marxismo clássico seria anacrônica e ultrapassada para dar conta de realidades sociais complexas como as que estamos vivenciando no período recente. A interpretação política da corrente ANDES-Plural sustenta um deslocamento em relação às categorias centrais do marxismo e faz um contraponto a cada uma de suas proposições básicas para tentar oferecer uma teoria alternativa, ou pelo menos uma linha plausível de análise e justificação para a mudança de paradigma e revisão da posição majoritária.

Para o professor Renato a maneira de fazer de conta é insistir de forma distorcida, na pauta corporativa. É a greve até a vitória, é utilizar os interesses corporativos do movimento como uma espécie de ponte de lança, contra o grande inimigo que é o governo, porta-voz do neoliberalismo. Segundo o professor, ficamos no meio do caminho, não construímos esse espaço público, este espaço de constituição de uma ética pública. Não foi possível construir uma alternativa, nem para a universidade, nem para a vida política de uma forma geral. Então o movimento completou um ciclo, e hoje está num estado de completa letargia, de completa falta de perspectivas.

Como afirma o professor Roberto Leher que esteve à frente do sindicato na gestão 2000/02, não há nenhum motivo para supor que os professores seriam mais impermeáveis às ideologias dominantes, na verdade carregamos essas visões de mundo, essas disposições ideológicas. Entretanto, existe um processo interessante na universidade, que fica particularmente claro durante as grandes greves.



Segundo Leher, o que acontece então é que

Existe uma militância que é orgânica ao movimento, ou seja, são conselheiros, diretores, ou já foram, que representam a direção política do movimento. Uma outra parcela que acaba aderindo porque considera a greve justa apesar de incorporarem elementos da ideologia dominante essa parcela, examina as contradições entre as políticas vigentes e as condições reais de trabalho e também entre as ilusões da mercantilização e a melhoria das condições de trabalho e salário.

Para o professor Leher, não são os professores que usam a universidade pública para prestígio curricular, onde o título universitário é só uma coisa para melhorar o seu valor no mercado, ou os empreiteiros acadêmicos, que tem negócios privados na universidade e as fundações, ou ainda aqueles ligados à burocracia que participam.

Os que de fato participam segundo Leher,

São os professores em sua grande maioria que se dedicam integralmente à universidade e que tem como horizonte profissional, político, ético e acadêmico do seu trabalho a universidade pública que efetivamente participam e se integram nas ações coletivas do sindicato. Essas pessoas participam da greve a seu modo, a maioria se limita a participar das assembléias de base, outros entram no comando de greve, outros vão algumas vezes mas sustentam a greve nas unidades, então existe o reconhecimento de um processo de formação militante que nos momentos críticos há uma percepção de que é a seção sindical o espaço que ele tem para encaminhar algum tipo de luta, de melhoria, então isso é que dá o élan, ânimo para manter o movimento.

#### **5.4 Perspectivas para a reconstrução da ação sindical**

As perspectivas para uma reconstrução da ação militante abrangem uma série de análises contraditórias e não necessariamente excludentes, que dizem respeito a diferentes formas de inserção e ruptura, dos professores universitários, com a vida sindical.

O engajamento na ação sindical passa pela tomada de consciência dos professores sobre os mecanismos relacionados à defesa dos interesses específicos da categoria, como por exemplo, os salários, a carreira e as condições de trabalho, isto é, os direitos historicamente conquistados nas campanhas salariais, nas mobilizações pela melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias, e também pelas lutas mais gerais dos trabalhadores e setores excluídos da sociedade.

Segundo a professora Cristina, essa foi uma das discussões que marcou os embates internos entre as correntes, a relação entre as lutas gerais e específicas. Esclarece que não

há dicotomia entre o geral e o específico, porque não dá para trabalhar o específico sem contextualizar no geral. Uma luta específica é importante para atingir o geral, pode não mudar a política do governo no seu conteúdo, mas pontualmente, a resistência organizada dos professores impediu que projetos importantes para a política do governo para a universidade, no seu conjunto, fossem aprovados, como por exemplo o do emprego público e o das organizações sociais autônomas.

Ser corporativo adquire no contexto da luta política um sentido preciso, o da defesa da perspectiva de classe, são os embates entre as classes e seus projetos que determinam o foco das lutas, não é possível seguir a agenda neoliberal, porque a luta de classes não acabou, por mais que haja diferenciações e especificidades entre as categorias de trabalhadores. Por exemplo, a questão salarial dos professores universitários não vai ser resolvida só com a luta específica, uma vez que extrapola o âmbito interno e existem fatores externos determinando a política educacional e o projeto para o ensino superior e as universidades.

Um outro aspecto relevante na vida sindical é o debate político e ideológico. O sindicato tem sido historicamente um local de expressão das correntes políticas, se bem que hoje dentro do ANDES há uma tendência à cristalização das posições e um certo "pacto" entre as correntes políticas, o que pode levar à burocratização da entidade. Na prática isso significaria a incorporação de critérios de proporcionalidade na composição da direção nacional e nas demais instâncias de deliberação do movimento, o que de fato ainda não ocorre. O que se quer assinalar com a expressão de diversidade de expressão política é a capacidade de realizar o debate amplo e democrático sobre todos os assuntos que movimentam o cotidiano da universidade e da sociedade. Há uma forte tendência de desqualificação do debate ideológico, político e sindical, em razão de uma atitude mais pragmática de alguns dirigentes, no sentido de atender às exigências colocadas pelas transformações recentes no mundo do trabalho e na educação.

Entretanto, é possível verificar que o ANDES- S/N construiu uma estrutura, um funcionamento e uma participação de base que permitem a renovação e alternância de seus quadros dirigentes, através das eleições diretas. Mesmo nos momentos mais críticos os professores acabam respondendo ao chamado do sindicato. Há uma percepção por parte das lideranças de que os professores não abandonaram a luta, mas que houve uma

reorientação quanto às demandas a serem atendidas pelo sindicato e uma espécie de divisão de trabalho.

Segundo o professor Paulo Rizzo, os professores não abandonaram o sindicato, as solicitações estão sempre presentes, querem saber sobre as negociações salariais, sobre as contratações, etc, estão sempre atentos mas sem uma disposição maior para um engajamento mais militante, então tem um pessoal lá que vai cuidar do sindicato, enquanto outros cuidam de suas pesquisas, outros ainda vão exercer cargos na estrutura da instituição, cada um cuida de uma coisa. Como a universidade expandiu, não há contratação de professores e a sobrecarga de trabalho é muito grande, é cada vez mais difícil ter pessoas que se disponham à militância política e sindical.

Conforme o professor Roberto Leher, os novos professores universitários vêm assimilando, de uma maneira cada vez mais abrangente, uma noção de tempo acadêmico que é o tempo do capital. Ocorre um aumento da cobrança interna nas universidades da produção acadêmica, que não está necessariamente apoiada na relevância social e na qualidade do ensino e da pesquisa. O produtivismo entrou definitivamente no imaginário acadêmico, os novos professores que estão entrando, já titulados, são chamados a participar desse projeto, e os setores mais mercantilizados tentam atrair esses professores. Isso certamente cria problemas políticos por que, além de ampliar a privatização geral da universidade, afasta os professores que poderiam estar no movimento docente e se vêm seduzidos por um caminho empresarial.

Segundo o Professor Sadi Dal Rosso, os anos 90 marcaram a égide do pensamento único e afetaram a participação no movimento docente. Muitos antigos militantes passaram a desacreditar desse espaço de luta que é o sindicato, quando não se opõem a ele. Houve inúmeras e incontáveis conversões políticas e ideológicas com a desintegração do socialismo real. Então o engajamento assume características mais pragmáticas, voltadas para questões concretas dos docentes e menos com as grandes políticas de transformação social, o que leva as questões da ação política a se transformarem em mais provincianas e corporativas, tirando espaço de uma teoria da transição social. Isto tem levado a uma certa escassez de quadros, uma vez que os jovens professores universitários são incitados a construir suas carreiras acadêmicas antes de tudo para poder usufruir as bolsas de pesquisa e responder aos critérios de produtividade acadêmica para manter os níveis salariais. É público e notório que o processo de trabalho docente passou por uma intensificação na

década de 90, sendo os mecanismos dessa , as avaliações, os critérios para pagamento de salários diferenciados e a perda de status do trabalho docente junto à sociedade.

Existem momentos privilegiados em que a participação ocorre de maneira mais intensa, é o caso dos movimentos grevistas que aproximam os docentes da luta sindical. O difícil é conseguir ultrapassar a pauta corporativa e garantir uma militância mais sistemática e orgânica ao movimento. Geralmente, a maior parte dos professores não se considera trabalhador, o que é curioso porque vivem de seu salário e até fazem greve por aumentos e reajustes salariais. Entretanto, quando finda o movimento, retornam às atividades com uma sensação de que estão vivendo um processo de auto punição, uma vez que tem que repôr as aulas, reorganizar o calendário, alterar o período de férias e dar conta do trabalho acumulado. As conquistas obtidas com os movimentos de greve não foram suficientemente relevantes para reverter a situação de penúria das universidades, levando os professores a duvidar da eficácia deste instrumento de luta e a reconhecer os limites da ação sindical.

Segundo Leher, o movimento docente precisa fazer um trabalho ativo de aproximação com os outros professores para atrair a militância. Um dos elementos de atratividade é mostrar para os professores que por meio do ANDES S/N, ele pode fazer um debate público nas suas áreas de conhecimento, no que diz respeito às grandes questões de sua área, seja um físico para discutir a questão da energia, seja um biólogo para discutir a questão da biodiversidade, um médico para algumas questões da saúde pública, seja o que for, o ANDES pode ser esse espaço de função crítica do conhecimento e de construção de condições para que as pessoas possam se manifestar publicamente, como estudiosos de uma área. Essa é uma prática comum em outros países onde existe uma esfera pública consolidada, mas não é muito freqüente aqui no Brasil, o que leva os intelectuais a ficarem de certa forma com uma perspectiva muito interna ao seu campo de conhecimento, seus congressos, seminários, simpósios, mas fechados.

Segundo o Professor Renato, a relação entre a vida acadêmica e a participação política é um fenômeno historicamente determinado pela necessidade de construção de um espaço público, um esforço intelectual no sentido de construção de uma identidade nacional. No Brasil, esse esforço se desenvolveu a partir dos anos 30 até os anos 60,70 e alguma coisa ainda nos anos 80, momentos de grande revolução na política e na vida intelectual do país e no mundo. Mas já a partir dos anos 60 assistimos a uma

profissionalização da vida acadêmica e universitária. É como se os intelectuais surpreendidos com os acontecimentos que ajudaram a criar, se recolhessem aos seus locais de trabalho, para pensar nas conseqüências e ameaças decorrentes do uso indevido de suas descobertas científicas e da manipulação política a que estiveram submetidas. Para o professor, principalmente nos anos 90, nunca se discutiu tão pouco a política, e no entanto, os professores nunca estiveram tão envolvidos com a universidade e com os seus trabalhos.

Conforme assinala o professor Paulo Rizzo, a militância é sempre um processo de sobrecarga de trabalho, isto é, como em qualquer área, as pessoas têm que trabalhar, ter o seu sustento e tem que ter uma atividade extra para garantir as suas próprias condições de trabalho. O problema é que a atividade profissional e a atividade militante em alguns momentos podem se chocar. Dentro do ANDES, a idéia dominante é não ter uma militância profissional no sentido de evitar o carreirismo e a burocratização do sindicato. De certa forma, no imaginário dos docentes persiste uma espécie de divisão de trabalho, isto é, teriam aqueles que se dedicam às tarefas sindicais, aqueles que fazem pesquisa e aqueles que compõem a burocracia que administra a universidade. O sindicato sempre buscou combater isso, a militância sindical não pode ser uma espécie de especialização do trabalho acadêmico, da universidade.

O conhecimento produzido no espaço sindical do movimento docente é essencialmente crítico e representa uma tomada de posição frente às grandes questões nacionais e internacionais, um espaço onde os docentes podem defender mais ativamente a universidade, trazendo as suas inquietações. É evidente que a renovação e as dificuldades de maior inserção dos docentes na vida sindical tem a ver com a resignificação do que é ser crítico, de esquerda, sobretudo sob influência dominante de uma perspectiva reformista e social democrata mas que se desenvolve a partir da agenda neoliberal, com um pouco do que pode ser qualificado como terceira via, também presente dentro da universidade, então se trata de uma esquerda não necessariamente marxista, mas que trabalha uma pauta mais claramente de esquerda e que defende a participação política e sindical.

A renovação no movimento sindical tem acontecido, principalmente a partir dos últimos movimentos grevistas e nos encontros e congressos, com a incorporação de um grupo que não é grande mas significativo de professores jovens e que tiveram passagem pelo movimento estudantil, isto é, há uma certa continuidade através de outras pessoas, e que permanecem querendo construir um movimento crítico. De alguma maneira,

considerando as condições adversas do período estudado, existe uma aproximação de uma parcela de professores que acaba se envolvendo através dos grupos de trabalho do sindicato, nos movimentos e lutas, por uma necessidade de incorporar em sua trajetória acadêmica o debate que vem sendo construído sobre os rumos da universidade e os grandes temas que estão na agenda das transformações em curso na sociedade.

Não obstante, esses aspectos que limitam à participação dos docentes na vida sindical e o reconhecimento do sindicato com um interlocutor privilegiado da categoria, a atividade sindical ainda pode se manter nos termos em que se encontra atualmente. Mas certamente precisa incorporar os segmentos dos docentes mais profissionalizados, trazendo-os para o debate político, e também os docentes mais afetados pelas mudanças econômicas e pela precarização do trabalho, além de buscar caminhos para fortalecer a unificação do mundo sindical no sentido do fortalecimento da representação e da base de sustentação.

## CONCLUSÃO

Apesar de poder-se observar uma evidente fragmentação da atividade sindical no país na década de 90, não houve propriamente um abandono e uma recusa em bloco desses professores universitários quanto à participação no seu movimento associativo e sindical. Os docentes, diferentemente de outras categorias de trabalhadores afetadas pelas transformações na esfera do trabalho, possuem até hoje uma organização ainda forte e atuante, em que pesem as divergências internas de concepção política e atuação sindical. O processo de democratização da sociedade brasileira e as mudanças ocorridas no setor educacional nos anos 90, têm obrigado a uma intensificação das atividades produtivas dos docentes, aumentando a sua carga de responsabilidades administrativas e as exigências de qualificação, sem que tenha havido uma melhora substancial nos salários e nas condições de trabalho.

Muitos docentes, diante das contradições e em virtude das exigências institucionais e legais determinadas a partir do modelo neoliberal na educação, adotaram uma atitude pragmática e encontram-se envolvidos apenas com suas atividades profissionais. Isso os tem levado a um relativo afastamento das lutas políticas e ideológicas, e a uma certa acomodação às regras que submetem o ofício do professor aos critérios do mercado e ao controle do Estado através da avaliação externa e das agências de fomento.

Na história do movimento docente, o que há é uma espécie de divisão de tarefas no que se refere à participação sindical ainda hoje observado, mas é importante salientar que o ANDES S/N sempre combateu essa posição de profissionalização da militância e construiu uma organização democrática, autônoma e com forte participação das bases.

Subsiste um núcleo atuante de militantes históricos que mantém a continuidade da luta política e ideológica, a participação nas atividades promovidas pelo sindicato e uma posição de crítica social às instituições, devido ao caráter permanente da dominação e exploração do trabalho. Esses militantes adotam uma atitude de resistência, de confronto e de embates entre projeto para a Universidade e para a Sociedade.

Um outro grupamento de militantes igualmente atuante, vem defendendo uma posição de flexibilização do referencial classista construído historicamente pelo movimento, na tentativa de redimensionar o padrão de militância e as tarefas sindicais, buscando emprestar um caráter mais afirmativo e de proposição às lutas. Esse grupamento tenta incorporar na pauta sindical, além das lutas corporativas como salário e carreira, questões específicas ligadas a identidades de gênero e raça, e também questões ligadas a exigências éticas, políticas e culturais. Esses militantes buscam uma atitude de maior colaboração e negociação do movimento, no que se refere à atuação institucional, a participação nas estruturas de poder e ao papel da produção intelectual. Esses dois primeiros agrupamentos, apesar de suas divergências, constituem uma linha de adesão e continuidade com a atividade sindical, os primeiros de forma mais constante na direção das entidades sindicais, e os segundos alternando sua participação no sindicato e em outros espaços de representação institucional.

Existe ainda um terceiro grupo de militantes, que participam apenas das grandes mobilizações como as greves, campanhas salariais e lutas gerais, quando estão em risco direitos conquistados pela categoria. Esses militantes de ocasião constituem o conjunto maior dos professores, e apesar de apenas emprestarem sua disposição de luta em momentos de maior intensidade são os que fazem a diferença; seja na direção da mudança, na correlação e no equilíbrio de forças nas disputas internas, seja no sentido das questões envolvidas no debate sobre a renovação e atuação sindical. Um quarto e último agrupamento de militantes é composto por aqueles que acabaram por abandonar qualquer perspectiva de participação nas atividades sindicais. A rigor deveriam ser considerados ex-militantes, uma vez que a lógica que acompanha a trajetória profissional implica uma posição de conversão ideológica e uma estratégia de retirada. Já não participam, e em alguns casos combatem as posições que defendiam no passado. Esses dois últimos grupos de professores encontram-se numa linha de descontinuidade e ruptura com a participação na vida sindical e associativa, o que tem contribuído para um certo esvaziamento e perda de substância na qualidade política e social do movimento docente.

A conjuntura econômica, política e social dos anos 90, acentuou essas divisões internas da categoria docente, quanto às lógicas que determinam a formação de uma identidade militante e o engajamento na ação sindical dos professores universitários. A fragmentação da participação e o recuo corporativo significam um retrocesso na



capacidade de organização e mobilização do movimento docente, em relação aos patamares históricos conquistados nas décadas anteriores.

No discurso e na vivência das lideranças do movimento docente, a renovação no movimento sindical tem acontecido. Existe uma compreensão clara das limitações e dificuldades enfrentadas pelo movimento docente no que se refere ao caráter sindical das bandeiras de luta historicamente defendidas pelo sindicato, e do papel das lideranças sindicais como representantes de uma categoria que possui suas especificidades. O caráter de trabalhador intelectual, de formador de opinião, e de produtor de conhecimento, insere a atividade dos professores no debate político, social e cultural, que cerca as decisões sobre os grandes temas nacionais e internacionais. As atividades do ANDES S/N se desenvolvem em todo o espaço territorial brasileiro, e aglutinam um número expressivo de docentes. Boa parte da agenda nacional passa nos fóruns e seminários organizados pelo sindicato.

Não obstante as críticas e a desqualificação do debate político e ideológico, principalmente em tempos de pensamento único e de naturalização da sociedade de mercado, o movimento docente e a participação sindical vêm demonstrando uma capacidade de resistência e de enfrentamento surpreendentes. Boa parte do que ainda se mantém da universidade brasileira deve-se, pelo menos em parte, à dedicação e à história de lutas e conquistas do movimento docente. O mérito maior do movimento docente foi o de ter introduzido no espaço universitário o conflito de classes e as questões políticas e sindicais, rompendo com a visão conservadora e autoritária que reservava à universidade o papel de reprodução dos interesses dominantes e acima dos conflitos sociais.

A luta por uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, de qualidade e socialmente referenciada continua sendo o horizonte histórico a ser alcançado pelo movimento docente e um anseio de todos aqueles que tem na universidade a sua principal fonte de trabalho e realização profissional.

## APÊNDICE METODOLÓGICO

Do ponto de vista da análise empírica e teórica, esse trabalho, constitui um registro da representação política e sindical do movimento docente e dos acontecimentos que resultaram na construção do ANDES S/N. Analisa alguns aspectos associados às diferenças de concepções políticas e de ação sindical dos dirigentes sindicais quanto às transformações ocorridas na participação dos professores universitários brasileiros na vida sindical e os reflexos para a renovação do movimento.

Optou-se por tomar como unidade analítica o depoimento e a vivência das lideranças do movimento docente que ocuparam cargos na direção no ANDES S/N. A ênfase dada a entrevistas com esses dirigentes como fonte primária de dados, refere-se à condição de interlocutores privilegiados que tiveram nas lutas sociais e políticas dos docentes nessa conjuntura de transformações ocorridas na vida sindical, no mundo do trabalho e na educação no período abrangido pela investigação. Como pano de fundo da análise tomamos as transformações ocorridas na educação e no trabalho (reestruturação produtiva e educativa).

O objetivo foi identificar no depoimento e na vivência pessoal desses dirigentes do movimento sindical docente os dados pertinentes à lógica social do engajamento e da ação sindical. Buscou-se estabelecer um momento de reflexão com esses professores universitários, militantes e dirigentes do movimento docente sobre essas mudanças e qual o seu reflexo na atividade sindical e na participação dos docentes na vida associativa. Esclarecer junto aos entrevistados, como se desenvolveu a ação sindical no mundo associativo dos docentes com o retorno a vida democrática. Identificar as transformações ocorridas nas universidades em particular, na educação superior pública, principalmente nos anos 90, com a vigência das políticas neoliberais.

Foram realizadas oito entrevistas com os dirigentes do ANDES S/N, seis presidentes, um vice-presidente e um secretário geral, a saber :

Sadi Dal Rosso (presidente gestão 1988/90) - Sociólogo, professor adjunto da Universidade Nacional de Brasília (UNB), mestre e doutor na mesma área pela

Universidade do Texas. No campo sindical, como presidente do ANDES S/N participou de um dos momentos mais ricos da luta sindical, o da Constituinte de 1988, que possibilitou aos servidores públicos serem sindicalizados e da construção pelo movimento docente do projeto para a educação brasileira. Atualmente compõe a lista dos reitoráveis da UNB.

Luiz Paiva Carapeto (secretário geral gestão 1990/92) - Veterinário, professor assistente da Universidade Federal de Pelotas, mestre na mesma área pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. No movimento docente exerceu na gestão do professor Carlos Eduardo Malhado Baldijão o cargo da secretaria geral do sindicato e participou ativamente da luta pelo impeachment do presidente Collor e do movimento de consolidação sindical do ANDES no embate sobre as concepções sindicais e disputa de base com os SIMPROS (sindicatos de professores).

Paulo Marcos Borges Rizzo (vice-presidente gestão 1990/92 e 1992/94) - Arquiteto, professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Participou da direção do sindicato durante o mandato (90/92) e na gestão (92/94) acompanhou o debate sobre as mudanças que surgiam em razão da implementação das políticas neoliberais a partir do início da década de 90.

Márcio Antonio de Oliveira (presidente gestão 1992/94) - Historiador e professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora. Um dos mais antigos e ativos militantes do movimento docente, ainda hoje participa da direção da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora, da qual foi fundador. No período em que foi presidente participou ativamente das lutas travadas pelo movimento docente no final do governo Collor, onde teve início toda a discussão sobre a reforma universitária, avaliação e financiamento nos moldes liberais.

Luiz Henrique Schuch (presidente gestão 1994/96) - Veterinário e professor da Universidade Federal de Pelotas, foi diretor da Faculdade de Veterinária e vice-reitor da UFPEL entre 1988 e 1992. Como membro da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior) compôs em Brasília, as Comissões de Orçamento e Articulação Parlamentar, entre os anos 90/92. Recentemente ocupou o cargo de Coordenador do Gabinete da Metade Sul do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O Período em que esteve a frente do sindicato foi o do enfrentamento do movimento docente as reformas constitucionais de corte liberal.

Maria Cristina de Moraes (presidente gestão 1996/98) - Arquiteta e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sua passagem como presidente do ANDES S/N além de enfrentar as adversidades do projeto neoliberal teve que lidar internamente com a mais acirrada oposição que uma diretoria nacional tivera até aquele momento, fato que tornou sua gestão um dos mais ricos e tensos períodos. Durante a sua gestão foi possível identificar as diferentes concepções sindicais do movimento docente que aos poucos foram se explicitando para explodir nas eleições para o sindicato na campanha eleitoral de 96.

Renato de Oliveira (presidente gestão 1998/00)- Sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participante ativo desde os primeiros momentos da abertura política, foi presidente da ADUNISSINOS (Associação dos Docentes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e da ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Recentemente exerceu o cargo de Secretário de Estado (Secretaria de Ciência e Tecnologia) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Sua gestão como presidente do ANDES S/N foi marcada pela polêmica e responsável pela quebra de hegemonia de quase uma década da Articulação ANDES -AD (tendência majoritária) na direção do sindicato, demarcando uma linha de ruptura com as direções anteriores e estabelecendo uma mudança de orientação nas estratégias de luta do sindicato, entretanto, esta orientação acabou não prevalecendo na gestão posterior que reconduziu a direção do sindicato um grupo próximo a tendência majoritária.

Roberto Leher (presidente gestão 2000/02) - Biólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em educação. Assumiu a direção do sindicato num período de muitas dificuldades em função da desarticulação da entidade com a base e da negligência com seus compromissos políticos, em decorrência das disputas internas e do desgaste da linha sindical adotada pela diretoria anterior . A sua gestão foi marcada pela retomada da legitimidade da representação do Sindicato junto às bases.

O ponto de partida da pesquisa foi o questionamento quanto a representação e a legitimidade da ação sindical neste contexto de reformas neoliberais. Para tanto foi necessário retomar com esses dirigentes que estiveram à frente do sindicato no período, a lógica que orientou a ação e as decisões do movimento docente. Foi elaborado um roteiro

na forma de tópicos que serviu como um guia para as entrevistas realizadas com os dirigentes :

1. Como a atividade de militante sindical se insere na trajetória profissional.
2. Motivos para aderir a luta sindical numa conjuntura adversa.
3. Expectativas e conflitos em relação à pertença sindical.
4. Exercício da liderança e relacionamento com o conjunto da categoria.
5. Explicação sobre o processo de construção da atividade militante
6. O que define o engajamento na ação sindical nos anos 90.
7. Perspectivas para a reconstrução da ação sindical

As entrevistas se constituíram num momento privilegiado de diálogo e de relação orientado por um conjunto de temáticas e/ou problemas representados, analisados, esclarecidos, desvendados, compreendidos e integrados na sua dimensão significativa, como campo de expressão e valor heurístico. Informações que possibilitaram esclarecer as articulações entre a história da construção sindical do movimento docente e sua relação contraditória e ambígua com os valores da democracia, participação e reivindicações de igualdade e justiça bem como o engajamento na vida militante e na ação sindical. As informações coletadas resultaram na análise e descrição das condições em que se produziram as concepções políticas e de ação sindical das principais tendências do movimento docente. A tarefa consistiu em examinar as análises de conjuntura dos diferentes períodos, os principais posicionamentos das lideranças, o debate interno sobre as ações coletivas do sindicato e as resoluções e princípios construídos historicamente e socialmente pelo movimento associativo dos docentes e que resultaram na formação e no crescimento do ANDES S/N. Através da análise foi possível verificar as lógicas, afinidades e tendências que se reproduziram no interior do movimento docente. Análises ancoradas na experiência social dos militantes / dirigentes, construída tanto nas relações com o sindicato quanto nas relações com a trajetória dessa categoria profissional.

Um problema fundamental que parece determinante no estudo no fenômeno associativo e da lógica da ação coletiva é que o afetivo e o racional estão implacavelmente ligados. Não é possível analisar um movimento social apenas sob a ótica das disposições de classe ou mesmo da escolha racional. A participação e o envolvimento na ação coletiva revelam que para além das convicções políticas e afinidades ideológicas, existe a presença

de sentimentos de identificação com uma causa comum, de solidariedade, cooperação e pertença a uma coletividade, indicadores a priori não mensuráveis, mas que influenciam significativamente nas decisões e motivações pessoais. O uso da técnica de entrevista em profundidade aplicada de forma qualificada favoreceu uma abordagem qualitativa do problema investigado incorporando simultaneamente, elementos da vivência pessoal e da experiência coletiva ao explorar o campo das representações que esses dirigentes possuem da ação sindical e do contexto onde se processaram as mudanças, isto é, o período em que mais intensamente o movimento sindical em geral e o movimento docente em particular experimentaram um processo de fragmentação, crise de legitimidade e no padrão de militância. Um aspecto muito importante foi conhecer bem a representação e a vivência pessoal que os entrevistados tem do problema pesquisado e a razão pela qual aceitaram participar da pesquisa a fim de reduzir a "violência simbólica" que pode estabelecer-se ao longo da investigação. A pesquisa foi um empreendimento de construção conjunta e de objetivação participante.

Um outro aspecto considerado no emprego das técnicas qualitativas de análise e coleta de dados é quando a literatura sobre o assunto é escassa, o que confere ao estudo um caráter aproximativo e exploratório. Na revisão de literatura sobre o movimento docente, nesses vinte anos, constam poucos trabalhos que tratam sobre a organização sindical dos professores universitários.

Entre esses trabalhos, se destaca pelo pioneirismo o de Pedro Coelho (1996). Coelho recupera o significado histórico dos acontecimentos que marcaram a vida da Universidade Brasileira em "crise de identidade" em meados dos anos 70 e o papel desempenhado pelo movimento dos professores universitários. Acontecimentos como greves, campanhas eleitorais e eleições para dirigentes universitários, e a questão político-sindical, que mudaram a rotina e a vida acadêmica neste período. No seu estudo Coelho aborda em um nível mais teórico as relações sobre universidade e sindicalismo, as relações entre o governo e o ANDES S/N e também as vivências concretas relacionadas com a atuação do movimento docente na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). A idéia central que se sobressai é que o movimento sindical reproduz o conflito social inerente as relações de produção. Ao se instalar no interior da universidade, esse conflito contribui para romper a unidade que caracterizava a instituição de ensino superior como uma organização

aparentemente colocada acima da divisão de classes e da luta sindical. Ressalta o autor que não se trata de uma mera reprodução no sentido mecanicista, as relações entre o campo acadêmico e o mundo do trabalho são repletas de ambigüidades decorrentes tanto dos papéis exercidos pela instituição universitária quanto pela própria identificação dos docentes enquanto categoria profissional na estrutura de classes da sociedade capitalista.

Um outro estudo recente é o de Márcia Fantinatti (2001). Márcia trata justamente desta identificação do movimento docente enquanto categoria profissional na estrutura de classes. Identifica a inserção de classes dos docentes, ou seja, o seu pertencimento as classes médias. Sua idéia básica é a de que a ideologia da meritocracia, as condições de trabalho e à conjuntura política oferecem os elementos que possibilitam a ação e particularizam o sindicalismo docente. Em seu trabalho Márcia apóia-se nas teorizações de Décio Saes e Polantzas sobre classe média. Define classe média como um grupo social secundário, ou seja, que não estaria diretamente engajado no antagonismo entre as classes sociais na sociedade capitalista. Considera que "classe média" é uma noção prática, não podendo ser determinada no plano puramente teórico e tampouco ser caracterizada simplesmente com base no nível econômico, pois a posição comum no processo de produção para que o amplo e diversificado conjunto de trabalhadores desse segmento seja levado a identificar-se no plano político e ideológico com a classe operária. Nesse sentido tanto a "classe média" como a "estratificação social" seriam figuras úteis a classe dominante procurando ocultar o antagonismo entre as classes e naturalizar a hierarquia do trabalho sobre uma escala de "méritos" é a ideologia da meritocracia.

Esses trabalhos analisam as características da posição de classe e dos conflitos sociais que simultaneamente identificam e particularizam a ação sindical da categoria docente em relação ao conjunto do movimento sindical em geral, entretanto, não discutem ou mesmo se detém na análise das transformações na natureza do trabalho e na identidade profissional dos docentes no período recente, bem como as conseqüências para a vida associativa e sindical provocadas pelas mudanças no mundo do trabalho e na educação.

O movimento sindical docente passa a sofrer de forma análoga às conseqüências da fragmentação do movimento sindical em geral, porém, construiu algumas características peculiares quanto à organização da vida associativa e com o trabalho. O caráter democrático, autônomo e voluntário de sua representação, as particularidades da posição

ocupada na divisão do trabalho (produção técnico e científica) e as exigências da formação (qualificação superior) inserem o trabalho docente nas contradições e no debate das grandes questões nacionais e internacionais, levando o mesmo, a ter um papel político e de crítica social permanente a dinâmica do capitalismo contemporâneo e sua lógica de gestão societária.

As linhas gerais da análise envolveram uma aproximação do debate conceitual sobre os rumos da ação sindical e das concepções políticas presentes no movimento docente e no ANDES S/N. Questões relacionadas com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a reestruturação no trabalho e na educação e o embate de projetos para a universidade e para a sociedade. Questões sobre as políticas governamentais do período e sua agenda de modernização, as universidades e a agenda de avaliação do sistema e qualificação do corpo docente e a agenda sindical com as bandeiras de luta do movimento. Finalmente analisamos a lógica social, isto é, a relação entre o Estado, a sociedade civil e as classes sociais, a lógica do engajamento militante com o exame das estratégias possíveis de adesão e continuidade ou mesmo ruptura e exclusão e a lógica da ação que pode se configurar como de confronto e resistência ou mesmo de proposição e colaboração.

Os principais indicadores da participação docente na vida sindical foram à definição que o sindicato dá dele próprio (posições da direção), os métodos de expressão (publicações do sindicato e deliberações de congressos) e os métodos de intervenção (greves, mobilizações, protestos, campanhas) e a percepção do militante na sua relação com o projeto sindical. O que se buscou saber, em suma, foi como os professores universitários organizados no ANDES S/N construíram a realidade social da atividade sindical no mundo associativo e qual foi à estratégia de identificação e distanciamento diante dessa atividade, segundo uma lógica que lhe é própria.

Além das entrevistas com os dirigentes foram utilizadas como fonte secundária de dados as principais publicações regulares do sindicato (Cadernos ANDES e a Revista Universidade e Sociedade) e as resoluções dos Congressos da ANDES (encontros anuais) e dos Conads -Conselho das Associações de Docentes (encontros semestrais). Esse material, contém o registro histórico, dos principais acontecimentos envolvendo o movimento docente ao longo de sua trajetória. As greves, manifestações, principais lutas, análises sobre



a conjuntura política e econômica , os debates envolvendo as questões específicas da categoria e as transformações ocorridas no mundo do trabalho e da educação, documentos importantes sobre a organização do ensino superior construídos democraticamente nas instâncias de deliberação do sindicato e em conjunto com outras organizações de trabalhadores.

A sistematização das informações nos cinco capítulos da dissertação obedece a uma ordem de apresentação que permite ao leitor no final de cada capítulo identificar a construção do problema de pesquisa e as articulações com as preocupações teóricas e empíricas da ação sindical dos professores. Os capítulos guardam entre si uma certa independência em relação uns aos outros e podem ser lidos destacadamente do corpo do trabalho como se fossem artigos mas, se tomarmos os sub-capítulos, 1.4 - A identidade militante, 2.4 - O discurso das lideranças, 3.4 - A resistência sindical dos professores, 4.4 - A participação dos docentes na vida sindical e finalmente 5.4 - As perspectivas para a reconstrução da ação sindical podemos observar que estabelecem entre si uma relação de continuidade.

Finalmente é importante mencionar que se tratando de uma dissertação de mestrado, devido às restrições físicas de espaço e de tempo de sua realização acreditamos que o aprofundamento teórico e o registro empírico das mudanças ocorridas na participação sindical dos professores universitários demandariam novas investigações e elaborações mais refinadas, tanto no sentido de verificar as particularidades que envolvem a complexidade e a natureza do trabalho docente, quanto no sentido de sua identidade social e profissional. Esperamos que esse trabalho sirva como estímulo e ponto de partida para futuras pesquisas e novas produções acadêmicas que tenham como referência tão importante temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A CUT entre o classismo e a social democracia**. In: NETO, Sebastião L. e GIANNOTTI, Vito. Para onde vai a CUT ?. Campinas: Scritta, 1993.

\_\_\_\_\_. **A rebeldia do Trabalho - o confronto operário no ABC Paulista : as greves de 1978 / 80**. 2ª Edição. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. **Programas de Qualidade: alguns impactos sobre o trabalho em pequenas e microempresas na Bahia**. In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério. Reestruturação produtiva e Mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997.

AUED, Bernardete W. **Reflexões sobre o contrato coletivo: vitórias de Pirro**. In: Cadernos ANDES, nº 11 - Opinião Sindical : a organização sindical dos trabalhadores em educação, problemas atuais, contrato coletivo de trabalho em debate. Florianópolis: ADUFSC, 1993.

BARRETO, Raquel Goulart. **Educação à distância: uma aproximação**. In: Universidade e Sociedade, ano X, nº 23 - Intelectuais Militantes do Movimento Docente, 20 anos. Brasília, 2001.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **A reforma do Estado, a reforma da Universidade e o movimento docente: resistência e embate de projetos**. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. **O público e o privado na Educação Superior**. In: Universidade e Sociedade, ano XIX, nº 28, nov., 2002.

BERGER, Peter L. P. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humorística**. 14ª edição, Petrópolis: Vozes, 1995.

BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Qualidade e produtividade na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: BNDE, CNI, SEBRAE, 1996.

BOITO JR., Armando. **De volta para o novo corporativismo: A trajetória política do sindicalismo brasileiro.** São Paulo em Perspectiva, v.8, nº 3. São Paulo: SEADE, 1994.

BOTTOMORE, T, & OUTWAITE, W. et al. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no Século XX.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.

BRESCIANI, Luis Paulo. **Reestruturação industrial e negociação coletiva: o sindicalismo brasileiro vai a luta?** MARTINS, H. e RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho.** São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Da resistência à contratação: tecnologia, trabalho e ação sindical no Brasil.** Brasília: SESI-DN, 1994.

BRESCIANI, Luis Paulo. **Os desejos e o limite: reestruturação industrial e a ação sindical no complexo automotivo brasileiro.** In: LEITE, Márcia de Paula (Org.). **O Trabalho em Movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil.** Campinas: Papyrus, 1997.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

CATTANI, Antonio D. (Org). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico.** Porto Alegre: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Antonio D. **Trabalho e Autonomia.** Petrópolis: Vozes, 1996

\_\_\_\_\_. Antonio D. **Trajetórias Sindicais: o esgotamento de um padrão de militância.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, v.15, 1992.

CAMINO, Leôncio. **Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político.** Rev. Psicologia e Sociedade, v.8, nº 1. São Paulo, 1996.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira. **A negociação coletiva como expressão das relações de trabalho: estudo de caso de 1992 a 1998.** Belo Horizonte : CEPEAD/UFMG. Tese de doutorado em administração, 1999.

CIAMPA, Antonio. **A história de Severino e a estória de Severina.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

COELHO, Pedro R. **Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente.** Santa Maria: SEDUFSC / ANDES-SN, 1996.

CODO, Wanderley. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COLBARI, Antonia. **Qualificação profissional e empregabilidade: novos desafios ao sindicalismo no Espírito Santo**. In: O novo sindicalismo: vinte anos depois. JÁCOME RODRIGUES, Iram. (Org.). Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA, Silvio. **Tendências e Centrais Sindicais : o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994**. Campinas: Autores Associados, 2002.

CRUZ, Antonio. **A Janela Estilhaçada: A crise do novo sindicalismo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). **Trabalho e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Parma, 1994.

DOS ANJOS, Gabriele. **Identidade Sexual e identidade de gênero: subversões e permanências**. In: Sociologias-Trabalho, nº 04, ano 02. Porto Alegre: UFRGS - PPGSOC, 2000.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Portugal: Porto, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho e Educação: formação técnico-profissional em questão**. In: Educação e Trabalho. Cadernos ANDES, nº 10. Brasília, DF., 1993.

GENTILI, Pablo. **Como reconhecer um governo neoliberal? um breve guia para os educadores**. In: SILVA, L. H. e AZEVEDO, J. C. (Orgs.). Reestruturação Curricular: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995.

GEUSS, Raymond. **Teoria Crítica . Habermas e a Escola de Frankfurt**. Campinas: Papyrus, 1988.

GUIMARÃES, Antonio S.; AGLER, Michel e CASTRO, Nadya A. **Imagens e Identidades do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1995.

GOFFMAM, Erwing. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLUBOVI, Zagorka. **O Problema da Personalidade no pensamento marxista**. In: Rev. Lutas Sociais. Rev. Lutas Sociais, nº 04, 1º sem. de 98. São Paulo: PUC, 1998.

GORENDER, Jacob. **O Manifesto do Partido Comunista : um documento datado e não datado**. In: Rev. Lutas Sociais, nº 04, 1º sem. de 98. São Paulo : PUC, 1998.

GUARESCHI, Neuza Maria. **Resistência: uma categoria em discussão**. In: Trabalho docente: formação e identidade. Pelotas: Seiva, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **A nova intransparência : a crise do Estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas**. Novos Estudos CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisa e Documentação), nº 18. São Paulo: 1987.

\_\_\_\_\_. **Theórie de l'agir communicationnel**. 2 tomes, trad. française. Paris: Fayard, 1987.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. 3ª edição. Barcelona: Nova-Gráfík, 1991.

HIPÓLITO, Álvaro M. e VIEIRA, Jarbas S. **Reestruturação educativa e trabalho docente: autonomia, contestação e controle**. In: Trabalho docente e educação: formação e identidade. Pelotas: Seiva, 2002.

HIPÓLITO, Álvaro M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

HYMAN, Richard. **Europeização ou erosão das relações laborais?** In: Rev. Crítica de Ciências Sociais, nº 62, junho de 2002. Portugal, Coimbra : Centro de Estudos Sociais, 2002.

IANNI, Otávio. **Imperialismo e Cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

JÁCOME RODRIGUES, Iram. **Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística**. In: ANTUNES, Ricardo et alli. Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

JAQUES, Maria da Graça. **Identidade e Trabalho**. In: Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, Maria da Graça. **Trabalho, educação e construção da identidade**. Porto Alegre: PUCRS, 1993. (Tese de doutorado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no curso de pós-graduação em Educação.)

JAMES, William. **Psychology: the briefer course**. New York : Harper& Row, 1961.

KREIN, José David. **Reestruturação produtiva e sindicalismo**. In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.

LAING, Ronald D. **O Eu e os Outros**. 2ª edição Petrópolis: Vozes, 1974.

LARANGEIRA, Sonia Maria G. **As Transformações do Trabalho num Mundo Globalizado**. In: Sociologias - Trabalho, nº 04, ano 02. Porto Alegre: UFRGS - PPGSOC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Faz sentido falar em Classes Sociais?** In: Cadernos de Sociologia-Natureza, História e Cultura: repensando o Social, nº especial, v.04. Porto Alegre, 1993.

LANE, Silvia T. M. e CODO, Wanderley (orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu : sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEITE, Márcia. **Trabalho e Sociedade em Transformação**. In: Sociologias-Trabalho, nº 04, ano 2. Porto Alegre: UFRGS- PPGSOC, 2000.

LEITE, Márcia de Paula (Org.). **O Trabalho em Movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1997.

LEONTIEV, Alexis. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencia del hombre, 1978.

LIBERATO POVOA, F. **Qualidade Total na Educação: modismo ou utopia? (nem uma coisa nem outra)**. Cadernos de Educação, v.1, nº 1. Belo Horizonte: maio de 1994.

LIEDKE, Elida R; BULHÕES, Maria da Graça e FRANZOI, Naira. **Formação Profissional e inserção no mercado de trabalho**. In: Sociologias, nº 03, ano 02, Porto Alegre: PPG- UFRGS, 2000.

LOCKE, Richard L. e THELEN, Kathleen. **Comparações contextualizadas: uma abordagem alternativa para a análise da política sindical**. Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo, ano IV, n.º 8, 1998.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen : marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

LUKÁCS, Georg. **Marxismo e questões de Método na Ciência Social**. In: Sociologia. São Paulo: Ática, 1981.

MACIEL, Osvaldo de O. **Trabalhando a luta, construindo a história**. Cadernos ANDES- memória de luta III, nº 18. São Paulo: ANDES-SN, nov. de 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas**. Rev. Educação e Sociedade, ano XIX, nº 64, set., 1998.

KARL, Marx. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEAD, George. **Mind, self and society.** MORRIS, Charles W.(Org.) University of Chicago. Press. Chicago, 1962.

MELO, Marlene Catarina de O. L; BARBOSA, Allan Claudius Q. CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. **As relações de Trabalho no Brasil: uma apresentação e análise.** Relatório de Assessoria de Pesquisa. Universidade de Bremen, Alemanha, 1996.

NAVARRO, Ignês Pinto. **ANDES -SN: Um sindicato de Intelectuais.** Cuiabá -MT: ADUFMAT, 2001.

\_\_\_\_\_. **ANDES-SN : Um sindicato Singular.** Cadernos ANDES - memória de luta III, nº 18. São Paulo: ANDES-SN, nov. 2001.

NETO, Antonio C. e NEVES, Magda. **As respostas do sindicalismo mineiro aos desafios dos anos 90: emprego, qualificação e remuneração variável.** In: Sociologias-Trabalho, nº 04, ano 2. Porto Alegre: UFRGS-PPGSOC, 2000.

NETO, Sebastião L. e FRIEDMAM, Gustavo. **Reestruturação Capitalista e Flexibilização trabalhista: a combinação de modernidade e barbárie no Brasil nos anos 90.** In: Rev. Lutas Sociais, nº 04. São Paulo: Xamã, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A privatização da gestão da educação pública na reforma do Estado Brasileiro.** Rev. Universidade e Sociedade. Ano XII, nº 28, nov. 2002.

PINHEIRO, Ivan e SANTOS, João M. P. **As opiniões de alguns sindicalistas ante as mudanças no ambiente político - econômico nacional contemporâneo.** In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.

PLUMMER, Ken. **Identidade.** In: Dicionário do Pensamento Social do século XX. BOTTOMORE, T. & OUTWAITE, W. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sobre Fogo Cruzado : exclusão, desemprego e precarização no final de século.** São Paulo: Contexto, 1999.

QUÍÑONES, Mariela M. **La instalacion de la flexibilidad em Uruguai.** In: Sociologias - Trabalho, nº 04, ano 2. Porto Alegre: UFRGS - PPGSOC, 2000.

RODRIGUES, Iran J. (Org.) **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois.** Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALERMO, Mário Sérgio. **Reestruturação produtiva e sindicatos**. Caxambú: XVII Encontro da ANPOCS (Associação Nacional dos pós-graduandos em Ciências Sociais), 1993.

SANTANA, Marco Aurélio. **As Centrais Sindicais Brasileiras e a Reestruturação Produtiva: análises e propostas**. In: Sociologias - Trabalho, nº 04, ano 2. Porto Alegre: UFRGS-PPGSOC, 2000.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SÈVE, Lucien. **A personalidade em gestação**. In: SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard (Orgs.). Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. São Paulo: Vértice, 1989.

STROMBANTS, M. **Savoir-faire et compétence au travail**. Bruchelles, editions de L'Université de Bruchelles, 1993.

TAMOYO, Álvaro; ANDRADE, Jairo B. e CODO, Wanderley (org.). **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

VÉRAS, Roberto. **A Ousadia da Resistência**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 62. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, junho de 2002.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WATERMAN, Peter. **O Internacionalismo Sindical na era de Seattle**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 62. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, junho de 2002.

WAUTIER, Anne Marie. **A Construção Identitária e o Trabalho nas Organizações Associativas**. Ijuí : Unijuí, 2001.

ZAIRA, Machado. **O Papel das Instituições Financeiras Multilaterais no processo de desenvolvimento**. Porto Alegre: Veraz / CUT / AFL-CIO , 2002.



## **ANEXOS**

## ESTATUTO

### (ATUALIZADO E CONSOLIDADO ATE O 21º CONGRESSO – RIO GRANDE, RS, de 23 de fevereiro a 1º de março de 2002)

#### TÍTULO I

##### **DA ENTIDADE, SEUS FINS, SEDE E DURAÇÃO**

**Art. 1º.** A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, criada originalmente pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários, a 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a partir do II CONGRESSO Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins de defesa e representação legal dos docentes, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades,<sup>1[5]</sup> das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, com a denominação de ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo Único - Incluem-se, entre as Instituições de Ensino Superior, os Centros de Educação Tecnológica.

**Art. 2º.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem sua sede jurídica e administrativa em Brasília e sua jurisdição em todo o território nacional.

**Art. 3º.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por finalidades precípuas a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus sindicalizados.

**Art. 4º.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL é uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

**Art. 5º.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos precípuos:

I - congregar e representar os docentes das IES de todo o país, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades<sup>2[6]</sup>;

II - expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político;

III - defender condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;

IV - incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembléias e demais atividades inerentes à Entidade;

V - fortalecer e estimular a organização da categoria por local de trabalho, respeitando sua autonomia, nos limites deste Estatuto;

VI - coordenar e unificar o movimento dos docentes das IES nas suas iniciativas de alcance nacional, respeitando as dinâmicas regionais e setoriais;

VII - buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes;

VIII - buscar a integração com entidades representativas dos professores, dos trabalhadores em geral e de outros setores, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;

<sup>1[5]</sup> Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

<sup>2[6]</sup> Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

IX - defender a Educação como um bem público, como uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

X - defender a democratização, a autonomia e um padrão unitário de qualidade para as IES do país.

**Art. 6º.** Constituem prerrogativas e deveres do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com este Estatuto:

I - representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais de seus sindicalizados, inclusive como substituto processual;

II - celebrar convenções e acordos coletivos;

III - estabelecer contribuições financeiras para todos os sindicalizados de acordo com as decisões tomadas no CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominado CONAD, e no CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominado CONGRESSO;

IV - referendar a constituição de SEÇÕES SINDICAIS (S.SIND).

## TÍTULO II

### **DOS SINDICALIZADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES**

**Art. 7º.** O número de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL é ilimitado.

**Art. 8º.** São sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL todos os docentes das IES públicas ou privadas, de todo o país, que junto a ele requeiram sua sindicalização.

§ 1º. Docentes, para efeito deste Estatuto, são os que exercem atividades de magistério, seja na educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades<sup>3[7]</sup>, nas IES de todo o país.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se aos docentes aposentados, em disponibilidade ou desempregados.

§ 3º. A sindicalização far-se-á por intermédio da SEÇÃO SINDICAL (S.SIND) ou da AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-S.SIND), e, nas IES onde esta não existir, por intermédio da Secretaria Regional.

**Art. 9º.** São direitos dos sindicalizados:

I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;

II - participar de todas as atividades do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

III - apresentar ao CONAD ou ao CONGRESSO, diretamente ou por intermédio de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza, que demandem providências daqueles órgãos deliberativos;

IV - recorrer das decisões da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominada DIRETORIA, ao CONAD ou ao CONGRESSO imediatamente subsequente a estas decisões.

**Art. 10.** São deveres dos sindicalizados:

I - observar o Estatuto e os regimentos da Entidade;

II - pagar pontualmente as suas contribuições financeiras;

III - zelar pelo cumprimento dos objetivos do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

<sup>3[7]</sup> Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

IV - exigir da DIRETORIA o cumprimento das decisões das instâncias deliberativas da Entidade.

**Art. 11.** Os sindicalizados estão sujeitos a sanções pelo descumprimento das normas estatutárias e regimentais do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único – As sanções são de advertência, suspensão e exclusão, sendo as duas primeiras aplicáveis pelo CONAD e a última exclusivamente pelo CONGRESSO, garantido sempre o amplo direito de defesa.

**Art. 12.** Serão excluídos automaticamente os sindicalizados que solicitarem, por escrito, o seu desligamento.

### TÍTULO III

#### **DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

**Art. 13.** São instâncias do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

I - CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONGRESSO);

II - CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD);

III - DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL (DIRETORIA);

IV - SEÇÕES SINDICAIS (S.SINDs) ou ADs-SEÇÕES SINDICAIS (ADs-S.SINDs) constituídas por:

a) Assembléia Geral;

b) Diretoria;

c) outros órgãos constituídos no seu interior nos limites deste Estatuto e de seu regimento.

### **CAPÍTULO I**

#### **DO CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

**Art. 14.** O CONGRESSO é a instância deliberativa máxima do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Art. 15.** São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

**Art. 16.** O CONGRESSO é composto:

I - por um (1) delegado de cada Diretoria de S.SIND ou AD-S.SIND;

II - por delegados de base de cada S.SIND ou AD-S.SIND indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17;

III - por delegados representativos dos sindicalizados via Secretarias Regionais (art. 8º, § 3º) indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17;

IV - pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único. Os demais membros efetivos ou em exercício da DIRETORIA, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

**Art. 17.** Os delegados de base da S.SIND ou AD-S.SIND e dos sindicalizados via Secretaria Regional são eleitos em Assembléia Geral convocada expressamente para tal finalidade nos termos de seu regimento, ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizados na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional.

§ 1º. Os delegados de base das S.SINDs ou ADs-S.SINDs e dos sindicalizados via Secretarias Regionais serão eleitos na seguinte proporção cumulativa:

I - até quinhentos (500) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de cem (100) ou fração;

II - de quinhentos e um (501) a mil (1.000) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de duzentos e cinquenta (250) ou fração;

III - a partir do milésimo sindicalizado, um (1) delegado por conjunto de quinhentos (500) ou fração.

§ 2º. A decisão sobre as alternativas constantes do caput deste artigo será tomada pelas Assembléias Gerais das S.SINDs ou ADs-S.SINDs ou dos sindicalizados via Secretarias Regionais.

**Art. 18.** O CONGRESSO se reúne:

I - ordinariamente, uma vez por ano, entre o mês de janeiro e a primeira quinzena do mês de março, em data e local fixado pelo CONGRESSO anterior;

II - extraordinariamente, quando requerido pelo CONAD, em data e local por este fixados.

**Art. 19.** Por ocasião da convocação do CONGRESSO, a DIRETORIA deverá apresentar proposta de pauta e de cronograma de atividades.

§ 1º. O CONGRESSO delibera sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no seu início.

§ 2º. O CONGRESSO deve incluir obrigatoriamente em sua pauta a discussão dos assuntos previstos no inciso IV do art. 9º.

**Art. 20.** O quorum mínimo de funcionamento de cada plenária é de maioria absoluta (cinquenta por cento mais um - 50% + 1) dos delegados inscritos no CONGRESSO.

**Art. 21.** As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária.

Parágrafo único. As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

I - alteração do Estatuto (inciso V do art. 15); (1)

II - apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do art. 15);

III - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42;

IV - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66.

**(1) NOTA IMPORTANTE:** *este inciso está com sua vigência suspensa, nos termos do art. 71, Título VII - Disposições Transitórias.*

## **CAPÍTULO II**

### **DO CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

**Art. 22.** O CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL - CONAD - é a instância deliberativa intermediária do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Art. 23.** São atribuições do CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO;

VIII - apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de advertência e suspensão aplicadas aos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, conforme o disposto no art. 11;

IX - criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO subsequente;

XI - homologar a constituição das S.SINDs, ou as alterações nos seus regimentos, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

**Art. 24.** Nos intervalos entre as reuniões do CONGRESSO, por motivos imperiosos e justificados, o CONAD pode deliberar sobre o previsto no inciso I do art. 15, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Parágrafo único. Essas deliberações não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores.

**Art. 25.** O CONAD é composto:

I - por um (1) delegado de cada S.SIND ou AD-S.SIND escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral;

II - por um (1) delegado representativo dos sindicalizados, via cada uma das Secretarias Regionais, escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral;

III - pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único. Os demais membros efetivos ou em exercício da DIRETORIA, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

**Art. 26.** O CONAD se reúne:

I - ordinariamente, uma vez por semestre, em data e local fixados pelo CONAD anterior;

II - extraordinariamente quando requerido por um quarto (1/4) das S.SIND ou pela DIRETORIA, em data e local fixados por quem o requerer.

Parágrafo único. As reuniões do CONAD não podem coincidir com as reuniões do CONGRESSO.

**Art. 27.** Por ocasião da convocação do CONAD, a DIRETORIA deverá apresentar proposta de pauta e de cronograma de atividades.

§ 1º. O CONAD poderá deliberar sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no seu início.

§ 2º. O CONAD deve incluir obrigatoriamente em sua pauta a discussão dos assuntos previstos no inciso IV do art. 9º.

**Art. 28.** O quorum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de maioria absoluta (cinquenta por cento mais um - 50% + 1) dos delegados inscritos e as deliberações adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA DIRETORIA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

**Art. 29.** A DIRETORIA é o órgão executivo do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Art. 30.** À DIRETORIA, coletivamente, compete:

I - representar a Entidade e defender os interesses da categoria perante os Poderes Públicos, mantenedoras e administrações universitárias, podendo a DIRETORIA nomear mandatário por procuração;

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regimentos e as normas administrativas do ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como as decisões dos CONGRESSOS e CONADs;

III - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações coletivas;

IV - gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações de CONGRESSOS e de CONADs;

V - organizar serviços administrativos internos do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

VI - elaborar relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias semestrais do ANDES-SINDICATO NACIONAL, remetendo-os às S.SIND ou ADs-S.SINDs, até trinta (30) dias antes das reuniões do CONAD que irá examiná-los;

VII - aplicar sanções, nos termos deste Estatuto;

VIII - dar posse à DIRETORIA eleita para o mandato consecutivo;

IX - convocar as reuniões extraordinárias do CONAD, nos termos do inciso II do art. 26;

X - constituir comissões, coordenações e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer assuntos, indicando seus componentes;

XI - submeter seu relatório político e financeiro final ao CONAD no qual tome posse a DIRETORIA consecutiva;

XII - elaborar as convocações do CONAD e do CONGRESSO, ordinários e extraordinários, conforme o disposto nos artigos 19 e 27 deste Estatuto.

**Art. 31.** A DIRETORIA será eleita por escrutínio secreto, universal e direto dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, no gozo de seus direitos, e terá mandato de dois (2) anos.

**Art. 32.** A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos:

I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente;

II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário;

III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro-Tesoureiro;

IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:

- a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima;
- b) Norte II: Pará, Amapá;
- c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;
- d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
- e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;
- f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;
- g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- h) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;
- i) Rio de Janeiro;
- j) São Paulo;
- l) Sul: Paraná e Santa Catarina;
- m) Rio Grande do Sul.

V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.

§ 1º. É vedada a acumulação de cargos na DIRETORIA.

§ 2º. É vedada a participação de membros efetivos da DIRETORIA como delegados no CONAD, no CONGRESSO e nas reuniões setoriais, como representantes de S.SIND ou ADs-S.SINDs ou de sindicalizados via Secretarias Regionais, excetuados os Secretários e Tesoureiros Regionais.

§ 3º. Na primeira reunião da DIRETORIA, serão deliberadas, entre outras, as seguintes atribuições de responsabilidade dos Diretores:

- a) encarregado de relações internacionais;
- b) encarregado de imprensa e divulgação;
- c) encarregado de relações sindicais;
- d) encarregado de assuntos jurídicos;
- e) encarregado de assuntos de aposentadoria.

§ 4º. As atribuições de responsabilidades a Diretores previstas no parágrafo anterior, bem como outras que vierem a ser criadas, deverão ser regulamentadas em regimento próprio a ser apreciado pelos sindicalizados nos CONGRESSOS do ANDES-SINDICATO NACIONAL<sup>4[8]</sup>.

§ 5º. Devem ser divulgados, para conhecimento imediato das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, os nomes dos diretores aos quais foram atribuídas as responsabilidades constantes do § 3º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA.

**Art. 33.** A DIRETORIA se reúne:

I - ordinariamente, uma vez a cada dois (2) meses, em data e local fixados pela reunião anterior;

II - extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por um terço (1/3) de seus membros, em data e local fixados por quem a convocou.

**Art. 34.** As deliberações da DIRETORIA são adotadas por maioria simples de votos dos Diretores presentes, exigindo-se a presença de, no mínimo, cinquenta por cento mais um (50% + 1) do número de diretores em efetivo exercício.

<sup>4[8]</sup> Alteração procedida pelo XVIII CONGRESSO da ANDES-SINDICATO NACIONAL.



**Art. 35. Compete ao Presidente:**

I - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL em juízo ou fora dele, inclusive na qualidade de substituto processual, podendo delegar poderes a outro diretor, nos termos do artigo 6º, incisos I e II;

II - abrir, instalar e presidir o CONGRESSO, o CONAD e as reuniões de DIRETORIA;

III - convocar as eleições para a nova DIRETORIA, de acordo com o previsto no art. 51;

IV - abrir, rubricar e encerrar os livros do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - assinar a correspondência oficial do ANDES-SINDICATO NACIONAL e, juntamente com o Secretário-Geral, toda a correspondência que estabeleça quaisquer obrigações para o ANDES-SINDICATO NACIONAL;

VI - movimentar, juntamente com o Tesoureiro em exercício, as contas do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único. Onde houver S.SIND ou AD-S.SIND constituída, os poderes aludidos no inciso I ficam automaticamente delegados aos Diretores da S.SIND ou AD-S.SIND, conforme seu próprio regimento, para agir no respectivo âmbito local e sempre em nome do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Art. 36. Compete aos Vice-Presidentes, pela ordem, assumirem a Presidência no caso de vacância e/ou impedimento do Presidente.**

Parágrafo único. No caso de afastamento definitivo do Presidente, compete ao Primeiro-Vice-Presidente assumir a Presidência, ao Segundo-Vice-Presidente assumir a Primeira Vice-Presidência e ao Terceiro-Vice-Presidente assumir a Segunda-Vice-Presidência.

**Art. 37. Compete ao Secretário-Geral:**

I - ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo da Secretaria;

II - secretariar as reuniões da DIRETORIA;

III - encarregar-se do expediente e da correspondência que estabeleçam quaisquer obrigações para o ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV - coordenar, em âmbito nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Secretários Regionais.

**Art. 38. Compete aos Secretários, pela ordem, assumir a Secretaria Geral, no caso de falta e/ou impedimento do Secretário-Geral.**

Parágrafo único. No caso de afastamento definitivo do Secretário-Geral, compete ao Primeiro-Secretário assumir a Secretaria Geral, ao Segundo-Secretário assumir a Primeira Secretaria e ao Terceiro-Secretário assumir a Segunda Secretaria.

**Art. 39. Compete ao Primeiro-Tesoureiro:**

I - ter sob sua responsabilidade e guarda os bens e valores do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

II - ser responsável pelos recebimentos e pagamentos das despesas;

III - assinar, junto com o Presidente, os cheques para pagamento de despesas;

IV - movimentar, junto com o Presidente, as contas bancárias do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - organizar o balanço anual e balancetes semestrais;

VI - apresentar o balanço ao Presidente quinze (15) dias após seu afastamento definitivo do cargo;

VII - coordenar, em âmbito nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Tesoureiros Regionais.

**Art. 40. Compete ao Segundo-Tesoureiro:**

I - substituir o Primeiro-Tesoureiro nas suas faltas e/ou impedimentos, nas competências definidas nos incisos I a IV do artigo anterior, combinado com o artigo 35, inciso VI;

II - assumir a Primeira Tesouraria no caso de afastamento definitivo do Primeiro-Tesoureiro.

Parágrafo único. O Terceiro-Tesoureiro assumirá o cargo de Segundo-Tesoureiro no caso previsto no inciso II deste artigo.

**Art. 41.** Compete aos Vice-Presidentes Regionais:

I - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL, na Região de sua jurisdição, perante os Poderes Públicos, mantenedoras e administrações universitárias, e a referida Região, no ANDES-SINDICATO NACIONAL,

II - sindicalizar os docentes das IES onde não exista S.SIND ou AD-S.SIND;

III - convocar Assembléia Geral dos sindicalizados via Secretaria Regional com vista à participação nos CONADs e CONGRESSOS até quinze (15) dias antes dos referidos eventos, para:

a) discussão do temário do evento em questão;

b) escolha de delegados (arts. 16, III, e 25, II);

IV - convocar Assembléia Geral da categoria dos docentes onde não exista S.SIND ou AD Seção Sindical, no âmbito máximo de sua base territorial, por IES isoladamente ou em grupo:

a) ordinariamente, uma vez por ano, com a finalidade de promover a campanha salarial da categoria, fixando as bases das negociações, respeitadas as decisões estabelecidas e aprovadas no CONAD e no Congresso do ANDES-SN;

b) extraordinariamente, sempre que houver fatos de interesse da categoria que justifiquem a convocação;<sup>5[9]</sup>

V - assinar acordos de trabalho e representar em dissídio nos termos do inciso III do art. 30 no âmbito da Região, ressalvado o disposto no art. 50;

VI - estimular e acompanhar a criação de S.SINDs.

§ 1º. Da composição da Secretaria Regional fazem parte um Primeiro-Secretário, um Segundo-Secretário, um Primeiro-Tesoureiro e um Segundo-Tesoureiro.

§ 2º. O Segundo-Vice-Presidente Regional substituirá o Primeiro-Vice-Presidente Regional nas suas faltas, impedimentos e afastamento definitivo.

§ 3º. Os diretores de Secretarias Regionais substituirão os Segundos-Vice-Presidentes Regionais nas suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo.

VII – Movimentar, juntamente com o tesoureiro em exercício as contas da Secretaria Regional.

**Art. 42.** Qualquer membro da DIRETORIA pode ser destituído em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, observado o disposto no art. 21, parágrafo único, III, o mesmo se aplicando à DIRETORIA coletivamente.

Parágrafo único. No caso de destituição de metade mais um dos diretores, o CONGRESSO previsto neste artigo deverá eleger uma diretoria provisória e convocar eleições num prazo de noventa (90) dias.

**Art. 43.** Em caso de vacância de toda a DIRETORIA, o CONAD convocará, num prazo de trinta (30) dias a partir da data da vacância, um CONGRESSO Extraordinário para eleição de uma DIRETORIA PROVISÓRIA que completará o mandato anterior.

<sup>5[9]</sup> Alteração procedida no XIV Congresso do ANDES-SN.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS SEÇÕES SINDICAIS OU ADS-SEÇÕES SINDICAIS**

**Art. 44.** A SEÇÃO SINDICAL (S.SIND) ou AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-S.SIND) é a menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º. A S.SIND ou AD-S.SIND possui regimento próprio aprovado pela Assembléia Geral dos docentes a ela vinculados, respeitado o presente Estatuto.

§ 2º. A S.SIND ou AD-S.SIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites deste Estatuto.

**Art. 45.** A constituição de uma S.SIND será homologada mediante apresentação das atas das assembleias gerais que, convocadas especificamente para este fim, com ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 70, parágrafo único), propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com este Estatuto.

§ 1º. A realização da Assembléia Geral deve ser previamente comunicada ao Vice-Presidente Regional da respectiva Região de modo a possibilitar o seu acompanhamento.

§ 2º. O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma S.SIND, ad referendum do CONGRESSO, atendidas as exigências previstas no caput deste artigo.

§ 3º. O CONGRESSO ou o CONAD, ad referendum do CONGRESSO, apreciará a revogação da homologação de constituição de S.SIND ou AD-S.SIND se esta deixar de repassar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, por prazo igual ou superior a seis (6) meses.

**Art. 46.** As alterações nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs serão homologadas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD, ad referendum do CONGRESSO, que verificará exclusivamente sua compatibilidade com este Estatuto.

**Art. 47.** São atribuições da S.SIND ou AD-S.SIND:

- I - sindicalizar os docentes de sua jurisdição ao ANDES-SINDICATO NACIONAL;
- II - representar e defender perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais e individuais da categoria docente de sua jurisdição nas questões que lhes sejam específicas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 35;
- III - fixar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição territorial destinada ao seu custeio nos termos do seu regimento;
- IV - receber e repassar à Primeira Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL as contribuições financeiras estabelecidas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD.

Parágrafo Único - O regimento da S.SIND ou AD-S.SIND estabelece, dentro dos limites deste Estatuto outras atribuições, entre elas, aquisição, administração e destinação de seu patrimônio, eleição de seus diretores e respectivos processos eleitorais.

**Art. 48.** A S.SIND ou AD-S.SIND tem como instância deliberativa máxima a Assembléia Geral dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL vinculados à sua jurisdição territorial.

Parágrafo único: Por jurisdição territorial compreende-se uma Instituição de Ensino Superior.

**Art. 49.** O regimento da S.SIND ou AD-S.SIND pode estabelecer outros órgãos deliberativos ou executivos, além da Assembléia Geral e Diretoria.

Parágrafo único. A S.SIND ou AD-S.SIND elege sua Diretoria pelo voto secreto e universal dos sindicalizados a ela vinculados e em pleno gozo de seus direitos.

**Art. 50.** As S.SINDs ou ADs-S.SINDs estão subordinadas às suas respectivas Assembleias Gerais para assinatura de acordos, convênios ou contratos de trabalho, podendo a Assembléia delegar à DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL a sua assinatura.

## TÍTULO IV

### DAS ELEIÇÕES

**Art. 51.** A eleição da DIRETORIA é convocada para o mês de maio dos anos pares pelo Presidente em exercício, com pelo menos noventa (90) dias de antecedência, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.

§ 1º. A eleição da DIRETORIA dá-se pelo voto secreto e universal dos sindicalizados da Entidade em suas respectivas IES.

§ 2º. Não sendo convocada eleição dentro do prazo previsto no caput deste artigo, cabe ao CONAD convocá-la no máximo trinta (30) dias após este prazo ter se esgotado.

**Art. 52.** O CONGRESSO anterior à data da realização das eleições elabora o regimento e elege uma comissão eleitoral que é responsável pelo processo, de acordo com o previsto neste Estatuto.

**Art. 53.** São condições para participar das eleições:

I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado;

II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar;

III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no art. 10, inciso II, deste Estatuto.

Parágrafo único. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva.

**Art. 54.** Os candidatos deverão compor chapas que serão registradas por ocasião do CONGRESSO ordinário imediatamente anterior à data de realização das eleições.

§ 1º. Durante o CONGRESSO, o registro de chapa(s) é procedido mediante a apresentação de manifesto e dos candidatos a Presidente, Secretário-Geral e Primeiro-Tesoureiro.

§ 2º. A(s) chapa(s) deverá(ão) registrar os candidatos aos demais cargos até trinta (30)<sup>6[10]</sup> dias após o encerramento do CONGRESSO.

**Art. 55.** É proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, sendo empossada como DIRETORIA eleita num prazo de até quarenta e cinco (45) dias após a data da realização das eleições, durante o CONAD.

## TÍTULO V

### DO PATRIMÔNIO E FINANÇAS

#### CAPÍTULO I

#### DA AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE

**Art. 56.** O patrimônio do ANDES-SINDICATO NACIONAL é constituído de:

I - bens imóveis que o ANDES-SINDICATO NACIONAL possui e/ou venha a adquirir;

II - móveis e utensílios;

III - doações e legados recebidos com especificações para o patrimônio.

**Art. 57.** A aquisição, alienação ou aceitação de doações de bens imóveis e títulos de valores mobiliários, classificados como investimentos de caráter permanente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, só poderão ser efetuadas com aprovação do CONGRESSO, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 47.

<sup>6[10]</sup> Alteração procedida no XV Congresso da ANDES-SN.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo, as aquisições de móveis e utensílios e de títulos de valores mobiliários caracterizados como investimentos transitórios, que podem ser efetuados por deliberação da DIRETORIA.

**Art. 58.** Os bens patrimoniais do ANDES-SINDICATO NACIONAL não respondem por execuções resultantes de multas eventualmente impostas à Entidade por razão de dissídio coletivo de trabalho ou qualquer outro tipo de ação judicial.

## **CAPÍTULO II**

### **DA RECEITA E DAS DESPESAS**

**Art. 59.** A receita do ANDES-SINDICATO NACIONAL é classificada em ordinária e extraordinária:

I - constituem a receita ordinária:

- a) o produto das contribuições financeiras dos sindicalizados;
- b) os juros provenientes de depósitos bancários realizados pelo ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como de títulos incorporados ao patrimônio;
- c) a renda dos imóveis, dos bens e valores de propriedade do ANDES-SINDICATO NACIONAL, quando possuir;
- d) a renda de doações feitas ao ANDES-SINDICATO NACIONAL.

II - constituem a receita extraordinária:

- a) as subvenções de qualquer natureza;
- b) as multas e rendas eventuais;
- c) as contribuições financeiras provenientes de cláusula inserida em Acordo ou Convenção Coletivos de Trabalho ou em sentença normativa da Justiça do Trabalho, conforme decisão das Assembléias Gerais de cada AD-S.SIND.

Parágrafo único. Da contribuição financeira prevista na alínea "c" do inciso II deste artigo, o CONGRESSO fixa anualmente porcentagem, nunca superior a quarenta por cento (40%), a ser enviada para a Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Art. 60.** A deliberação sobre os relatórios financeiros, prestação de contas e previsões orçamentárias do ANDES-SINDICATO NACIONAL dar-se-á da seguinte forma:

I – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o primeiro semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza no segundo semestre do ano anterior, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

II – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o segundo semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano em curso, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

III – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao primeiro semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do mesmo ano, para exame e deliberação;

IV – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao segundo semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano seguinte, para exame e deliberação.

## TÍTULO VI

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 61.** Os membros da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL assim como os da DIRETORIA das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, efetivos e suplentes, gozarão de estabilidade sindical, conforme o disposto no inciso VIII do art. 8º da Constituição Federal.

**Art. 62.** Os membros da DIRETORIA que representarem a Entidade em transações que envolvam responsabilidades primárias não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.

**Art. 63.** Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responderá subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.

**Art. 64.** Os membros da DIRETORIA não recebem remuneração pelas atividades que desempenham no ANDES-SINDICATO NACIONAL, ressalvado o ressarcimento de despesas feitas para o desempenho das atividades sindicais, bem como eventual ônus de liberação de Diretor(es), pela categoria, aprovado em CONAD ou CONGRESSO.

**Art. 65.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá filiar-se a organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos no presente Estatuto, desde que a filiação seja aprovada em CONGRESSO em cuja pauta deverá constar esta matéria.

**Art. 66.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, parágrafo único, IV.

Parágrafo único. No caso de dissolução, o destino dos bens do ANDES-SINDICATO NACIONAL será definido pelo CONGRESSO que o dissolver.

**Art. 67.** As contribuições dos sindicalizados são reconhecidas como contribuições ao ANDES-SINDICATO NACIONAL e devem ser repassadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs, consideradas depositárias fiéis, à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Art. 68.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL luta contra toda taxa compulsória sindical não deliberada nas suas instâncias competentes.

Parágrafo único. Toda taxa compulsória, referida neste artigo, recebida pela Entidade, deverá ser devolvida àqueles de quem foi descontada, na forma definida pelo CONGRESSO.

**Art. 69.** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo CONGRESSO.

## TÍTULO VII

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 70.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-S.SINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o 22º<sup>7(11)</sup> CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-S.SINDs, deverão, até o 22º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

<sup>7(11)</sup> Alteração procedida no XIV Congresso da ANDES-SN; por deliberação do XIX Congresso da ANDES-SN (Juiz de Fora), ficou prorrogado até o XX Congresso, o processo de transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais.

**Art. 71.** Fica prorrogada até o 22º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.<sup>8[12]</sup>

**Art. 72.** O 21º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 22º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.<sup>9[13]</sup>

Parágrafo único – Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimos por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que será usado na compra da Sede do Sindicato.

**Art. 73.** Os termos do art. 60 entrarão em vigor a partir do 44º CONAD, inclusive.

Parágrafo Único. O 44º CONAD deliberará sobre os relatórios financeiros e prestações de contas do ano de 2001, aprovará provisoriamente o orçamento do primeiro semestre de 2002 e aprovará provisoriamente o orçamento de 2003.

**Art. 74.** A Diretoria do ANDES-SN deverá submeter ao 22º CONGRESSO proposta de Regimento das Secretarias Regionais compatibilizando-o com as alterações aprovadas no presente Estatuto.

---

<sup>8[12]</sup> Alteração procedida no XIX (Juiz de Fora) Congresso da ANDES-SN: "... fica prorrogada até o XX Congresso a possibilidade de alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscrito, ...". O XIV Congresso da ANDES-SN havia realizado a seguinte alteração: "Fica prorrogada até o XV Congresso a possibilidade de alteração, desde que aprovados por cinquenta por cento mais um (50% + 1) dos delegados nele inscritos, suspensas, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21 (vinte e um)". Agora, prevalece a alteração mais recente.

<sup>9[13]</sup> Artigo acrescentado pelo XIX (Juiz de Fora) Congresso da ANDES-SN estabelecendo o prazo para o XX Congresso. Propomos a alteração no Art. 72.

## APENSO

*Resumo das Alterações Estatutárias Aprovadas no IX CONGRESSO (Londrina, 1990), X CONGRESSO (Curitiba, 1991), no XI CONGRESSO (Cuiabá, 1992), XII CONGRESSO (Manaus, 1993), XIII CONGRESSO (Viçosa, 1994), XIV CONGRESSO (Brasília, 1995), XV CONGRESSO (Santa Maria, 1996), XVI CONGRESSO (João Pessoa, 1997), XVII CONGRESSO (Porto Alegre, 1998), XVIII CONGRESSO (Fortaleza, 1999) e XIX CONGRESSO (Juiz de Fora).*

### LONDRINA - 1990

Art. 15 - Inciso VII

Após a palavra "Sindicais", foi incluída a expressão "ou revogar sua homologação".

Art. 15

Inclusão de um novo Inciso, o X, com a seguinte redação: "Referendar as alterações verificadas nos Regimentos das ADS SEÇÕES SINDICAIS, observado o disposto no Art. 45".

Art. 16 - Parágrafo Único

Após a palavra "efetivos", foi incluída a expressão " ou em exercício".

Art. 23 - Inciso XI

Após "Homologar a constituição das ADS SEÇÕES SINDICAIS", foi incluído "ou as alterações nos seus Regimentos".

Art. 25 - Parágrafo Único

Após a palavra "efetivos", foi incluído "ou em exercício".

Art. 30 - Inciso XI

Substituição da redação aprovada no II Congresso Extraordinário: "Deliberar sobre a efetivação provisória ou permanente de diretores suplentes" pela seguinte redação " Conferir aos suplentes, em caráter eventual ou permanente, atribuições que atendam às necessidades de trabalho da ANDES SINDICATO NACIONAL e deliberar sobre a efetivação provisória ou permanente de diretores suplentes".

Art. 32 - Parágrafo 3º

Após a palavra "CONGRESSO", foi incluído "excetuados os Secretários e Tesoureiros Regionais, bem como seus Suplentes".

Art. 44 - Parágrafo 2º

Após " o CONAD", foi acrescentado "ou a DIRETORIA".

Art. 44

Inclusão de um novo parágrafo, com a seguinte redação: Parágrafo 3º - O CONGRESSO ou o CONAD, ad referendum do CONGRESSO, apreciará a revogação da homologação de constituição de AD SEÇÃO SINDICAL se esta deixar de repassar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição à Tesouraria da ANDES SN, por prazo igual ou superior a seis (06) meses".

Acréscimo de Artigo após o Art. 44

Aprovado novo Art. após o Art. 44, com a seguinte redação: Art. ... - As alterações nos Regimentos das ADS SSIND serão homologados pelo CONGRESSO ou pelo CONAD, ad referendum do CONGRESSO, que verificará exclusivamente sua compatibilidade com o Estatuto".

Art. 45 - Acréscimo de Incisos

a) Incluído o Inciso III com a seguinte redação: "Representar, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais e individuais dos sindicalizados de sua jurisdição, nas questões que lhes sejam específicas".

b) Incluído o Inciso IV com a seguinte redação: "Receber e repassar à 1ª Tesouraria as contribuições financeiras estabelecidas pelo CONGRESSO ou CONAD".

Art. 51 - Acréscimo de Inciso III

Foi incluído o Inciso III com a seguinte redação : "Estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no Art. 10, Inciso II deste Estatuto".

Art. 75 - Alteração redacional.

Redação original: O II CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO reconhece e dá prerrogativas de ADS SEÇÕES SINDICAIS da ANDES SINDICATO NACIONAL a todas as Associações de Docentes (AD's) filiadas à ANDES até a data de aprovação deste Estatuto, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem em contrário.

Parágrafo 1º - As AD's a que se refere o caput deste Artigo, para se constituírem em ADS SEÇÕES SINDICAIS deverão aprovar seus Regimentos e encaminhar Atas das Assembléias Gerais convocadas para este



fim, para homologação até o CONGRESSO Ordinário de 1990, quando serão reavaliadas as situações existentes.

Parágrafo 2º - As Diretorias das AD's filiadas à ANDES até o II CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO são reconhecidas como Diretorias das respectivas ADS SEÇÕES SINDICAIS.

IX CONGRESSO ampliou até o X CONGRESSO o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Art. 75.

Art. 81 - Alteração redacional

Redação original:

O VIII CONGRESSO reconhece e dá prerrogativas de AD SEÇÃO SINDICAL às ADs que, já existentes quando de sua realização, não sendo filiadas à ANDES até o II CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO, o requeiram até o XX CONAD, obedecendo às seguintes condições:

I - Façam acompanhar o requerimento de seus Estatutos e Ata da Assembléia Geral que tenha deliberado pela solicitação;

II - Tenham o requerimento aprovado em CONGRESSO ou nos XIX ou XX CONAD, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Parágrafo Único - Aplica-se às Associações Docentes que trata o caput deste Artigo o disposto no Art. 75, Inciso I, deste Estatuto.

O IX CONGRESSO ampliou até o X CONGRESSO o disposto no caput, Incisos e Parágrafo Único deste Artigo.

Art. 82 - Alteração redacional

Redação Original: Com vistas à participação no XIX e XX CONAD, bem como no IX CONGRESSO e em eventuais CONAD's ou CONGRESSOS extraordinários que sejam convocados até fevereiro de 1990, os Vice Presidentes Regionais convocarão, até quinze (15) dias antes dos referidos eventos, Assembléias Gerais dos sindicalizados via Vice Presidências Regionais, para:

I - Discussão do temário do evento em questão, e

II - Escolha dos delegados de acordo com o previsto no Inciso III do Art. 16 deste Estatuto.

O IX CONGRESSO ampliou, até fevereiro de 1991, o prazo disposto no caput do Artigo 82.

Art. 83 - Alteração redacional

Redação original: Os delegados de base das ADS SEÇÕES SINDICAIS ao IX CONGRESSO (1990) serão eleitos na seguinte proporção cumulativa:

I - Até 500 associados, 1 delegado por conjunto de 100 ou fração;

II - de 501 a 1000 associados, 1 delegado por conjunto de 250 ou fração, e

III - A partir do milésimo primeiro associado, 1 delegado por conjunto de 500 ou fração.

Parágrafo Único - O disposto no caput deste Artigo aplica-se aos CONGRESSOS extraordinários porventura convocados até a realização do IX CONGRESSO.

O IX CONGRESSO estendeu, até o X CONGRESSO, o disposto no caput, Incisos e Parágrafo Único deste Artigo.

Art. 84 - Alteração redacional

Redação original: As alterações do presente Estatuto, referidas no Inciso I do Parágrafo 1º do Art. 20, serão, no IX CONGRESSO ou em CONGRESSO extraordinário que o anteceda, aprovadas por cinquenta por cento mais um (50% + 01) dos delegados inscritos nos referidos CONGRESSOS.

O IX CONGRESSO estendeu, até o X CONGRESSO ou CONGRESSO extraordinário que o anteceda, o disposto neste Artigo.

### **CURITIBA - 1991**

Art. 15 - Inclusão de novo Inciso, com a seguinte redação:

Inciso XI - Criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

Art. 32 - Nova redação ao Parágrafo 3º

Parágrafo 3º - É vedada a participação de membros da Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL, efetivos ou suplentes em exercício, como Delegados ao CONAD e ao CONGRESSO e como representantes de ADS SSIND ou de sindicalizados via Vice Presidência Regional, a reuniões das Setoriais, excetuados os Secretários e Tesoureiros Regionais, bem como seus suplentes.

Art. 76 - Alteração redacional

Ampliação do prazo até o XI CONGRESSO (1992) do disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Art. 76.

Art. 82 - Alteração Redacional

Ampliação do prazo até o XI CONGRESSO (1992) do disposto no Art. 82 e seus Parágrafos.

Art. 83 - Alteração redacional

Ampliação do prazo até o XI CONGRESSO (1992) do disposto no Art. 83, seus Incisos e Parágrafo Único.

Art. 84 - Alteração redacional

Ampliação do prazo até o XI CONGRESSO (1992) do disposto no Art. 84.

Art. 85 - Alteração redacional

Ampliação do prazo até o XI CONGRESSO (1992) do disposto no Art. 85.

### **CUIABÁ - 1992**

Art. 32 - Alteração redacional

Redação Original: A DIRETORIA é composta de membros efetivos e suplentes assim distribuídos:

I - Cargos da Presidência, em número de três (03): Presidente, Primeiro Vice Presidente e Segundo Vice Presidente;

II - Cargos da Secretaria, em número de três (03): Secretário Geral, Primeiro Secretário e Segundo Secretário;

III - Cargos da Tesouraria, em número de dois (02): Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro;

IV - Vice-Presidentes Regionais, em número de dez (10) representando as seguintes regiões:

a) Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima;

b) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;

c) Nordeste II: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte;

d) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;

e) Centro Oeste: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins;

f) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;

g) Rio de Janeiro;

h) São Paulo;

i) Sul: Paraná e Santa Catarina, e

j) Rio Grande do Sul

V - Fazem parte ainda da DIRETORIA um Secretário Regional e um Tesoureiro Regional, com seus respectivos suplentes, cujo âmbito de competência e atuação se limita à área de sua Região.

Parágrafo 1º - Os suplentes serão em número de treze (13): um para os cargos da Presidência, um para os cargos de Secretaria, um para os cargos de Tesouraria e um para cada um dos Vice Presidentes Regionais.

Parágrafo 2º - É vedada a acumulação de cargos na DIRETORIA;

Art. 96 - Alteração redacional

O XI CONGRESSO amplia até o XII CONGRESSO (1993) o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Art. 76.

Art. 97 - O XI CONGRESSO amplia até o XII CONGRESSO (1993) o disposto no Art. 82 e seus parágrafos.

Art. 98 - Os delegados de base das ADS SSIND ao XII CONGRESSO ou a CONGRESSO (S) Extraordinário (s) porventura convocado(s) até a sua realização, serão eleitos na mesma proporção prevista no Art. 84

Art. 99 - As alterações no presente Estatuto, referidas no Inciso I do Parágrafo 1º do Art. 21, serão, no XII CONGRESSO ou em CONGRESSO(S) Extraordinário(s) que o anteceda, aprovadas por cinquenta por cento mais hum (50% + 01) dos delegados inscritos no(s) referido(s) CONGRESSO(S).

Art. 100 - Com vistas à participação no XXIV e XXV CONADs, no XXI CONGRESSO e em eventuais CONAD(s) ou CONGRESSO(S) Extraordinário(s) que sejam convocados até a data de realização do XII CONGRESSO, os Vice Presidentes Regionais convocarão, até quinze (15) dias antes do início do Evento, Assembléias Gerais para:

I - Discussão do temário do Evento em questão, e

II - Escolha dos delegados, de acordo com o disposto no Inciso III do Art. 16 e Inciso II d Art. 25 deste Estatuto.

Art. nas Disposições Transitórias com a seguinte redação:

Art. - Em caráter excepcional, o prazo para a inscrição de Chapa(s) para eleição de Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL, gestão 1992/1994, fica prorrogado até o dia 16 de março de 1992.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral Central fazer as alterações pertinentes no Calendário Eleitoral e no Regimento Eleitoral, divulgando-o até o dia 23 de março de 1992.

### **MANAUS - 1993**

#### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Inclusão de Artigo

Art. 103 - Em caráter excepcional, o XII Congresso se realizará no período de 28 de fevereiro a 05 de março de 1993.

#### **TÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Inclusão de artigo

Art. 104 - Ficam prorrogados até o XIII Congresso os prazos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 76; o disposto no Art. 82 e seus parágrafos; no Art. 84; o previsto no Art. 99; o previsto no Art. 100.

#### ***CAPÍTULO III - Da Diretoria da ANDES-SN***

Inclusão de 3º Parágrafo no Artigo 41: Os diretores de Secretarias Regionais substituirão os 2º Vice-Presidentes Regionais nas suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo.

### **VIÇOSA - 1994**

O Congresso de Viçosa consolidou todas as alterações estatutárias acontecidas até então.

### **BRASÍLIA - 1995**

Prorrogou-se o prazo para transformação de ADs em Seção Sindical: Em consonância com o disposto no art. 70 do Estatuto da ANDES-SN, fica prorrogado até o XV Congresso, o processo de transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais

**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO ARTIGO 71 DO ESTATUTO, QUE TRATA DO QUÓRUM PARA ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS EM CONGRESSO.** Em consonância com o disposto no art. 71 do Estatuto da ANDES-SN, fica prorrogado até o XV Congresso a possibilidade de alteração, desde que aprovados com cinquenta por cento mais um (50% + 1) dos delegados neles inscritos, suspensa, até então, da vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21 (vinte e um).

Acréscimo ao artigo 41 do inciso IV, com a renumeração dos incisos IV e V, respectivamente:

art. 41 ( . . . )

( . . . )

IV - convocar Assembléia Geral da categoria dos docentes onde não exista AD Seção Sindical, no âmbito máximo da sua base territorial, por IES isoladamente, ou em grupo:

a) ordinariamente, em vez por ano, com a finalidade de promover a campanha salarial da categoria, , fixando as bases das negociações respeitadas as decisões estabelecidas e aprovadas no CONAD e no Congresso da ANDES-SN;

b) extraordinariamente, sempre que houver fatos de interesse da categoria que justifiquem a convocação;

### **SANTA MARIA - 1996**

Mudança com relação à data prevista no inciso II do art. 54 (cinquenta e quatro).

Art. 54. ( . . . )

( . . . ).

§ 2º. A(s) chapa(s) deverá(ão) registrar os candidatos aos demais cargos até trinta (30) dias após o encerramento do CONGRESSO

Acréscimo à redação dos seguintes artigos Estatutários: 1º, caput, e seu parágrafo único; 5º, incisos I e II; e 8º, § 1º.

**Art. 1º.** A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, criada originalmente pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários, a 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, constituiu-se, a partir do II Congresso Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins de defesa e representação legal dos docentes, **sejam estes de 1º, 2º ou 3º grau**, das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, em

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, com a denominação de ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único. Por Instituição de Ensino Superior entende-se toda universidade, **Centro de Educação Tecnológica**, conjunto de faculdades, faculdade isolada ou ainda campus universitário, sempre definido de acordo com a vontade dos docentes diretamente interessados.

**Art. 5º. (. . .)**

I - congregar e representar os docentes das IES de todo o país, **sejam estes do 1º, 2º ou 3º grau**;  
II - expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político;

**Art. 8º. (. . .)**

§ 1º. Docentes, para efeito deste Estatuto, são os que exercem atividades de magistério, **seja no 1º, 2º ou 3º graus**, nas IES de todo o país.

Alteração do art. 71 (setenta e um) - Fica prorrogado o até o XVI Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos da ANDES-SN, desde que aprovado por cinquenta por cento mais um (50% + 1) dos delegados neles inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

**JOÃO PESSOA - 1997**

Alteração do art. 70 - A ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o XVII CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o XVII CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

Alteração do art. 71 (setenta e um) - Fica prorrogada o até o XVII Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos da ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscrito, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

**PORTO ALEGRE - 1998**

**Art. 70.** A ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o XVIII CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o XVIII CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

**Art. 71.** Fica prorrogada até o XVIII Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos da ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscrito, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

**FORTALEZA - 1999**

Acréscimo de um parágrafo ao artigo 32 após o parágrafo 3º, com a renumeração do parágrafo 4º, respectivamente:

**Art. 32. (. . .)**

(. . .)

§ 4º - As atribuições de responsabilidades a Diretores previstas no parágrafo anterior, bem como outras que vierem a ser criadas, deverão ser regulamentadas em regimento próprio a ser apreciado pelos sindicalizados nos CONGRESSOS da ANDES-SINDICATO NACIONAL

Alteração dos arts. 70 e 71:

**Art. 70.** A ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o XIX CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o XIX CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

**Art. 71.** Fica prorrogada até o XIX Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos da ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscrito, suspensão, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

#### **JUIZ DE FORA – 2000**

Alteração da redação dos arts. 70 e 71 do Estatuto e acréscimo do art. 72:

**Art. 70.** Fica prorrogado até o XX Congresso o processo de transformação das Ads em Seções Sindicais.

**Parágrafo único.** As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o XX CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA as atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local, com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

**Art. 71.** Fica prorrogada até o 20º Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos da ANDES-SINDICATO NACIONAL, desde que ela seja aprovada por mais de 50% dos delegados nele inscritos, suspensão, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do Artigo 21.

**Art. 72.** O 19º Congresso da ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 20º Congresso como prazo final para implantação da política de contribuição dos filiados da ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.

#### **RIO DE JANEIRO – 2001**

Alteração da redação dos arts. 70, 71 e 72 do Estatuto:

**Art. 70.** A ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o XXI<sup>10</sup> CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

**Parágrafo único.** As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o XXI CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA as atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local, com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

**Art. 71.** Fica prorrogada até o 21º Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos da ANDES-SINDICATO NACIONAL, desde que ela seja aprovada por mais de 50% dos delegados nele inscritos, suspensão, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do Artigo 21.

**Art. 72.** O 20º Congresso da ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 21º Congresso como prazo final para implantação da política de contribuição dos filiados da ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.

#### **RIO GRANDE – 2002**

1) Modificação da redação da alínea “a” do inciso IV do art. 32, acrescentando-se mais uma alínea após a “a” e renumerando-se as demais.

2) Supressão do parágrafo 3º do art. 54.

3) Alteração da redação do art. 1.º, substituindo-se a denominação “1º 2º ou 3º graus” por “**da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades**”.

<sup>10</sup> Alteração procedida no XIV Congresso da ANDES-SN; por deliberação do XX Congresso da ANDES-SN (Rio de Janeiro), ficou prorrogado até o XXI Congresso, o processo de transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais.

4) Alteração de redação dos seguintes dispositivos estatutários: parágrafo 3º do art. 8º; inciso IV do art. 13; inciso IX do art. 15; incisos I e II do art. 16; parágrafos 1º e 2º do art. 17; inciso I do art. 25; inciso VI do art. 30; parágrafos 2º e 5º do art. 32; parágrafo único do art. 35; incisos II e IV do art. 41; título do Capítulo IV; parágrafos 1º e 2º do art. 44; parágrafo 3º do art. 45; *caput* do art. 46; *caput* do art. 47 e parágrafo único; *caput* do art. 48; *caput* do art. 49 e seu parágrafo único; *caput* do art. 50; *caput* do art. 61; e *caput* do art. 67; incluindo-se o item “**Seções Sindicais S.SIND**”.

5) É retirada a denominação “**AD**” no art. 45, parágrafo 2º.

6) Fica substituída a denominação “Ads S.SINDs” por “**S.SINDS**” nos seguintes dispositivos estatutários: inciso IV do art. 6º; inciso VI do art. 15; inciso XI do art. 23; inciso II do art. 26; e inciso VI do art. 41.

7) Fica substituída a denominação “1º 2º ou 3º graus” por “**da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades**” nos seguintes dispositivos estatutários: inciso I do art. 5º e parágrafo 1º do art. 8º.

8) Fica substituída a denominação “Vice-presidência Regional” por “**Secretaria Regional**” nos seguintes dispositivos estatutários: parágrafo 3º do art. 8º; inciso III do art. 16; parágrafos 1º e 2º do art. 17; inciso II do art. 25; parágrafo 2º do art. 32; e inciso III do art. 41.

9) Alteração da redação dos seguintes dispositivos estatutários: art. 1º; inciso IX do art. 5º; parágrafo 3º do art. 8º; inciso III do art. 15; inciso IX do art. 30; parágrafos 3º e 5º do art. 32; inciso I do art. 35; inciso IV do art. 37; *caput* do art. 38; inciso VII do art. 39; inciso I do art. 47; *caput* do art. 48; *caput* do art. 50; alínea “d” do inciso I do art. 59; *caput* do art. 61; *caput* do art. 66; *caput* do art. 67; e *caput* do art. 72.

10) Alteração da redação do inciso I do art. 6º e inciso II do art. 47.

11) Alteração da redação do inciso I do art. 18.

12) Alteração da redação do inciso VI do art. 30 e nos incisos do art. 60 .

13) inclusão dos arts. 73 e 74.

14) alteração da redação do parágrafo único do artigo 1.º.

15) inclusão de um parágrafo único ao art. 72,

16) Alteração da redação dos arts. 70, 71 e 72.

17) Os dispositivos estatutários acima listados passam a ter a seguinte redação:

**Art. 1º.** A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, criada originalmente pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários, a 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a partir do II CONGRESSO Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins de defesa e representação legal dos docentes, **sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades**, das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, com a denominação de ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Parágrafo único.** Incluem-se, entre as Instituições de Ensino Superior, os Centros de Educação Tecnológica.

**Art. 5º.**

(...)

**IX** - defender a Educação como um bem público, como uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

**Art. 6º.** Constituem prerrogativas e deveres do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com este Estatuto:

I – representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais de seus sindicalizados, inclusive como substituto processual;

**Art. 8º.** Serão sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL todos os docentes das IES públicas ou privadas, de todo o país, que junto a ele requeiram sua sindicalização.

(...)

§ 3º. A sindicalização far-se-á por intermédio da SEÇÃO SINDICAL (S.SIND) ou da AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-S.SIND), e, nas IES onde esta não existir, por intermédio da Secretaria Regional.

**Art. 15 (...)**

(...)

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

**Art. 18. O CONGRESSO se reúne:**

I - ordinariamente, uma vez por ano, entre o mês de janeiro e a primeira quinzena do mês de março, em local fixado pelo CONGRESSO anterior.

**Art. 30 (...)**

(...)

VI - elaborar relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias semestrais do ANDES-SINDICATO NACIONAL, remetendo-os às S.SIND ou ADs-S.SINDs, até trinta (30) dias antes das reuniões do CONAD que ira examiná-los;

(...)

XI - submeter seu relatório político e financeiro final ao CONAD no qual tome posse a DIRETORIA consecutiva;

**Art. 32 (...)**

(...)

§ 3º. Na primeira reunião da DIRETORIA, serão deliberadas, entre outras, as seguintes atribuições de responsabilidade dos Diretores:

- a) encarregatura de relações internacionais;
- b) encarregatura de imprensa e divulgação;
- c) encarregatura de relações sindicais;
- d) encarregatura de assuntos jurídicos;
- e) encarregatura de assuntos de aposentadoria.

(...)

§ 5º. Devem ser divulgados, para conhecimento imediato das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, os nomes dos diretores aos quais foram atribuídas as responsabilidades constantes do § 3º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA.

**Art. 35. (...)**

(...)

I - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL em juízo ou fora dele, inclusive na qualidade de substituto processual, podendo delegar poderes a outro diretor, nos termos do artigo 6º, incisos I e II;

**Art. 37. (...)**

(...)

IV - coordenar, em âmbito nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Secretários Regionais.

**Art. 38.** Compete aos Secretários, pela ordem, assumir a Secretaria Geral, no caso de falta e/ou impedimento do Secretário-Geral.

**Art. 39 (...)**

(...)

VII - coordenar, em âmbito nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Tesoureiros Regionais.

**Art. 47. São atribuições da S.SIND ou AD-S.SIND:**

I - sindicalizar os docentes de sua jurisdição ao ANDES-SINDICATO NACIONAL;

II - representar e defender perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais e individuais da categoria docente de sua jurisdição nas questões que lhes sejam específicas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 35;

**Art. 48.** A S.SIND ou AD-S.SIND tem como instância deliberativa máxima a Assembléia Geral dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL vinculados à sua jurisdição territorial;

**Art. 50.** As S.SINDs ou ADs-S.SINDs estão subordinadas às suas respectivas Assembléias Gerais para assinatura de acordos, convênios ou contratos de trabalho, podendo a Assembléia delegar à DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL a sua assinatura.

**Art. 59. (...)**

I - (...)

(...)

d) a renda de doações feitas ao ANDES-SINDICATO NACIONAL;

**Art. 60.** A deliberação sobre os relatórios financeiros, prestação de contas e previsões orçamentárias do ANDES-SINDICATO NACIONAL dar-se-á da seguinte forma:

I – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o primeiro semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza no segundo semestre do ano anterior, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

II – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o segundo semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano em curso, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

III – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao primeiro semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do mesmo ano, para exame e deliberação;

IV – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao segundo semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano seguinte, para exame e deliberação.

**Art. 61.** Os membros da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL assim como os da DIRETORIA das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, efetivos e suplentes, gozarão de estabilidade sindical, conforme o disposto no inciso VIII do art. 8º da Constituição Federal.

**Art. 66.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, parágrafo único, IV.

**Art. 67.** As contribuições dos sindicalizados são reconhecidas como contribuições ao ANDES-SINDICATO NACIONAL e devem ser repassadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs, consideradas depositárias fiéis, à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

**Art. 70.** O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o XXII<sup>11</sup> CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

**Parágrafo único.** As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-SSINDs, deverão, até o 22.º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local, com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

**Art. 71.** Fica prorrogada até o 22º Congresso a possibilidade de alteração dos Estatutos da ANDES-SINDICATO NACIONAL, desde que ela seja aprovada por mais de 50% dos delegados nele inscritos, suspensão, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do Artigo 21.

**Art. 72.** O 21º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 22º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente."

**Parágrafo Único:** Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimo por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que será usado na compra da Sede do Sindicato.

**Art. 73.** Os termos do art. 60 entrarão em vigor a partir do 44º CONAD, inclusive.

**Parágrafo Único.** O 44º CONAD deliberará sobre os relatórios financeiros e prestações de contas do ano de 2001, aprovará provisoriamente o orçamento do primeiro semestre de 2002 e aprovará provisoriamente o orçamento de 2003

<sup>11</sup> Alteração procedida no XIV Congresso da ANDES-SN; por deliberação do XX Congresso da ANDES-SN (Rio de Janeiro), ficou prorrogado até o XXI Congresso, o processo de transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais.



**Art. 74:** A Diretoria do ANDES-SN deverá submeter ao 22º CONGRESSO proposta de Regimento das Secretarias Regionais compatibilizando-o com as alterações aprovadas no presente Estatuto.

Roberto Leher  
Presidente

Edmundo Dias  
Secretário Geral

Claudio Santos  
OAB/DF nº 10.081

## NORTE I

### **ADUA SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas*

Rua Afonso Pena, 1053-A Centro - Bairro : Praça 14 de Janeiro

MANAUS-AM - 69020-160

**E-mail(s): [aduass@horizon.com.br](mailto:aduass@horizon.com.br)**

**Home Page: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)**

### **ADUFAC SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Acre*

Prédio da Biblioteca KM 05 BR 364 - Campus Universitário

RIO BRANCO-AC - 69915-900

**E-mail(s): [adufac@ufac.br](mailto:adufac@ufac.br)**

### **ADUNIR SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Fundação Universidade Fed. de Rondônia*

PORTO VELHO-RO - 78900-970

**Caixa Postal: 356**

**E-mail(s): [adunir@unir.br](mailto:adunir@unir.br)**

### **SEDUF-RR SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Fed. de Roraima*

BR. 174 Campus do Paricarama, s/n Jardim Floresta Bloco 4 Sala 465 - Caixa Postal, 292

BOA VISTA-RR - 69304-650

**E-mail(s): [sesduf@technet.com.br](mailto:sesduf@technet.com.br)**

### **SINDUTAM-SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Tecnologia da Amazônia*

Presidente Luiz Antônio - Av. Darcy Vargas, 1.200 - Bairro Parque Dez

MANAUS-AM - 69057-021

## NORTE II

### **ADFCAP SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Fac. C. Agrárias do Pará*

Av. Presidente Tancredo Neves s/nº Terra Firme

BELÉM-PA - 66077-530

**E-mail(s): [adfcap@amazon.com.br](mailto:adfcap@amazon.com.br)**

**ADUFPA SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. do Pará*

Rua Augusto Corrêa, n 01 - Campus Universitário do Guamá s/no – Setor Recreação

BELEM-PA - 66075-110

Caixa Postal: 8601

E-mail(s): [adufpa@amazon.com.br](mailto:adufpa@amazon.com.br)

Home Page: [www.amazon.com.br/~adufpa](http://www.amazon.com.br/~adufpa)

**SINDUEPA (E)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará*

Av. José Bonifácio – Passagem Pedreirinha, Nº 132 - Entre a R. Silva Castro e a R. Barão do

Igarapé Mirim - Bairro do Guamá

Belém-PA - 66075-620

E-mail(s): [bisin@amazon.com.br](mailto:bisin@amazon.com.br)

**SINDUFAP-SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da UNIFAP*

A/c Prof. Arthur Leandro de Moraes Marosa - Rodovia Juscelino Kubitschek Km 2 – Cx. Postal

261

MACAPA-AP - 68906-970

E-mail(s): [sindufap@iq.com.br](mailto:sindufap@iq.com.br)

**NORDESTE I**

**ADCESP SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes do Centro de Ens. Sup. do Piauí*

Rua João Cabral s/nº - Bairro Pirajá

TERESINA-PI - 64000-030

**ADUFC SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará*

Av. Da Universidade - 2346 - Bairro Benfica

FORTALEZA-CE - 60020-180

E-mail(s): [secretaria@adufc.org.br](mailto:secretaria@adufc.org.br) / [adufc@andes.org.br](mailto:adufc@andes.org.br)

Home Page: [www.adufc.org.br](http://www.adufc.org.br)

**ADUFPI SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. do Piauí*

Av. Petrônio Portela 391 Bairro Iningá

TERESINA-PI - 64003-600

E-mail(s): [adufpi@webone.com.br](mailto:adufpi@webone.com.br)

Home Page: [www.ufpi.br/~adufpi](http://www.ufpi.br/~adufpi)

**ADUNIFOR SEÇÃO SINDICAL (P)**

*Associação dos Docentes da Universidade de Fortaleza*

Campus Universitário de Fortaleza - Av. Washington Soares nº 1321 Bloco P Sala Nº P-06 -

Bairro Edson Queiroz

FORTALEZA-CE - 60811-341

E-mail(s): [adunifor@mcenet.com.br](mailto:adunifor@mcenet.com.br)

**APRUMA SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação de Profs. da Universidade do Maranhão*

Caixa Postal 879 - Área de Vivência - Campus Universitário do Bacanga

SÃO LUÍS-MA - 65001-970

E-mail(s): [apruma@elo.com.br](mailto:apruma@elo.com.br)

**SINDCEFET-PI - SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes do CEFET-PI*

Rua Álvaro Mendes nº 1597 - Praça da Liberdade, Sala nº C1 - 09

Teresina-PI - 64000-040

Home Page: [www.cefetpi.br](http://www.cefetpi.br)

**SINDIUVA - SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)*

Ainda não comunicado

Sobral-CE - XXXX

**SINDUECE - SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Seção Sindical do ANDES na Universidade Estadual do Ceará - UECE*

A/C ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE | Rua Juvenal Galeno 334, Salas 1 a 3 Benfica

Fortaleza-CE - 60021-970

Caixa Postal: 12.126

**SINDURCA - SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Seção Sindical dos Docentes da URCA*

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 - (URCA – Corredor da Pedagogia – Pimenta

Crato-CE - 63100-000

E-mail(s): [claudiarejanne@bol.com.br](mailto:claudiarejanne@bol.com.br)

**NORDESTE II**

**ADESA-PE SEÇÃO SINDICAL (M)**

*Seção Sindical dos Doc. Da Autarquia de Ensino Sup. de Arco Verde*

Caixa Postal 033

ARCO VERDE-PE - 56500-000

**ADESB SEÇÃO SINDICAL (E)**

Sítio inhumas, s/n

BELO JARDIM-PE - 55150-000

**ADFURN SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes Fund. Universidade Rio Grande do Norte*

Av. Antônio de Campos 006 - Bairro Costa e Silva

MOSSORÓ-RN - 59625-620

E-mail(s): [adfurn@uol.com.br](mailto:adfurn@uol.com.br)

Home Page: [serv2000.com.br/adfurn](http://serv2000.com.br/adfurn)

**ADUC SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes Universitários de Cajazeiras*

Campus V - Universidade Federal da Paraíba

CAJAZEIRAS-PB - 58900-000

E-mail(s): [aduc@uol.com.br](mailto:aduc@uol.com.br)

**ADUEPB SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba*

Av. Getúlio Vargas, 44 sala 002 - Centro – Caixa Postal 115

CAMPINA GRANDE-PB - 58101-200

E-mail(s): [aduepb@cgnet.com.br](mailto:aduepb@cgnet.com.br)

Home Page: <http://www.cgnet.com.br/~aduepb>

**ADUFCG - SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical da ANDES-SN dos Docentes das Inst. de Ens. Sup.*

Rua Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó – Caixa Postal, 10.018

CAMPINA GRANDE-PB - 58109-970

E-mail(s): [adufbcg@cgnet.com.br](mailto:adufbcg@cgnet.com.br)

**ADUFEPE SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. de Pernambuco*

Caixa Postal, 7.853 - Prédio CCSA - Cidade Universitária

Recife-PE - 50732-970

E-mail(s): [adufepe@adufepe.com.br](mailto:adufepe@adufepe.com.br)

Home Page: [www.adufepe.com.br](http://www.adufepe.com.br)

**ADUFERPE SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Doc. Da Universidade Fed. Rural de Pernambuco*

Rua Dom Manoel de Medeiros s/nº - Dois Irmãos

RECIFE-PE - 52171-030

E-mail(s): [secretaria@aduferpe.org.br](mailto:secretaria@aduferpe.org.br)

Home Page: [www.aduferpe.org.br](http://www.aduferpe.org.br)

**ADUFPB- SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Doc. do Campus I da Universidade Fed. da Paraíba*

Centro de Vivência - Caixa Postal, 5.001 – UFPB

JOÃO PESSOA-PB - 58051-970

E-mail(s): [adufpb@openline.com.br](mailto:adufpb@openline.com.br)

Home Page: <http://www.adufbjp.com.br>

**ADUFPB-PATOS SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. da Paraíba - Patos*

Campus VII UFPB - Bairro Jatobá - Caixa Postal 72

PATOS-PB - 58700-970

E-mail(s): [adufpbpa@cstr.ufcg.edu.br](mailto:adufpbpa@cstr.ufcg.edu.br)

**ADUPE SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Seção Sindical dos Doc. Da Fundação da Universidade de Pernambuco*

Rua Arnóbio Marques, 405 - Bairro Santo Amaro

RECIFE-PE - 50100-100

E-mail(s): [adupe@br.inter.net](mailto:adupe@br.inter.net)

**ADURN SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical do Sind. Nac. Docentes Inst. de Ens. Sup. ANDES-SN*  
Setor de Aulas Teóricas II - Campus UFRN - Caixa Postal, 1.501  
NATAL-RN - 59072-970  
E-mail(s): [adurn@summer.com.br](mailto:adurn@summer.com.br)

**ASDESAM SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da ESAM*  
Rua Filgueira Filho, 11- B.Pres. Costa e Silva - Caixa Postal, 137  
MOSSORÓ-RN - 59625-970  
E-mail(s): [asdesam@esam.br](mailto:asdesam@esam.br)

**SINDFAFICA SEÇÃO SINDICAL (P)**

*Seção Sindical dos Docentes da Faculdade de Filosofia de Caruaru*  
Rua Azevedo Coutinho S/Nº - Bairro Petrópolis  
CARUARU-PE - 55030-000  
E-mail(s): [sindfatica@iq.com.br](mailto:sindfatica@iq.com.br)

**NORDESTE III**

**ADUCSAL SEÇÃO SINDICAL (P)**

*Associação dos Docentes da Universidade Católica de Salvador*  
Av. Cardeal da Silva 205 - Federação  
SALVADOR-BA - 40220-140  
E-mail(s): [aducsal@terra.com.br](mailto:aducsal@terra.com.br)

**ADUFAL SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. Alagoas*  
Rua Dr. José de Albuquerque - Porciúncula, 121 - Farol  
MACEIÓ-AL - 57055-020  
E-mail(s): [adufal@uol.com.br](mailto:adufal@uol.com.br)

**ADUFS SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Fed. De Sergipe*  
Did. III - Bl. Adm. Departamental Sl. 195 - Campus Universitário - B. Rosa Elze  
SÃO CRISTÓVÃO-SE - 49100-000  
E-mail(s): [adufs@infonet.com.br](mailto:adufs@infonet.com.br)

**UFRGS**

Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

**ADUFS-BA (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Est. de Feira de Santana*  
Caixa Postal, 435 - BR 116 Km 03 - Campus Universitário da UEFS Sala MT-45  
FEIRA DE SANTANA-BA - 44001-790  
E-mail(s): [adufs@uefs.br](mailto:adufs@uefs.br)

**ADUNEB SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia*  
Estrada das Barreiras s/no - Cabula  
Salvador-BA - 41150-350  
E-mail(s): [aduneb@atarde.com.br](mailto:aduneb@atarde.com.br)

**ADUSB (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Est. Sudoeste da Bahia*  
Caixa Postal, 95 - Estrada do Bem Querer - Km 4  
VITÓRIA DA CONQUISTA-BA - 45100-000  
E-mail(s): [adusb@uesb.br](mailto:adusb@uesb.br)

**ADUSC SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes da Univ. de Santa Cruz Seção Sindical*  
KM 16 Rodovia Ilhéus-Itabuna 435  
ILHÉUS-BA - 45650-000  
E-mail(s): [adusc@uesc.br](mailto:adusc@uesc.br)

**APUB SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Professores da Universidade Federal da Bahia*  
Rua Padre Feijó, 49 – Canela  
Salvador-BA - 40110-170  
E-mail(s): [apub@apub.org.br](mailto:apub@apub.org.br)  
Home Page: <http://www.apub.org.br>

**APUNI SEÇÃO SINDICAL (P)**

Rua Princesa Isabel, 82 - Centro  
IBICARAÍ-BA - 45745-000



## **SINDFUNESA SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN (E)**

*Seção Sindical dos Docentes da FUNESA*

A/C Prof. Washington Viana Rua Governador Luis Cavalcante s/n Bairro Cruzeiro  
Arapiraca-AL - 57312-000

## **LESTE**

### **ADFMTM SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Fac. Med. Triângulo Mineiro*

Av. Getúlio Gualita, s/nº

UBERABA-MG - 38025-440

E-mail(s): [adfmtmssind@mednet.com.br](mailto:adfmtmssind@mednet.com.br)

### **ADFUNREI SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Fund. Ens. Sup. São João Del Rey*

Praça Frei Orlando nº 170 - Centro

SÃO JOÃO DEL REY-MG - 36307-352

E-mail(s): [adfunrei@funrei.br](mailto:adfunrei@funrei.br)

### **ADUFES SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Inst. de Ensino Superior - ANDES-SN*

Av. Fernando Ferrari, s/nº - Campus Goiabeiras

Vitória-ES - 29060-970

Caixa Postal: 01-9027 Ag.UFES

E-mail(s): [adufes@veloxmail.com.br](mailto:adufes@veloxmail.com.br)

### **ADUFLA SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Lavras*

Recinto da ESAL, s/nº ou Campus Velho da ESAL - Caixa Postal, 37

LAVRAS-MG - 37200-000

E-mail(s): [adufila@ufla.br](mailto:adufila@ufla.br)

### **ADUFOP SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. de Ouro Preto*

Ginásio Poliesportivo da UFOP - Campus Universitário, S/N – Morro do Cruzeiro

Ouro Preto-MG - 35400-000

E-mail(s): [adufop@barroco.com.br](mailto:adufop@barroco.com.br)

**ADUFU SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia*  
Rua Nelson de Oliveira, 711 - Bairro Santa Mônica - Caixa Postal 104  
UBERLÂNDIA-MG - 38412-970

E-mail(s): [adufu@triang.com.br](mailto:adufu@triang.com.br)

Home Page: <http://www.adufu.com.br>

**ADUNIMONTES SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros*  
Av. Rui Braga s/no Campus Universidade FADEC - Bairro Todos os Santos - Caixa Postal, 13  
MONTES-CLAROS-MG - 39401-089

E-mail(s): [adumonte@uai.com.br](mailto:adumonte@uai.com.br)

**APESJF SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical do Sind. Nac. dos Doc. Inst. de Ens. Sup. - ANDES-SN*  
Av. Getúlio Vargas 763-A - Centro  
Juiz de Fora-MG - 36013-011

E-mail(s): [apesjf@artnet.com.br](mailto:apesjf@artnet.com.br)

**APROEFEI SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Escola Fed. de Eng. de Itajubá*  
Rua Cel. Renno 0 7 – Centro – Caixa Postal 1002  
Itajuba-MG - 37500-050

E-mail(s): [aproefei@projosom.com.br](mailto:aproefei@projosom.com.br)

Home Page: <http://www.aproefei.org.br>

**APUBH SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical do Sind. Nac. dos Docentes das Ins. de Ens. Sup. na Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG*  
Rua Arthur Itabirano nº70 Bairro São José (Pampulha)  
Belo Horizonte-MG - 31275-020

Home Page: <http://www.apubh.org.br>

**ASPUV SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa*  
Rua Benjamin Araújo, 56 - 10 Andar  
VIÇOSA-MG - 36570-000

E-mail(s): [aspuv@aspuv.org.br](mailto:aspuv@aspuv.org.br)

Home Page: <http://homenet.com.br/aspuv/>

**SINDCEFET-MG (F)**

*Seção Sindical dos Docentes do CEFET-MG*  
Rua Joaquim Nabuco, 10 - Bairro Nova Suíça  
Belo Horizonte-MG - 30480-590  
E-mail(s): [adcefet@task.com.br](mailto:adcefet@task.com.br)

**SINDEFOA SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas*  
Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas Departamento de Análise Clínica A/C prof.  
Selmo de Ávila Lima Rua gabriel Monteiro da Silva, 714  
Alfenas-MG - 37130-000

**SINDUNIT SEÇÃO SINDICAL (P)**

*Seção Sindical dos Docentes da UNIT – Centro Univ. do Triângulo*  
Rua Tobias Inácio nº 230 - Bairro Lídice  
UBERLÂNDIA-MG - 38400-150  
E-mail(s): [sindunit@bol.com.br](mailto:sindunit@bol.com.br)

**PLANALTO**

**ADCAC SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes do Campus de Catalão - UFG*  
a/c Marcelo Mendonça - UFG Campus de Catalão  
CATALÃO-GO - 75000-000  
E-mail(s): [adcac@innet.com.psi.br](mailto:adcac@innet.com.psi.br)

**ADCAJ SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes do Campos Avançado de Jataí*  
Rua Riachuelo, 1.530 - Setor Samuel Grahan – Caixa Postal 232  
JATAÍ-GO - 75800-000

**ADUFG SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás*  
9ª Avenida n. 193 Vila Nova  
Goiania-GO - 74643-080  
E-mail(s): [adufg@adufg.org.br](mailto:adufg@adufg.org.br)  
Home Page: <http://www.adufg.org.br>

**ADUnB SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade de Brasília*

Caixa Postal, 04425 - Prédio Múltiplo Uso Sl. A.1-63

Brasília-DF - 70919-970

E-mail(s): [adunb@yawl.com.br](mailto:adunb@yawl.com.br)

Home Page: <http://www.adunb.org.br>

**SESDFIMES SEÇÃO SINDICAL (M)**

*Seção Sindical dos Docentes da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior na cidade de Mineiros-GO*

R. 22, Esquina com Av. 21, S/N Setor Aeroporto

Mineiros-GO - 75830-000

E-mail(s): [katyasmijanic@cultura.com.br](mailto:katyasmijanic@cultura.com.br)

**SESDUNIANA (E)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Anápolis*

A/C Prof. Nádia Maria Faria Vaz - Av. JK, 146 – Bairro Jundiá

ANÁPOLIS-GO - 75113-610

**SINDCEFET-GO SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes do CEFET-GO, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*

Rua 75, Nº 46 Setor Centro

Goiânia-GO - 74110-055

E-mail(s): [topmendonca@hotmail.com](mailto:topmendonca@hotmail.com) / *a/c profª Celma*

**PANTANAL**

**ADOURADOS SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da universidade Federal de Mato grossodo Sul - Campus Dourados*

Rua João Rosa 1761

Dourados-MS - 79895-070

Caixa Postal: 322

**ADUEMS SEÇÃO SINDICAL (E)**

Estrada Dourados/Itahum Km 11 – Cidade Universitária de Dourados

DOURADOS-MS - 79804-970

E-mail(s): [aduems@bol.com.br](mailto:aduems@bol.com.br)

**ADUFMAT – ROO SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical de Rondonópolis*

Caixa Postal, 022

RONDONÓPOLIS-MT - 78735-901

E-mail(s): [adufmat@terra.com.br](mailto:adufmat@terra.com.br)

**ADUFMAT SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. de Mato Grosso*

Cx. Postal 3520 - Ag. Fernando Corrêa

Cuiabá-MT - 78060-970

E-mail(s): [adufmat@terra.com.br](mailto:adufmat@terra.com.br)

Home Page: <http://www.ufmt.br/adufmat>

**ADUFMS SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical da ANDES-Sindicato Nacional*

Av. Senador Felinto Muller, 559 - Vila Ipiranga

Campo GRANDE-MS - 79080-190

E-mail(s): [adufms@adufms.org.br](mailto:adufms@adufms.org.br)

Home Page: <http://www.adufms.org.br>

**ADUNEMAT SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes da FCESS*

Av. Tancredo Neves, 1093 - Cavahada Caixa Postal 22

Caceres-MT - 78200-000

E-mail(s): [adunemat@vsp.com.br](mailto:adunemat@vsp.com.br)

**SÃO PAULO**

**ADAFSA SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Academia da Força Aérea*

Estrada de Aguaí s/nº - Cx. Postal 1081 - Campo Fontenelli

PIRASSUNUNGA-SP - 13610-970

**ADFMM SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes Da Faculdade de Medicina de Marília*

Av. Monte Carmelo, 800 - Fragata

MARÍLIA-SP - 17519-030

E-mail(s): [ad@famema.br](mailto:ad@famema.br)

**ADUFSCAR SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Fed. De São Carlos*

Caixa Postal, 384 - UFSCAR - Rod. Washington Luís Km 236

São Carlos-SP - 13565-905

E-mail(s): [adufscar@power.ufscar.br](mailto:adufscar@power.ufscar.br)

Home Page: <http://www.adufscar.org.br>

**ADUNESP SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista*

Praça da Sé nº 108 3º andar, Salas 306, 307 e 308

São Paulo-sp - 01001-900

E-mail(s): [adunesp@adunesp.org.br](mailto:adunesp@adunesp.org.br)

Home Page: <http://www.adunesp.org.br>

**ADUNICAMP (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas*

Caixa Postal, 6.158 - Ag. UNICAMP - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo

CAMPINAS-SP - 13081-970

E-mail(s): [adunica@uol.com.br](mailto:adunica@uol.com.br)

Home Page: <http://www.adunicamp.org.br>

**ADUNIFESP SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina*

RUA NAPOLEÃO DE BARROS, 841 VILA CLEMENTINO

São Paulo-SP - 04024-002

E-mail(s): [adunifesp@epm.br](mailto:adunifesp@epm.br)

Home Page: [www.unifesp.br/assoc/adunifesp](http://www.unifesp.br/assoc/adunifesp)

**ADUNIMEP SEÇÃO SINDICAL (P)**

*Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba*  
Rodovia do Açúcar, Km 156 – Campus Taguaral – bloco 4  
PIRACICABA-SP - 13400-911

E-mail(s): [adunimep@uol.com.br](mailto:adunimep@uol.com.br)

Home Page: <http://www.sites.uol.com.br/adunimep>

**ADUSP SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo*  
Av. Prof. Luciano Gualberto Travessa "J" 374 - Pred. Antiga Reitoria Cidade Universitária  
São Paulo-sp - 05508-900

E-mail(s): [adusp@adusp.org.br](mailto:adusp@adusp.org.br)

Home Page: <http://www.adusp.org.br>

**Secretaria Regional São Paulo ()**

**RIO DE JANEIRO**

**ADCEFET-RJ SECAO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes do Centro Fed. Educ. Tecnológica Celso S. Fonseca*

Av. Maracanã, 229 Bl. 'B' - Térreo - Maracanã

Rio de Janeiro-RJ - 20271-110

E-mail(s): [adcefet@domain.com.br](mailto:adcefet@domain.com.br)

**ADUFF SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. Fluminense*

Rua Professor Lara Vilela, 110 - São Domingos

Niteroi-Rj - 24210-590

E-mail(s): [aduff@nitnet.com.br](mailto:aduff@nitnet.com.br)

**ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. do Rio de Janeiro*

Centro de Tecnologia - Bl. 'D' sl. 200 - Cidade Universitária, Ilha do Fundão - Caixa Postal  
68531

Rio de Janeiro-RJ - 21944-970

E-mail(s): [adufjr@civil.ee.ufrj.br](mailto:adufjr@civil.ee.ufrj.br)

Home Page: <http://www.adufjr.org.br>

**ADUNI-RIO SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro*

Rua Voluntários da Pátria, 107

Rio de Janeiro-RJ - 22270-000

E-mail(s): [adunirio@terra.com.br](mailto:adunirio@terra.com.br)

**ADUR-RJ – SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Doc. da Universidade Fed. Rural do Rio de Janeiro*

Caixa Postal, 74537 - Rod. BR 465, Km 47 (Km 47 Est. Rio-São Paulo) – Seropédica

Itaguaí-rj - 23851-970

E-mail(s): [adurri@adur-rj.org.br](mailto:adurri@adur-rj.org.br)

Home Page: <http://www.orbita.starmedia.com/~adurj/>

**ASDUERJ (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Est. do Rio de Janeiro*

Rua São Francisco Xavier, 524 Sl.1026 Bl.'D' - 1º andar - Maracanã

Rio de Janeiro-RJ - 20550-013

E-mail(s): [asduerj@uerj.br](mailto:asduerj@uerj.br)

**SESDUENF SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Norte Fluminense*

Av. Alberto Lamengo nº 2000, Prédio E1, Sala 210 – Horto - Campos dos Goytacazes - RJ

Rio de Janeiro-rj - 28015-620

E-mail(s): [aduenf@censanet.com.br](mailto:aduenf@censanet.com.br)

**SUL**

**ADUEL (E)**

*Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina*

Campus Universitário de Londrina C.C.B - Caixa Postal, 6.001

Londrina-PR - 86051-970

E-mail(s): [aduel@sercomtel.com.br](mailto:aduel@sercomtel.com.br)

Home Page: <http://web.sercomtel.com.br/aduel>

**ADUNIOESTE SEÇÃO SINDICAL (E)**

A/C Prof. Antônio Bosi - Rua Guairá, 1730 – Jardim Pancera

TOLEDO-PR - 85902 - 140

E-mail(s): [bosi@certto.com.br](mailto:bosi@certto.com.br)



**APRUDESC – Seção Sindical dos Professores da UDESC (E)**

*Seção Sindical do Sind. Nac. Doc. das Inst. Ens. Superior*

Rua Tenente Antônio João, Campus univ. Avelino Marcante - s/nº - Centro de Ciências

Tec./UDESC – Bom Retiro

Joinville-SC - 89223-100

E-mail(s): [aprudesc@ieq.com.br](mailto:aprudesc@ieq.com.br)

Home Page: <http://www.aprudesc.hpg.com.br>

**APUFPR SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná*

Rua Alcides Vieira Arcoverde, 1305 - Jardim das Américas

Curitiba-PR - 81520-260

E-mail(s): [apufpr@milenio.com.br](mailto:apufpr@milenio.com.br)

Home Page: <http://www.apufpr.org.br>

**APUFSC SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Professores da Univ. Federal de Santa Catarina*

Blocos Modulados - Campus da UFSC - Trindade

Florianópolis-SC - 88049-193

E-mail(s): [diretoria@apufsc.ufsc.br](mailto:diretoria@apufsc.ufsc.br)

Home Page: <http://www.apufsc.ufsc.br>

**Secretaria Regional SUL - ADUEM ()**

**SINDOCEFET-PR SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes do CEFET-PR*

Av. 7 de setembro 3165 - Centro

Curitiba-PR - 80230-901

E-mail(s): [secretaria@sindocefetpr.org.br](mailto:secretaria@sindocefetpr.org.br)

Home Page: <http://www.sindocefetpr.org.br>

**SINDUEPG SEÇÃO SINDICAL (E)**

*Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa*

A/C Profª Rosângela Petuba Praça Santos Andrade, s/nº, Bloco B

Ponta Grossa-PR - 84010-790

## RIO GRANDE DO SUL

### **ADUFPEL SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas*

Rua Major Cícero de Góes Monteiro, 101

Pelotas-RS - 96015-190

**E-mail(s): [adufpel@ufpel.tche.br](mailto:adufpel@ufpel.tche.br)**

**Home Page: <http://www.ufpel.tche.br/adufpel>**

### **ADUFRGS SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Associação dos Docentes da Universidade Fed. do Rio Grande do Sul*

Rua Otávio Correia nº 45 - Cidade Baixa

Porto Alegre-RS - 90050-120

**E-mail(s): [adufrgs@portoweb.com.br](mailto:adufrgs@portoweb.com.br)**

**Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>**

### **APROFURG SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Rio Grande*

Av. Itália s/no Km 8, Bairro Carreiros

Rio Grande-RS - 96201-900

**E-mail(s): [aprofurg@vetorialnet.com.br](mailto:aprofurg@vetorialnet.com.br)**

**Home Page: <http://www.aprofurg.org.br>**

### **SEDUFSM SEÇÃO SINDICAL (F)**

*Seção Sindical dos Docentes da UFSM - ANDES-SN*

Rua André Marques, 665

Santa Maria-RS - 97010-041

**E-mail(s): [sedufsm@terra.com.br](mailto:sedufsm@terra.com.br)**

**Home Page: <http://www.ufsm.br/sedufsm>**

<b>Gestões&gt;</b> ..... /Cargos\	<b>2000-2002</b>	<b>1998-2000</b>	<b>1996-1998</b>	<b>1994-1996</b>	<b>1992-1994</b>	<b>1990-1992</b>	<b>1988-1990</b>	<b>1986/88</b>	<b>1984/86</b>	<b>1982/84</b>	<b>1981/82</b> (provi- sória)
<b>Presidente</b>	Roberto Leher -ADUFRJ	Renato de Oliveira	Maria Cristina de Moraes	Luiz Henrique Schuch	Márcio Antônio de Oliveira	Carlos Eduardo Malhado Baldijão	Sadi Dal Rosso	Newton Lima Neto	Maria José Feres Ribeiro	Luis Pinguelli Rosa (ADUFRJ- RJ)	Oswaldo de Oliveira Maciel
<b>1º Vice- Presidente</b>	Fernando Molinos Pires Filho – ADUFRGS	Fernando Molinos Pires Filho	Anamaria Beck	Paulo Marcos Borges Rizzo	Paulo Marcos Borges Rizzo	Paulo Marcos Borges Rizzo	Carlos Eduardo Malhado Baldijão	Sydney Solis	Carlos Alberto Ferreira Martins	Flávio Valente (APUB-BA)	Agamenon Tavares de Almeida
<b>2º Vice- Presidente</b>	Maria Lia Silva e Reis – ADUCSaI	Heitor Gaudenci Junior	Sergio Armando Diniz Guerra	Américo Adlai Franco Sansigolo Kerr	Marco Antonio Sperl de Faria	Marco Antonio Sperl de Faria	Maria da Glória Ribeiro da Silva	Luiz Pompeu de Campos	Wolfgang Leo Maar	Aloizio Mercadant e Oliva (APROPU C-SP)	Laurindo Leal Filho
<b>3º Vice- Presidente</b>	Marina Barbosa Pinto – ADUFF	Almir Serra M. Menezes Filho	Fernando Molinos Pires	Edmundo Fernandes Dias	Natanael Rohr da Silva	Natanael Rohr da Silva	Tanira Margarete Piancentini	Oswaldo Maciel	Sadi Dal Rosso	Rubens Pinto Lyra (ADUFPB- JP-PB)	
<b>Secretário Geral</b>	Edmundo Fernandes Dias – ADUNICAMP	Márcio Antônio de Oliveira	Edmundo Fernandes Dias	Silvio Frank Alem	Luiz Paiva Carapeto	Luiz Paiva Carapeto	Silvio Frank Alem	Márcio Antônio de Oliveira	Raul Güenther	Newton Lima Neto (ADUFSC AR-SP)	Luis Pinguelli Rosa
<b>1º Secretário</b>	Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueirêdo – ADUFC	Luiz Paiva Carapeto	Luiz Paiva Carapeto	Valter de Almeida Freitas	Edilamar Rezende	Edilamar Rezende	Vanderli Fava de Oliveira	Antonio Ibanez Ruiz	Sydney Fernandes Solis	Raul Guenther (APUFSC- SC)	Newton Lima Neto
<b>2º Secretário:</b>	Ana Lúcia Barbosa Faria – SINDCEFET	Géria Maria Montanari Franco	Josevaldo Pessoa da Cunha	Angela Maria Ferreira Tygel	Roberto Lopes de Abreu	Roberto Lopes de Abreu	Márcia Serôa da Motta Brandão	Pedro Cecato	Emmanuel Appel	Ubirajara Dores Rebouças (APUB-BA)	Flávio Luiz Schieck Valente
<b>3º Secretário:</b>	Cláudia Gonçalves de Lima – ASDUERJ	Lafaiete Santos Neves	Géria Maria Montanari Franco	Maria de Fátima Felix Rosar	Rosemary Conti	Rosemary Conti	Carlos Peraro Filho	Marco Antonio N. Pereira	Pedro Cecato	Wolfgang Leo Maar (ADUFSC AR-SP)	
<b>1º Tesoureiro:</b>	José Domingues de Godói Filho – ADUFMAT	Solange Bretas	Agamenon Tavares de Almeida	Roberto Lopes de Abreu	Sylvio Quezado de Magalhães	Sylvio Quezado de Magalhães	Marco Antonio Sperl de Faria	Ari Vicente Fernandes	Benedito Tadeu Cesar	Marco Antonio S. Leite (ADUFG- GO)	Mindé Badauy de Menezes
<b>2º Tesoureiro:</b>	Antônio Luiz de Andrade –	Antônio de Pádua	Maria Cristina de Moraes	Agamenon Tavares de	Edna Valim	Edna Valim	Eliane Novato Silva	Renato de Oliveira	José Sérgio	Maria José F. Ribeiro	Francisco José da

<b>Tesoureiro:</b>	ADUNESP		Rodrigues		Almeida	Dan Oliveira Santana	Maria Clóris Magalhães Almeida	Ideo de Castro Moreira	Gabrieli de Azevedo	(APES-JF-MG)	Costa Alves
<b>3º Tesoureiro:</b>	Celi Zülke Taffarel – APUB		Rubens Freire Ribeiro	Solange Bretas	Joana Neves				Pedro Raposo	Moema Soares de Castri (ADUFPB-CG-PB)	
<b>Regional Norte</b>											
<b>1º Vice-Presidente</b>	Vera Lucia Jacob Chaves – ADUFPA		Solange Calcagno Galvão	<b>Raffaele Amazonas Novelino</b>	Clodomir Monteiro da Silva	Ediliza Joana Fontes	Mário /Andrade Cardoso	Silvério Almeida Tundis	José Ribamar Bessa	Zuleide P. Ximenes Ponte (ADUFPA-PA)	Carlos Alverto Tomaz
<b>2º Vice-Presidente</b>	Antônio José Vale da Costa – ADUA		Grauben J.Alves Assis	Solange Calcagno Galvão	Adilson Siqueira de Andrade	Noval Benaion Mello	Humsilka (kika) Maria Oliveira Amorim	Zélia Amador de Deus	Joaquina Barata Teixeira	Malena Torino (ADUA-AM)	
<b>1º Secretário</b>	Berenice Carvalho – ADUA		Cleide Sizo	Carlos Luiz F.da Silva							
<b>2º Secretário</b>	Henrique dos Santos Pereira – ADUA		Carlos Luiz F.Silva	Benedita Maria Gomes Esteves							
<b>1º Tesoureiro</b>	Solange Calcagno Galvão – ADUFPA		Armando S.Alves Filho	Antonio Carlos Witkoski							
<b>2º Tesoureiro</b>	Arnóbio Amanajás Tocantins Neto – ADFCAP		Raffaele A. Novelino	Flávio Batista Sirmão							
<b>Regional Nordeste I</b>											
<b>1º Vice-Presidente</b>	Franci Gomes Cardoso – APRUMA		Ciro Nogueira Filho	Francisco José Pinheiro	Dalton Melo Macambira	Raimundo Moacir Feitosa	Yacy Mendonça de Almeida	Antonio de Pádua Rodrigues	Antonio José Castelo Branco Medeiros	Agamenon P. Almeida (ADUFC-CE)	Amundson Portela de H. Cavalcanti
<b>2º Vice-Presidente</b>	Antônio de Pádua		Maria Célia L. Silva	Antonio de Pádua	Maria Dulce Sousa Castelo	Maria Hercília Mota Coelho	José Neuburgo de	José da Rocha	Maria Delta		

<b>Presidente</b>	Rodrigues – ADUFPI	Silva	Rodrigues	Sousa Castelo	Mota Coelho	Oliveira	Furtado	Furtado Filho	Martins (APRUMA-MA)
<b>1º Secretário</b>	Maria Duice Souza Castelo – ADUFC	Sandoval R. Sena	Évila Brito Ribeiro	Maria Hercília Mota Coelho	Acácio Salvador Veras e Silva				
<b>2º Secretário</b>	Silvana Martins de Araujo – APRUMA	Cristiano Matias Neto	Cândido Augusto Medeiros Junior	Cândido Augusto Medeiros Junior	Elizabeth Maria Bezerra Coelho				
<b>1º Tesoureiro</b>	Iberê Guimarães Aguiar – ADUFC	Yaci Mendonça de Almeida	Yaci Mendonça de Almeida	Francisco Laerte Juvêncio Magalhães	Francisco Laerte Juvêncio Magalhães				
<b>2º Tesoureiro</b>	Maria da Conceição Lobato Muniz - APRUMA	Maria do Socorro C. Machado	Ana Fernandes da Silveira	Sandra Regina Rodrigues dos Santos	Ciro Nogueira Filho				
<b>Regional Nordeste II</b>									
<b>1º Vice-Presidente</b>	Maria Elisabete de Almeida – ADUFPB-JP	Francisco J. Arruda Filho	Rubens Freire Ribeiro	Josevaldo Pessoa da Cunha	Semadã Ribeiro	Maria Luiza Martins Aléssio (Malú)	Rubens Pinto Lyra	Wagner Braga Batista	Sebastião Carneiro (ADURN-RN)
<b>2º Vice-Presidente</b>	Maria Marieta dos Santos Koike – ADUFEPE	Argus V. Almeida	Francisco José de Arruda Filho	Semadã Ribeiro Alves de Azevedo	Maria Cristina de Moraes	Vera Lúcia do Amaral e Silva	Maria Bernadete de Oliveira	Sônia Marques (ADUFEPE)	
<b>1º Secretário</b>	Almir Serra Martins Menezes Filho – ADURN	Ibiraci Maria Fernandes Rocha	Ibiraci Maria Fernandes Rocha	Alexandre Antonio Gili Nader	Zenilde Moreira de Moraes				
<b>2º Secretário</b>	Geraldo Marques Carneiro – ADFURN	Mara B. Nóbrega	Marigia Viana	Romero Antonio Moura Leite	Leôncio Camino				
<b>1º Tesoureiro</b>	Expedito Baracho Júnior – ADUFEPE	Luiz Manoel D. do Nascimento	Luiz Manoel D. do Nascimento	Lindemberg Medeiros de Araujo	Roberto de Araujo Faria				
<b>2º Tesoureiro</b>	Josevaldo Pessoa da Cunha – ADUFPB CG	Maria S. B. Farias	Expedito Baracho Junior	Maria do Carmo Correa Lima	Maria do Socorro Xavier Batista				



<b>2º Secretário</b>	Eunice Maria Godinho Morando – APESJF	Vânia M. L. Moreira	Murilo Cássio Olavier Fahel	Edson Pereira Cardoso	José Astolfo Lopes de Souza								
<b>1º Tesoureiro</b>	Vera Lúcia Tomáz Fróes – APUBH	Lízia M. P. Ramos	José Antonio Armanelli	José Antonio Armanelli	Benjamim de Almeida Mendes								
<b>2º Tesoureiro</b>	José Monserrat Neto – ASPESAL	Wilson G. Acácio	Frederico da Silva aReis	Antonio Liberio de Borba	Solange Bretas								
<b>Regional Planalto</b>													
<b>1º Vice-Presidente</b>	Cláudio Lopes Maia – ADCAC	Miram Bianca A. Ribeiro	Perpétua do Socorro de Mello	Pedro Murrieta Santos Neto	Izaias Pereira da Costa	Nicanor Palhares Sá (ADUFMAT)	Sidney Pimentel	Rosângela Alves Pereira Rodrigues da Silva	Sadi Dal Rosso (ADUNB-DF)	Marco Antonio S. Leite (Reg.Centr o-Oeste)			
<b>2º Vice-Presidente</b>	Fernando Mascarenhas Alves – ADUFG	Eliane M. de Freitas	Maria Zoreide Britto Maia	Vicente de Paula Faleiros	Nivaldo Antonio Nogueira David	Sylvio Quezado de Magalhães (ADUNB)	José Francisco Vianna	Pedro Murrieta	José Avelino 9APUC-GO				
<b>1º Secretário</b>	Marcus Jay Nascimento – ADCAC	Laurindo E. Pedrosa	Maria José da Silva										
<b>2º Secretário</b>	Nádia Maria Farias Vaz - SEDUNIANA	Wagner de M. Ferreira	Rozí Mendes de Melo A. Filha										
<b>1º Tesoureiro</b>	Alcir Horácio da Silva – ADUFG	Enoch J. da Mata	Enoch José da Mota										
<b>2º Tesoureiro</b>	André Luiz dos Santos – ADCAJ	Maria C. Silva	Maria Auxiliadora Cezar										
<b>Regional Pantanal</b>													
<b>1º Vice-Presidente</b>	Carlos Roberto Sanches – ADUFMAT	Roberto Boaventura S. Sá	Hermano José Honório de Melo	Edward Bertholine de Castro	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centro-Oeste)	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centro-Oeste)	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centro-Oeste)	v.Reg.Planalto (Centro-Oeste na época)	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centr o-Oeste)	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centro-Oeste)	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centro-Oeste)	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centro-Oeste)	v.Reg.Planalto (na época: Reg.Centr o-Oeste)







<b>1º Secretário</b>	Maria Suely Soares Leonart – APUFPR	Maria Suely S. Leonart	José Mário Angeli	Albertina Dutra Silva	Doroti Martins					
<b>2º Secretário</b>	Fábio Luiz Lopes da Silva – APUFSC	Ricardo Triska	Marcos Cesar Danhoni Neves	Maria Josefina Polli Kawamura	Luiz Carlos Bruschi					
<b>1º Tesoureiro</b>	João Francisco Ricardo Kastner Negrão – APUFPR	Oglacir Cardoso	Maria Luiza Reis	Ewerton Vieira Machado	Marco Aurélio da Ros					
<b>2º Tesoureiro</b>	Adelino Carlos Maccarini – SINDOCEFET PR/Pato Branco	Sandra Regina de O. Garcia	Regina Maria Ignarra	João Batista Martins	Berenice Quinzani Jordão					
<b>Regional Rio Grande Do Sul</b>										
<b>1º Vice-Presidente</b>	Luiz Carlos Gonçalves Lucas – ADUFPEL	Méris Rosane Silva	João Carlos Brahm Cousin	Maria Adelia Pinhal de Carlos	Leda Carmem Wolff Gobetti	Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL)	V. Reg. Sul	v. Reg. Sul	v. Reg. Sul	v. Reg. Sul
<b>2º Vice-Presidente</b>	Adriano Severo Figueiró – SEDUFSM	Denise M. Bussolett	Mauro Augusto B. Del Pino	Pedro Rabelo Coelho	Valter de Almeida Freitas	Marino Ledur (ADPUCRS)				Edson Nunes de Moraes
<b>1º Secretário</b>	Luis Fernando Minasi – APROFURG	Luis F. Minasi	Méris Rosane Silva	Leda Carmen Wulff Gobetti	Maria Antonietta Lavoratti					
<b>2º Secretário</b>	Laura Souza Fonseca – ADUFRGS –	Walcir B. V. Corvello	Maria Antonietta Dall’Igna	Marlene Ribeiro	Berenice Corsetti					
<b>1º Tesoureiro</b>	Fernando Rosa Nascimento – ADUFRGS	Carlos A. O. Silva	Edson Luiz Lindner	Dorilda Grolli	Marino Ledur					

<b>2º Tesoureiro</b>	Elaine da Silva Neves – ADUFFPel.		Maria L. M. Ferreira	Vatério de Patta Pillar	Maria Fani Scheibel	José Plínio Guimarães Fachel				Obs: os cargos de 3º v.presid; 3º secret; 3º tesoureiro e 2ºs v.pres.region ais eram denominados "suplentes" dos respectivos cargos.
						Obs: os cargos de 2º e 3º denominavam- se suplentes.				

**NOTA: QUEREMOS COLOCAR JUNTO A CADA NOME ACIMA UMA FOTO OA ÉPOCA, DE CADA COMPANHEIRO. O Projeto "Intelectuais Militantes-Memória do Movimento Docente" necessita de fotos de rosto ou meio corpo dos militantes constantes deste quadro. De preferência fotos tiradas nas respectivas épocas ou próximas a elas. Também dados e fotos atuais, endereços residenciais e de IES/Faculdades em que lecionam, bem como telefones e e-mails. Se você ou sua AD possuem, pedimos enviar cópias e informações para ANDES-SN Regional S.Paulo.: Av.Prof.Luciano Gualberto, trav.J, 374, prédio da antiga reitoria, conjunto ADUSP, Cidade Universitária, S.Paulo-SP, CEP-05508-900, ou por fax: 011-38149321, ou por e-mail: [andes.sp@adusp.org.br](mailto:andes.sp@adusp.org.br)**

**“AMANHÃ, COMO HOJE, A VERDADEIRA HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, SÓ SERÁ REALMENTE VERDADEIRA SE A MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE SUPERIOR ESTIVER ACESA”**

**Pesquisa e composição: Jair Jatobá (jan/2001). Dados coletados nos arquivos da Regional S.Paulo, preservados graças ao zelo do Prof. Américo Kerr e à pertinência daqueles que se recusaram ceder às enchentes, traças, mudanças e, principalmente, aos biblioclastas.**